



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**Instituto de Estudos da Linguagem**

**DIOGO CAETANO AVELINO NETO**

**O DISCURSO DO ESCOLA SEM PARTIDO:  
POLÊMICA E INTERDIÇÃO**

**Campinas**  
**2022**

**DIOGO CAETANO AVELINO NETO**

**O DISCURSO DO ESCOLA SEM PARTIDO:  
POLÊMICA E INTERDIÇÃO**

Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Mestre em Linguística.

**Orientador: Prof. Dr. Sírio Possenti**

Este exemplar corresponde à versão final da Dissertação defendida pelo aluno Diogo Caetano Avelino Neto e orientada pelo Prof. Dr. Sírio Possenti.

**Campinas  
2022**

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem  
Tiago Pereira Nocera - CRB 8/10468

Av32d Avelino Neto, Diogo Caetano, 1976-  
O discurso do Escola sem Partido : polêmica e interdição / Diogo Caetano  
Avelino Neto. – Campinas, SP : [s.n.], 2022.

Orientador: Sírio Possenti.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de  
Estudos da Linguagem.

1. Movimento Escola Sem Partido (Brasil). 2. Fórmula discursiva. 3.  
Expressão de gênero. 4. Polêmica. I. Possenti, Sírio, 1947-. II. Universidade  
Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

**Título em outro idioma:** The discourse of the Non-Partisan School : polemic and  
interdiction

**Palavras-chave em inglês:**

Non-Partisan School (Brazil)

Discursive formula

Gender expression

Polemics

**Área de concentração:** Linguística

**Titulação:** Mestre em Linguística

**Banca examinadora:**

Sírio Possenti [Orientador]

Márcio Antônio Gatti

Ana Carolina Nunes da Cunha Vilela-Ardenghi

**Data de defesa:** 28-03-2022

**Programa de Pós-Graduação:** Linguística

**Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)**

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0002-8660-0706>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/1827219734434364>



**BANCA EXAMINADORA:**

**Sirio Possenti**

**Márcio Antônio Gatti**

**Ana Carolina Nunes da Cunha Vilela-Ardenghi**

**IEL/UNICAMP  
2022**

**Ata da defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria de Pós Graduação do IEL.**

## **DEDICATÓRIA**

A todos os profissionais da educação, em especial àqueles com quem já tive o prazer de trabalhar e pelos quais tenho profunda admiração, dedico essa pesquisa!

## **AGRADECIMENTOS**

Ao professor Sírio Possenti pela enormidade que representa para a Linguística e para a Análise do Discurso, por sua abundante e brilhante produção acadêmica, por sua leitura atenta a todos os detalhes, por sempre dar retorno rápido e cheio de orientações precisas e, por vezes, desconcertantes que tanto me fizeram crescer e ser autoral, por suas cobranças que me tiravam da inércia, mas, principalmente, pelo privilégio de ter me deixado compartilhar de sua presença generosa e acolhedora.

Aos meus colegas de pós, em especial aos do grupo de estudos do Sírio. Ciça, Filipo, Márcia, Mônica, Nilton, Raquel, Shara e Washington, sem a amizade e parceria deles (e sem os livros e PDFs emprestados), o caminho teria sido mais difícil e muito menos divertido.

À Ana Possenti por seu sorriso, seus conselhos e pelos deliciosos pães de queijo quentinhos durante as reuniões do grupo.

Aos funcionários da pós-graduação que atenderam minhas solicitações e tiraram prontamente todas as minhas dúvidas.

Ao professor Hélio de Oliveira por sua disponibilidade e gentileza e pelos apontamentos na qualificação que causaram grande impacto na minha escrita.

Ao professor Márcio Gatti, profissional admirável e amigo irmão que aguentou todos os meus momentos de insegurança e euforia a cada etapa superada do processo.

Às professoras Ana Carolina Vilela-Ardenghi e Edvânia Gomes da Silva por aceitarem gentilmente o convite para compor a banca de defesa como titular e suplente.

Aos meus familiares (pais, irmã, cunhados e filhotinha) que sempre me apoiaram nos passos mais importantes da estrada.

Em especial, à minha esposa e companheira Priscila, leitora primeira de tudo o que escrevi, as coisas boas e ruins, os rascunhos e versões finais, sempre com a paciência e a admiração (recíproca) que só temos por aqueles que sabemos serem nossas almas gêmeas.

Muito obrigado!

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: foto do muro do Miotti. Ateliê Maioridade penal. ....	22
Figura 2: foto do muro do Miotti. Ateliê Escola pública e escola privada. ....	22
Figura 3: foto do muro do Miotti. Ateliê Os papéis do homem e da mulher na sociedade. ....	22
Figura 4: captura da tela do site do ESP. ....	40
Figura 5: captura da tela do site do ESP. ....	41
Figura 6: captura da tela do vídeo “Steh Papaiano do Direita São Paulo fala sobre o Escola Sem Partido e trás (sic) provas!”.....	46
Figura 7: captura da tela do vídeo “Steh Papaiano do Direita São Paulo fala sobre o Escola Sem Partido e trás (sic) provas!”.....	47
Figura 8: captura da tela do site do jornal Gazeta do Povo. ....	48
Figura 9: captura da tela do site do ESP.      Figura 10: captura da tela do site do ESP.....	53
Figura 11: captura da tela do site do ESP. ....	54
Figura 12: imagem de peça publicitária do canal de denúncias 180 de combate à violência contra a mulher. ....	58
Figura 13: roteiro sugerido por Oliveira (2021) para buscas em pesquisas sobre fórmulas.....	74
Figura 15: imagem capturada da tela do computador mostrando resultados de pesquisa feita em 15 de fevereiro de 2020 com o buscador do Google Trands pela palavra-chave “escola sem partido”. ....	85
Figura 16: imagem ilustrativa de artigo intitulado “A separação entre sexo, gênero e expressão da sexualidade”. ....	90
Figura 17: imagem ilustrativa de artigo intitulado “Ideologia de gênero e a desconstrução da família”. ....	90
Figura 18: imagem ilustrativa de artigo intitulado “Ideologia de Gênero: saiba mais e conheça riscos para a sociedade”. ....	91
Figura 18: charge de Laerte. ....	92
Figura 19: charge de Laerte. ....	92
Figura 20: Imagem recortada do site da revista Exame. ....	96
Figura 21: Imagem recortada do Twitter oficial do ESP. ....	97
Figura 22: Banner virtual de propaganda de um canal de denúncias criado e disponibilizado pela deputada estadual de Santa Catarina Ana Carolina Campagnolo (2018).....	103

Figura 23: Imagem recortada do site do Jornal do Brasil destacando declaração do então presidente eleito Jair Bolsonaro (2018). .....	104
Figura 24: Imagem recortada do site da revista Exame destacando ação proposta pela ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos Damares Alves (2019). .....	104
Figura 25: Imagem recortada do site da revista Veja destacando declaração do então ministro da Educação Abraham Weintraub (2019). .....	105
Figura 26: Foto de Campagnolo em sala de aula trajando camiseta com a imagem de Bolsonaro. ....	106
Figura 27: Imagem recortada de matéria publica em novembro de 2018 no site da Rede Brasil Atual.....	113
Figura 28: Imagem recortada de matéria publica em novembro de 2018 no site da revista Nova Escola. ....	113

## **SIGLAS E ABREVIACÕES**

**AD** – Análise do Discurso

**BNCC** – Base Nacional Comum Curricular

**ESP** – Movimento Escola sem Partido

**FD** – Formação Discursiva

**FDprog** – Formação Discursiva Progressista

**FDre** – Formação Discursiva Reacionária

**LDB** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

**LGBTQIA+** – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros/Travestis, Queers, Interssexuais, Assexuais

**MEC** – Ministério da Educação

**MP** – Ministério Público

**PCN** – Parâmetros Curriculares Nacionais

**SDR** – Sequência Discursiva de Referência

**STF** – Supremo Tribunal Federal

## RESUMO

Esta pesquisa tem como foco a análise do discurso do Movimento Escola sem Partido, de suas interdições e da polêmica que se formou em seu entorno entre duas formações discursivas rivais: a progressista e a reacionária. Para isso, foram de especial importância os trabalhos de Amossy (2017) e Maingueneau (2005) sobre o funcionamento das polêmicas no espaço público – mobilizando teorias como a de dissenso, a de interincompreensão e a das funções da polêmica – bem como o de Maingueneau (2008) sobre Formação Discursiva, que revisita os trabalhos anteriores de Foucault (1970) e Pêcheux (1971 e 1979) e formula sua hipótese para tal conceito. O *corpus* foi organizado a partir da noção de arquivo em Foucault (2008), de interdiscurso em Maingueneau (2005), de *Sequência Discursiva de Referência* em Courtine (2009) e da noção de “fórmula” em Krieg-Planque (2010). Foram analisados excertos de textos de vários campos e gêneros com destaque para aqueles publicados no site oficial do Movimento Escola Sem Partido, em duas matérias jornalísticas (uma da revista Nova Escola e outra do jornal Diário do Centro do Mundo) com depoimentos de professores e aqueles selecionados a partir de mecanismos de pesquisa (sugeridos por Oliveira, 2022) com foco nos usos e na dispersão de fórmulas no espaço público, nesse caso, mais especificamente da fórmula “ideologia de gênero”, que provou que é uma das mais importantes bandeiras do Escola sem Partido.

**Palavras-chave:** Escola sem Partido; fórmula discursiva; ideologia de gênero; polêmica.

## **ABSTRACT**

This research focuses on the analysis of the discourse of the Non-partisan School, its interdictions and the polemics that formed in its surroundings between two rival discursive formations: the progressive and the reactionary. For this, the works of Amossy (2017) and Maingueneau (2005) on the functioning of polemics in the public space – mobilizing theory such as dissent, interincomprehension and the functions of polemics – as well as the concept of Maingueneau (2008) on Discursive Formation, which revisits the previous works of Foucault (1970) and Pêcheux (1971 and 1979) and formulates his hypothesis for this concept were of special importance. The corpus was organized from the notion of the archive in Foucault (2008), interdiscourse in Maingueneau (2005), of Discursive Sequence of Reference in Courtine (2009) and of the notion of “formula” in Krieg-Planque (2010) . Excerpts of texts from various fields and genres were analyzed, with emphasis on those published on the official website of the School Whithout Party Movement, in two journalistic articles (one in the Nova Escola magazine and the other in the Diário do Centro do Mundo newspaper) with testimonies from teachers and those selected from research mechanisms (suggested by Oliveira, 2022) focused on the uses and dispersion of formulas in the public space, in this case, more specifically on the formula “gender ideology”, which proved to be one of the most important banner of the Non-Partisan School.

**Key-words:** School Whithout Party, discursive formula; gender ideology; polemic

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. DEFININDO O OBJETO E FORMANDO O ARQUIVO	16
SOBRE O TEMA	16
Do professor ao pesquisador	16
As primeiras hipóteses para um tema	18
Primeiras referências teóricas	25
SOBRE O ARQUIVO	27
Uma divagação	27
Referências para a formação do arquivo	29
O conceito de <i>formação discursiva</i>	33
Outras referências	35
2. O DISCURSO DO MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO	39
Uma Sequência Discursiva de Referência	39
Um breve histórico do movimento	45
“Lei da mordaza”: um caso de simulacro	49
Um breve aparte	51
Uma mudança de estratégia	52
Interdições, denúncias e o perfil dos professores doutrinadores	60
Algumas constatações	67
3. IDEOLOGIA DE GÊNERO: A BANDEIRA MAIS FAMOSA DO ESP	68
A noção de <i>fórmula</i>	70
Reformulando o <i>corpus</i>	72
Um referente social polêmico e algumas interdições	77
A emergência e a circulação da fórmula “ideologia de gênero”	83
A opacificação do sentido de “gênero”: uma chantagem moral	86
Ideologia de gênero, o Kit gay e o Escola sem Partido	94
4. A POLÊMICA DO ESP NA ESCOLA: PERSEGUIÇÃO E RESISTÊNCIA	98
Vigiar: um tema, dois tratamentos	100
Punir: violência e resistência	110
“Bom professor”, “educação de qualidade”: outros temas em disputa	116
Considerações Finais	120
Bibliografia	125

## INTRODUÇÃO

Antes de abordar o objeto do presente trabalho, seu corpus, as perguntas para as quais ele buscará respostas ou mesmo sobre a metodologia que nele será empregada, cabe dizer algumas palavras sobre sua forma.

Uma dissertação de mestrado é, antes de tudo, um gênero acadêmico. Se inscreve, portanto, em ritos e normas muito bem delineados tanto pela instituição que a chancela quanto por uma extensa tradição. Cabe então a qualquer candidato cumprir os requisitos determinados por tal instituição/tradição. Acredito, contudo, que isso não o impeça de desejar dar ao seu texto final uma forma que, em alguma medida, o singularize. E é na busca (nem sempre bem-sucedida, como o leitor há de perceber) de um equilíbrio ainda que tênue entre uma ideia de estética e o dever acadêmico que este texto será conduzido.

Na primeira metade do capítulo inicial (em especial, mas não exclusivamente), o leitor encontrará um caráter memorialista bastante evidente. Nela é narrada a fase inicial desta pesquisa e (por que não dizer?) a trajetória percorrida por seu autor para se constituir um pesquisador em Análise do Discurso (doravante AD) partindo da posição e da realidade empírica de professor do ensino fundamental. Seu principal objetivo é mostrar as motivações para a escolha de um tema que fosse, a um só tempo, atual, minimamente relevante para a AD e impactante para a prática docente cotidiana. O discurso do Movimento Escola sem Partido (doravante ESP) e suas interdições me pareceram, ao final de tal processo de busca, cumprir tais requisitos. Cabe, entretanto, prevenir o leitor que busque nessa dissertação subsídios acadêmicos mais consistentes sobre o tema que – com exceção (talvez) de uma breve análise de dados preliminares que fizeram parte de meu projeto para ser admitido como aluno de mestrado e de uma ou outra menção a autores/obras relevantes para o campo, como Amossy e Maingueneau – não será aí que ele os encontrará.

Na segunda metade do mesmo capítulo, há ainda doses generosas de narrativa. Contudo, os esforços do pesquisador foram mais voltados para definir as principais referências para a formação do arquivo (e conseqüentemente do *corpus*) bem como qual metodologia seria utilizada para tal fim. Depois de passar (talvez sem ler, o que pode ser uma boa ideia para o leitor menos frívolo) por uma divagação, aquele já citado leitor poderá encontrar aí algo para ver, como uma breve apresentação da noção de arquivo de Foucault (2008), da discussão que

Maingueneau faz sobre o interdiscurso organizando-o em “universo discursivo”, “campo discursivo” e “espaço discursivo” (2005) ou sobre qual o objeto de estudo do analista do discurso (2014). Poderá também encontrar uma reflexão sobre a abordagem de Possenti (2012) do pré-construído retomando Courtine e Maingueneau (2002) ou a forma como Possenti e Motta aplicam o conceito de *Sequência Discursiva de Referência* (SDR) na formação do *corpus* que analisam no artigo *Direita e esquerda: volver!* (2008). Há também ainda uma breve apresentação (que será desenvolvida de maneira mais satisfatória no terceiro capítulo) do conceito de *fórmula* de Krieg-Planque. Todas essas referências concorreram, em maior ou menor medida, para a definição da metodologia que foi, enfim, adotada para a formação do arquivo e do *corpus* que será analisado mais adiante.

No segundo capítulo, o caráter memorialista cede mais espaço à escrita acadêmica (sem ser, contudo, abandonado de todo). Nele, o leitor encontrará, fundamentalmente, a apresentação e análise de dados obtidos no site do ESP tendo como finalidade principal delinear o melhor possível as características essenciais que compõem o discurso de tal programa como seus temas principais, suas restrições, a imagem de si que é ali construída e seu aspecto polêmico. Para atingir tais objetivos, procurei observar, descrever e analisar – a partir da teoria de Maingueneau sobre a polêmica já que, na lida com os dados, fui percebendo que a de Amossy não descrevia bem o que eu tinha em mãos – as publicações que estavam em destaque no site no período em que foi consultado (meados de 2020) bem como fazer uma busca ativa em outros de seus conteúdos a partir de algumas palavras ou expressões que se sobressaíram nessas publicações e suas variações e/ou possíveis desdobramentos que, por hipóteses levantadas por mim, poderiam ter.

O terceiro capítulo trata da expressão *ideologia de gênero* partindo da hipótese de que ela seja uma *fórmula* que se tornou a principal bandeira do ESP, impulsionando-o e sendo por ele impulsionada no espaço público. Começa com uma breve resenha da noção de *fórmula* na obra de Krieg-Planque – complementada por algumas valiosas contribuições feitas por Hélio Oliveira no trabalho ainda inédito em que analisa a expressão *Escola sem Partido* como *fórmula* – e segue (com o estilo de escrita memorialista pouco a pouco cedendo espaço à escrita acadêmica) com a análise de ocorrências da expressão *ideologia de gênero* coletadas em discursos de vários campos como o jurídico, o político, o religioso e o jornalístico através de uma busca ativa metodologicamente orientada pelos trabalhos de Krieg-Planque e Oliveira, com o objetivo de confirmar ou não seu funcionamento como *fórmula*.

No quarto e último capítulo analiso o embate (*in loco*, por assim dizer) entre o discurso do ESP e o discurso de resistência de professores que foram, de alguma maneira e em algum momento, alvos dele e que sofreram de forma mais direta consequências da atuação de tal movimento em sua vida profissional nas escolas. As ocorrências analisadas foram obtidas em diversas fontes, mas há um destaque especial para enunciados oriundos de uma reportagem publicada em maio de 2017 na revista Nova Escola e outra publicada no site do Diário do Centro do Mundo em outubro do mesmo ano que contêm depoimentos de alguns profissionais da educação.

Ao leitor que seguirá a leitura mesmo após as confissões desta breve introdução, agradeço.

# 1. DEFININDO O OBJETO E FORMANDO O ARQUIVO

## SOBRE O TEMA

### Do professor ao pesquisador

Segundo o Dicionário da Análise do Discurso (CHARAUDEAU, P. e MAINGUENEAU, D. 2004. P. 114), “A noção de **condições de produção do discurso** substitui a noção muito vaga de “circunstâncias” nas quais um discurso é produzido, para explicitar que se trata de estudar nesse contexto o que *condiciona* o discurso” (grifo meu). Ou seja, ela considera, para além de condições pragmáticas (tais como *quem, quando, onde, para quem*) as condições histórico-discursivas que determinam o que se pode ou não dizer em um dado discurso. Foi pensando em explicitar tais condições que decidi iniciar o presente trabalho com a narrativa que segue.

Formei-me em letras pela Unicamp em 2004 e, desde então, passei a ver a universidade como uma instituição que legitimava, sem dúvida, minha carreira de professor, como algo que fez parte do meu percurso, mas que não estava mais em meus planos futuros, uma vez que eu me encontrava totalmente focado em aspectos mais práticos e pedagógicos de meu cotidiano profissional. Há uns sete anos, contudo, meu interesse por um tema específico começou a acender a ideia da volta aos estudos acadêmicos.

Desde 2002, ainda na graduação, comecei a lecionar em instituições privadas de ensino médio e de preparação para vestibulares, vestibulinhos e concursos públicos. Paralelamente ao meu trabalho remunerado como professor, vivi uma experiência marcante no terceiro setor, o cursinho popular Machado de Assis, que funcionava nas salas do Instituto de Estudo da Linguagem (IEL), na própria universidade onde estudava. Era um trabalho voluntário de alunos da Unicamp e de profissionais recém-formados. Tínhamos ali uma interessante comunidade que, sem a pressão do vínculo empregatício, trabalhava de forma alternativa, cooperativa, democrática e coletiva inclusive nas aulas, que eram preparadas e ministradas por mais de um professor de diferentes áreas ao mesmo tempo. Dividi, por exemplo, aulas com professores de Física, Química, História, Matemática de forma que o saber de uma área interferia no da outra, compartilhando seus códigos, referências, sempre buscando aproximar os estudos e abordagens

de temas técnicos à vivência cotidiana dos alunos<sup>1</sup>. Esta experiência, que durou quatro anos, em contraste com a abordagem mais tradicional das outras instituições de ensino onde trabalhava, marcou profundamente minha prática pedagógica.

Em 2009, já fora do Machado de Assis e paralelamente à minha atuação em instituições privadas, ingressei na carreira de servidor público municipal como professor adjunto de Língua Portuguesa da rede municipal de Campinas-SP. Pela própria natureza de meu cargo (que na rede de Campinas equivale ao de um substituto) atuei em muitas escolas em um curto espaço de tempo e vivi nelas experiências pedagógicas muito diversas com diferentes públicos, gestores e equipes de professores, passando por escolas com projetos e práticas pedagógicas mais tradicionais e conteudistas nas quais o trabalho do professor era mais individual e restrito a suas aulas, sofrendo pouca ou nenhuma interferência dos colegas – ao menos não de forma institucional e organizada – e por outras que adotavam práticas mais interdisciplinares e coletivas combinadas e coordenadas. A EMEF Padre Emílio Miotti tinha o perfil mais próximo ao do segundo grupo.

Nesta escola, na qual acabei por me fixar por alguns anos, desenvolvemos um Projeto Político Pedagógico (PPP) que incluía quatro aulas semanais (que depois passaram a ser seis) em formato de ateliês temáticos e interdisciplinares (que duravam entre dois e três meses) nos quais os professores, em duplas ou trios, ofereciam cursos sobre os mais variados temas (rádio, astronomia, cinema, humor, guerra, lógica, entre outros) e os divulgavam em pequenos textos ou vídeos da forma mais convidativa que pudessem já que os alunos eram livres para se inscrever naqueles que mais os atraíam sendo limitados apenas pelo número de alunos que cada ateliê poderia admitir. Em caso de excesso de inscritos em um deles, era feito um debate entre os interessados a fim de efetuar remanejamentos e, em último caso, um sorteio. Ao final de cada edição, os alunos faziam produções representativas do que tinham estudado para serem expostas em uma mostra aberta a toda a comunidade escolar e a visitantes em geral. Era, portanto, uma pedagogia que se aproximava muito do que fazíamos no Machado, mas com o diferencial de estarmos em uma escola muito maior, pública, de ensino fundamental e com o

---

<sup>1</sup> Em uma atividade que realizei com uma professora de Química, por exemplo, iniciamos a aula lendo a tabela periódica como, em geral, costumamos ler rotineiramente outras tabelas (uma escala de trabalho, uma classificação de um campeonato ou um calendário, entre outros). Só depois de termos familiarizado os alunos com aquele texto através de aspectos formais já conhecidos que ele apresentava (ser organizado em linhas e colunas, por exemplo, ou ter uma periodicidade como a do calendário) é que a professora de Química começou a explicar o que aquela tabela apresentava de específico de sua área do saber, como os elementos químicos que relacionava, seus números atômicos etc. Eu mesmo nunca havia pensado numa tabela periódica daquela forma e aprendi muito com tal experiência.

suporte e o aval (conflituoso em muitos momentos) da Secretaria Municipal de Educação, o que potencializava muito o seu alcance e nossa responsabilidade. Dentro desse projeto (que em 2015 foi incluído pelo MEC no mapa da inovação em educação no Brasil<sup>2</sup>), trabalhei com vários temas ao lado de colegas de outras áreas, mas vou destacar dois que tiveram maior influência sobre a presente pesquisa.

### **As primeiras hipóteses para um tema**

O primeiro dos ateliês citados, ocorrido em 2014, chamava-se *Tá me zoando?* e eu o ministrei ao lado de um professor de Artes e, em outra edição, de um professor de Geografia. Consistia em explorar os formatos, usos, sentidos, temas de vários gêneros humorísticos como a piada, a esquete, o *stand up*, as charges, as tiras e o cinema mudo. Depois de estudá-los, discuti-los e mesmo de experimentá-los em laboratórios de escrita e performances, o produto final, escolhido em comum acordo por alunos e professores, foi o cinema mudo por ser este o gênero que despertou maior interesse em ambas as turmas e por ter sido considerado o mais emblemático para representar todo o trabalho ali desenvolvido. Os alunos, com a mediação dos professores, criaram roteiros e produziram curtas que fizeram grande sucesso com o público da mostra. A forma como se apropriaram do gênero e o resultado altamente satisfatório de seu aprendizado sobre humor me fizeram pensar, pela primeira vez, em estudar o que estava acontecendo ali em um possível projeto de mestrado.

Procurei meu professor da graduação, Sírio Possenti, reconhecida autoridade em discurso humorístico, e lhe mostrei os curtas. Ele se interessou e me pediu um relato escrito sobre o processo todo que culminou naqueles vídeos para podermos, a partir de tal relato, encontrar algum tema, sobretudo algum *corpus*, para o estudarmos na perspectiva da AD. Eu iniciei o relato várias vezes, mas nunca o terminei nem o enviei ao professor. A ideia esfriou.

Cerca de um ano depois, em 2015, outro ateliê do qual fiz parte me recolocou na trilha de um possível Mestrado. Após uma greve de servidores públicos de Campinas, que durou mais de um mês, as escolas tiveram que repor aulas e nossa equipe decidiu que seriam aos sábados, com ateliês. Montamos então três grandes temas que identificávamos como tendo alta

---

<sup>2</sup> Ver descrição e vídeo do projeto em <http://simec.mec.gov.br/educriativa/detalhe.php?mapid=388>.

relevância para os alunos e que geravam (e geram) muito debate na sociedade brasileira: *Maioridade penal*; *Ensino público e ensino privado* e *Os papéis do homem e da mulher na sociedade*. Eu e mais dois colegas, um de Língua Inglesa e uma de Educação Especial, assumimos este último. Durante vários sábados nos reunimos com os alunos (que surpreendentemente frequentaram em massa a reposição) para lermos, assistirmos, ouvirmos e debatermos textos que tratavam dos temas propostos. O produto final foi a criação de frases e/ou imagens que seriam pintadas por todos os participantes deste e dos outros dois ateliês nos muros de nossa escola. Aqui cabe um adendo.

No mesmo período, discussões sobre a possível criação de uma lei nos moldes do *Programa Escola Sem Partido* já estavam em curso na Câmara Municipal de Campinas e culminariam, em 2017, na aprovação em primeira votação de um projeto elaborado pelo Vereador Tenente Santini (PSD). Tal projeto previa a colocação de cartazes em cada sala de aula do município com os “deveres do professor”, uma espécie de lista de proibições que limitaria a autonomia desse profissional em suas aulas. Sua potencial aprovação e as proibições que ele visava a impor interferiram diretamente nas decisões dos professores que estavam ministrando os supracitados ateliês. Os temas por nós explorados, por fugirem ao currículo oficial do município e por terem caráter político<sup>3</sup>, poderiam atrair para a escola os olhares de *censores* e tornar a equipe pedagógica alvo potencial do Movimento Escola Sem Partido. O do nosso grupo até mais do que os dos outros dois, pois a sombra de tal movimento influenciou até na escolha do nome de nosso ateliê que, em princípio, se chamaria *Os papéis dos gêneros na sociedade*. Mesmo que a escolha de tal tema não tenha sido discutida explicitamente pelo grupo na elaboração do ateliê como um posicionamento de resistência ao discurso do ESP, sabíamos que o termo *gênero* era polêmico e absolutamente central nessa disputa que se travava na câmara municipal e em outras instâncias legislativas do Brasil (falaremos mais sobre isso no capítulo sobre a fórmula *ideologia de gênero*), por isso decidimos evitá-lo. Até porque o resultado de nosso trabalho em tais ateliês iria estar estampado nos muros de nossa escola, teríamos que pensar bem como deveríamos agir para atingirmos nossos objetivos pedagógicos sem gerarmos para o grupo problemas com a administração municipal. E foi justamente aí que identifiquei a primeira hipótese de um tema a ser estudado sob a ótica da AD: a tensão que se

---

<sup>3</sup> A definição do que é *político* para o Movimento Escola sem Partido (assim como ocorre com o termo *gênero* por exemplo) é um tanto opaca, como veremos mais adiante. Por ora, contudo, a entenderemos como sendo relativa a temas que envolvam posicionamentos diante de questões sociais sensíveis e polêmicas.

formava entre o discurso do ESP que ganhava força na Câmara Municipal e aquele expresso em vários dos textos de apoio que lemos, nos textos pintados no muro, no processo que levou daqueles a esses e, sobretudo, nas práticas pedagógicas que adotávamos sistematicamente, entre as quais destacaria o trabalho de construção do conhecimento através da realização de pesquisas nas mais diversas fontes (desde que confiáveis) e exercícios de debates sobre temas sociais polêmicos durante os quais professores e alunos podiam expor abertamente ideias, teorias, exemplos e posicionamentos de forma regrada, ética, respeitosa e com base em argumentos lógicos, como é característico do meio acadêmico. O próprio processo de escolha do nome de nosso ateliê com a interdição do uso do termo *gênero* foi abertamente debatido com os alunos em dado momento. Esta prática é explicitamente condenada pelo ESP que, por considerar que os alunos sejam incapazes de debater com professores em um nível justo, afirma que casos assim se configuram no que chama de *doutrinação ideológica*. Era evidente para mim que, ao interditar tal prática nas escolas, o movimento não apenas colocava a ética do professor sob suspeita ao considerar que ele poderia tirar proveito de sua maior experiência na condução e participação em debates e mesmo no conhecimento sobre os temas neles abordados para impor sua ideologia aos alunos como também dificultava que este profissional pudesse auxiliá-los a também, gradualmente, dominarem novos temas e a adquirirem vivência na prática de debatê-los, habilidade tão cara na atuação cidadã no espaço público.

Em 2017, reencontrei o professor Possenti em um evento social fora do contexto acadêmico e, de modo informal, voltamos a falar sobre o possível mestrado. Decidi que eu participaria do processo seletivo no ano seguinte, mas ainda precisava definir melhor meu tema e minha fundamentação teórica. Em 2018, participei como ouvinte do encontro do FEsTA<sup>4</sup>, que naquele ano se reuniria para discutir sobre um livro recém-lançado de Amossy, *Apologia da polêmica*<sup>5</sup>. Ao ler a obra e assistir às falas, me pareceu que ela poderia servir de embasamento teórico para o estudo da polêmica que identifiquei em minha escola. Foi justamente sobre isso o projeto que inscrevi para ser admitido no Mestrado em Linguística (com ênfase em AD).

De um lado da polêmica, utilizei, em minha análise inicial, enunciados que constavam do site oficial do *Programa Escola sem Partido*, bem como de textos a eles ligados (como o

---

<sup>4</sup> FEsTA é o centro de pesquisas Fórmulas e Estereótipos: Teoria e Análise, liderado por Sírio Possenti, que congrega pesquisadores de várias universidades brasileiras e que, em encontros periódicos (normalmente anuais), trata de alguma obra recém-lançada que seja relevante para o campo da AD.

<sup>5</sup> AMOSSY, Ruth. *A Apologia da Polêmica*. São Paulo: Contexto, 2017.

projeto de Santini), e trechos de uma troca de e-mails que tive com Miguel Nagib (primeiro idealizador do ESP)<sup>6</sup>.

Da conversa com Nagib por e-mail, selecionei o trecho em que ele fala sobre o perfil dos apoiadores do movimento. Esclareço que, na busca de uma melhor apresentação do *corpus*, numerei cada item em ordem crescente e única para toda essa dissertação:

1. Existem pessoas ligadas a partidos, igrejas e movimentos (o Direita São Paulo, o MBL e o Nas Ruas, por exemplo), assim como existem estudantes, pais e mães não vinculados a nenhuma organização (como é o meu caso).<sup>7</sup>

Do site do movimento, selecionei enunciados como aquele em que o criador do ESP fala do objetivo do programa que criou e alguns trechos dos já citados *deveres*:

2. O único objetivo do Programa Escola sem Partido é informar e conscientizar os estudantes sobre os direitos que correspondem àqueles deveres, a fim de que eles mesmos possam exercer a defesa desses direitos.<sup>8</sup>
3. O professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias.<sup>9</sup>
4. O professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas.<sup>10</sup>
5. O professor respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.<sup>11</sup>

Como exemplo de enunciados resultantes dos trabalhos dos ateliês – que envolviam práticas pedagógicas que eu supunha serem condenadas pelo discurso do ESP bem como temas polêmicos supostamente não admitidos por seu sistema de restrições, que eu ainda não havia estudado sistematicamente, mas que já intuía – utilizei imagens dos muros do Miotti pintados pela comunidade escolar (alunos, familiares, professores, funcionários, moradores e

---

<sup>6</sup> Sobre o site do ESP e a troca de e-mails com Nagib falarei mais no capítulo sobre o discurso do movimento.

<sup>7</sup> Trecho de correspondência via e-mail entre mim e Miguel Nagib.

<sup>8</sup> NAGIB, Miguel. Site Programa Escola Sem Partido. Disponível em: <https://www.programaescolasempartido.org/projeto>. Acesso em 16 de junho de 2018.

<sup>9</sup> Ibid.

<sup>10</sup> Ibid.

<sup>11</sup> Ibid.

comerciantes do entorno) com desenhos e frases oriundos dos trabalhos dos ateliês ministrados aos sábados em atividade de reposição de greve que já citei mais acima, tais como as que seguem:



Figura 1: foto do muro do Miotti. Ateliê Maioridade penal.



Figura 2: foto do muro do Miotti. Ateliê Escola pública e escola privada.

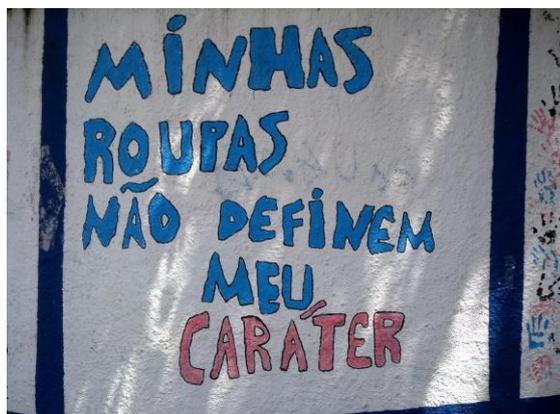


Figura 3: foto do muro do Miotti. Ateliê Os papéis do homem e da mulher na sociedade.

À época, argumentei que havia no discurso do ESP uma série de traços, como o uso das negativas e as inflexões injuntivas (“O professor não se aproveitará”, “O professor não fará”, “O professor respeitará”, excertos 3, 4 e 5 respectivamente), que remetiam menos a gêneros textuais que descrevem direitos e deveres e mais a regimentos, regulamentos ou até mesmo a mandamentos religiosos que limitam a atuação do grupo ao qual se dirige. A lista em questão, portanto, parecia ser (diferentemente do que que havia descrito Nagib no excerto 2) menos uma forma de “conscientizar os estudantes” sobre seus “direitos” do que uma forma de policiamento do professor em sala de aula diante da possibilidade iminente de ser denunciado por seus alunos ao menor sinal de defesa de sua “ideologia” (ou de algo que pudesse ser entendido como tal) durante uma ação pedagógica qualquer. Argumentei ainda que tudo isso corroborava a hipótese de haver ali marcas que poderiam indicar interpelação de formações discursivas<sup>12</sup> típicas de instituições religiosas e/ou de movimentos conservadores<sup>13</sup> na formulação do texto dos “deveres” (como o excerto 1 já apontava). Voltarei a essa análise mais adiante no capítulo em que tratarei do site do ESP.

Já sobre as imagens dos muros do Miotti – que optei por não incluir no corpus desta dissertação a não ser nessa introdução – fiz, em meu projeto, a análise que segue:

No segundo plano da Figura 1, escolhida por alunos do 7º e do 8º ano, há a representação de uma pessoa, provavelmente um adolescente (dado o tema da pintura), atrás de faixas que remetem a grades de uma cela. No primeiro plano, está uma mesa sobre a qual há três objetos, que interpreto como sendo um caderno, uma caneta e um livro. Há no alto da imagem a frase: “Educar é melhor e mais eficiente do que punir”.

Esta imagem parece mobilizar toda uma memória discursiva<sup>14</sup> de valorização do ensino como forma de inclusão social, colocando-o numa posição hierarquicamente superior à do Sistema Penitenciário Brasileiro e/ou da Fundação Casa. Tal hipótese se confirma pelo uso do termo “educar” que, no contexto, remete à ideia de “escola” (representada metaforicamente pelo caderno, a caneta e o livro sobre a mesa) figurando, através do uso do termo “melhor” e da expressão “mais eficiente”, em posição de superioridade em relação ao termo “punir” que, da

---

<sup>12</sup> Utilizei naquele momento a expressão “formação discursiva”, muito embora eu, até ali, não compreendesse bem a complexidade de tal conceito e sequer soubesse que não compreendia. Mais adiante voltarei a ele com um pouco mais de propriedade.

<sup>13</sup> Há a hipótese de classifica-los como reacionários, mas isso será discutido melhor mais adiante.

<sup>14</sup> Eis aí outro conceito sobre o qual eu não tinha ainda domínio na época do projeto, mas que já intuía. Falaremos sobre ele com mais propriedade mais adiante.

mesma forma, remete à ideia de “prisão” (sobretudo se associado à imagem do adolescente atrás das grades).

A Figura 2, escolhida por alunos e alunas do 5º e do 7º ano, mostra um edifício identificado em sua fachada como “Escola”. Abaixo, há uma sequência de figuras humanas de diversas cores, formando uma corrente de mãos dadas, além de figuras, na parte inferior da imagem, que parecem representar objetos e equipamentos típicos de escolas, como um escorregador e uma carteira. No alto da imagem, no telhado do edifício, lemos a frase “Todos em defesa da escola pública”. A expressão “em defesa” dialoga com o pressuposto de que a escola pública esteja sob ataque. A imagem das pessoas de várias cores e de mãos dadas remete às ideias de “pluralidade” (quantidade de pessoas), “diversidade” (cores diferentes) e de “união” (mãos dadas), ideias que, por sua vez, se afinam com o termo “todos”, com a expressão “escola pública” e com o termo “defesa”.

Na Figura 3, escolhida por uma aluna do 8º ano, há o enunciado “Minhas roupas não definem o meu caráter” pintado nas cores azul e rosa, escolhidas pelos alunos que frequentaram o ateliê com o tema 3 por remeterem aos gêneros masculino e feminino, respectivamente. Esta frase, já utilizada muitas vezes por ativistas de movimentos feministas em diversos contextos, é geralmente evocada para combater o preconceito sofrido por mulheres que usam roupas consideradas “provocantes” que supostamente serviriam de justificativa para serem assediadas e/ou ofendidas. A dissociação entre as palavras “roupas” e “caráter” se evidencia pelo uso da negativa diante do termo “define”.

Argumentei, naquele momento, que tanto as ideias nelas expressas quanto a própria escolha dos temas dos ateliês já colocariam a escola em um posicionamento antagônico ao do ESP, pois tratavam de questões de gênero e de políticas públicas a respeito de educação e de segurança, além de culminar em ato público que envolveu os alunos na pintura dos muros da escola, o que é interdito pelo discurso do ESP. Formulei então duas hipóteses a serem investigadas:

a) O ESP, apesar de colocar em disputa no campo das políticas para a educação um projeto que pede o apagamento dos posicionamentos ideológicos na escola, se insere numa formação discursiva mais conservadora que mostra, ela própria, um posicionamento ideológico;

b) A comunidade da escola Padre Emílio Miotti, pelas suas práticas e pelos textos que produz, representa uma posição discursiva rival à do ESP (ainda que não o faça de maneira direta ou declarada), configurando-se justamente como o modelo de escola que tal programa (e os seus desdobramentos no município de Campinas) pretende combater.

Afirmar, então, que parecia se configurar nesse dissenso uma polêmica, nos moldes que descreve Amossy.

A polêmica – que gerencia os conflitos valendo-se do choque das opiniões contraditórias – não permite nem conduzir a um acordo, nem assegurar um modo de coexistência numa comunidade dividida entre posições e interesses divergentes. É que, na sua virulência e até nos seus excessos, ela permite que os participantes dividam o mesmo espaço sem recorrer à violência física – e isso justamente nos casos de dissensão profunda, nos quais as premissas são diferentes demais para autorizar uma partilha da razão. A polêmica preenche, por esse motivo, funções importantes que vão da possibilidade do confronto público no seio de tensões e de conflitos insolúveis à formação de comunidades de protesto e de ação pública. (Amossy, 2017, p. 15)

Com base nesse projeto, fui admitido no programa de mestrado, mas, em minha entrevista, o principal questionamento da banca foi sobre corpus, já que os professores avaliaram que aquele que eu havia explorado se mostrava insuficiente para inscrever a polêmica que eu queria estudar. Este fato, aliado à eleição de Jair Bolsonaro (apoiador declarado das ideias do ESP) para presidente, deixou evidente que havia a necessidade de ampliar meu corpus e até mesmo de sair da esfera municipal para a federal.

Deste momento em diante, passei a dar ainda mais atenção a tudo o que via publicado sobre o tema do ESP e a coletar artigos, projetos de lei, editoriais, postagens e comentários em redes sociais, charges, esquetes (entre outros gêneros e suportes) para formar o arquivo do material que analisaria.

### **Primeiras referências teóricas**

No aspecto teórico, outras referências se destacaram como sendo essenciais para o direcionamento de minha pesquisa e se somaram à já citada obra de Amossy, que em um

primeiro momento pareceu ser absolutamente essencial. Foram de fundamental importância os trabalhos de Dominique Maingueneau (em especial o que citei pouco acima) e de Krieg-Planque (em especial *A noção de “fórmula” em Análise do Discurso*).

Retornarei a cada uma dessas referências em momentos apropriados. Contudo, destaco aqui, de modo breve, em que medida cada uma delas ajudou a compor meu objeto e respectivo corpus bem como métodos de análise e modelos teóricos que me deram alguma segurança para iniciar um trabalho de AD que eu intuía, mas que ainda não conseguia formalizar.

Em Maingueneau encontrei a potente e muito operacional noção de *polêmica* como *interincompreensão* e também outros importantes conceitos como o de *simulacro* e o de *cena da enunciação*, por exemplo.

Em Krieg-Planque encontrei no conceito de *fórmula*, uma fundamental ferramenta teórica e prática para a organização de meu corpus e para estudar a difusão da polêmica do ESP no espaço público.

Assim, defini o tema do meu presente trabalho como o estudo da polêmica do ESP, de suas interdições e, em especial, da fórmula “ideologia de gênero”, que tal discurso impulsiona e através da qual também é impulsionado no espaço público.

## **SOBRE O ARQUIVO<sup>15</sup>**

### **Uma divagação**

O desejo diz: “Eu não queria ter de entrar nesta ordem arriscada do discurso; não queria ter de me haver com o que tem de categórico e decisivo; gostaria que fosse ao meu redor como uma transparência calma, profunda, indefinidamente aberta, em que os outros respondessem à minha expectativa, e de onde as verdades se elevassem, uma a uma; eu não teria senão de me deixar levar, nela e por ela, como um destroço feliz”. E a instituição responde: “Você não tem por que temer começar; estamos todos aí para lhe mostrar que o discurso está na ordem das leis; que há muito tempo se cuida de sua aparição; que lhe foi preparado um lugar que o honra mas o desarma; e que, se lhe ocorre ter algum poder, é de nós, só de nós, que ele lhe advém”. (FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1970, p. 07)

Antes de ter me candidatado a uma vaga no mestrado em Linguística, com ênfase em AD, havia lido relativamente poucos textos desta área específica e, em geral, os havia lido em meu período de graduação, que se encerrou há muitos anos. Já durante o mestrado, frequentei dois cursos em AD, um deles de introdução, com o professor Lauro José Siqueira Baldini e outro com ênfase no discurso humorístico, com o professor Sírio Possenti. Paralelamente a isso, durante todo o mestrado, tenho frequentado, juntamente com os outros orientandos da pós do professor Possenti, um grupo de estudos organizado por ele que se reúne regularmente para discutir leituras que são referências em AD. Foi nesse grupo que lemos um texto de Foucault (vide a epígrafe acima) que me causou grande impacto, tanto sob o ponto de vista temático quanto sob o estético. Portanto peço que o leitor me perdoe pela espécie de divagação que farei nas próximas linhas que é, muito provavelmente, desnecessária para o presente trabalho, mas que, de alguma forma que não sei bem explicar, é necessária para a narrativa do percurso de formação de um pesquisador pouco ortodoxo e muito esteticamente influenciável.

Ler *A ordem do discurso*, aula inaugural de Foucault no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970, foi para mim uma experiência muito impactante por me suscitar muitas perguntas importantes e por seu estilo ter me encantado e me dado uma sensação de leveza e prazer, de fruição na leitura que contrasta com as inquietações menos agradáveis que as leituras acadêmicas geralmente costumam me causar (seria eu, naquele momento, um

---

<sup>15</sup> Nesse trabalho tomo o termo “arquivo” como sendo o conjunto de textos que o analista reúne ao longo de sua pesquisa para daí extrair o corpus que de fato analisará.

destroço feliz?). Talvez por isso mesmo quis não apenas escrever essa dissertação de uma forma esteticamente menos usual como também me apoiar em tal leitura para redigir o presente capítulo, crendo que havia, em boa medida, uma ligação entre ele e o que Foucault falava na citação acima e na que segue:

Mas pode ser que essa instituição e esse desejo não sejam outra coisa senão duas réplicas opostas a uma mesma inquietação: inquietação diante do que é o discurso em sua realidade material de coisa pronunciada ou escrita; inquietação diante dessa existência transitória destinada a se apagar sem dúvida, mas segundo uma duração que não nos pertence; inquietação de sentir sob essa atividade, todavia cotidiana e cinzenta, poderes e perigos que mal se imagina; inquietação de supor lutas, vitórias, ferimentos, dominações, servidões, através de tantas palavras cujo uso há tanto tempo reduziu as asperidades. (FOUCAULT, 1970, pp. 07 e 08).

Redigi uma primeira versão do presente capítulo e cheguei a me empolgar com o que escrevia em trechos como o que segue:

O discurso é algo que não se pode apreender no todo, que não se pode definir precisamente, que tem buracos, falhas, perigos; é algo que tem uma materialidade que vai muito além daquilo que se mostra em seu traço mais visível que é a palavra em funcionamento em enunciados (ou o gesto, ou a cor, ou a luz, ou a pincelada na semiótica de textos imagéticos, por exemplo). Há algo de intangível que precede, e sempre precedeu, o texto. Algo que se move no tempo, no espaço, na cultura, na história, na psique, na ideologia. Algo de potência, de poder, de dominação e, ao mesmo tempo, de limite, de restrição, de impossibilidade. Mas, se sua natureza é algo assim, tão difícil de apreender, como podemos estudá-lo? Como podemos entendê-lo? Como podemos descrevê-lo no todo ou nas partes que o compõem se não começando dessa sua materialidade mais visível que é o texto, ou um conjunto de textos, de enunciados, ou ainda, melhor dizendo, um corpus que possa ter uma unidade, forjada com critérios pelas mãos do analista, minimamente coerente, como o faz o artesão que recorta, apara, funde, modela a matéria prima bruta e a transforma em algo que é a matéria primeira ainda, mas também é já uma outra coisa que se materializou por meio de seu trabalho?

Enviei o capítulo, mais ou menos com esse tom, a meu orientador que, em seus comentários, me disse coisas como: “esse texto do Foucault não é sobre arquivo”, “não foi isso que ele disse”. Retomei a leitura dos trechos, conversei mais com o Sírio e com meus colegas de pós e concluí que estava realmente enganado em, no mínimo, dois pontos fundamentais: I. De fato, por mais que eu visse ali (e de certa forma ainda veja) elementos que me ajudavam a entender a relação entre discurso e arquivo, as citações escolhidas não falavam disso e II. Havia

em minha escrita uma ideia, manifesta em maior ou menor grau, de que há uma espécie de sobreposições de camadas no que é dito e escrito, de que há algo que precede o texto e que esse algo é o discurso, sendo este a camada mais profunda daquele. Pelo que parece, eu havia feito algum tipo de confusão entre o que é o discurso e o que é o pré-construído e/ou a memória e/ou formação discursiva.

De qualquer forma, ficou claro para mim que ou a leitura que eu estava fazendo da citada obra de Foucault estava completamente equivocada ou eu ainda não estava preparado para defendê-la da forma como pretendia. Seja por um ou outro motivo, cumpria dar um passo atrás e buscar outras leituras que pudessem fundamentar a formação de meu arquivo.

### **Referências para a formação do arquivo**

Entendo que a formação de um arquivo (do qual será extraído o *corpus*) em AD seja uma das tarefas mais árduas e de maior responsabilidade que o analista tem em seu trabalho e que, em certa medida, seja também a de uma possível (em alguns casos) maior intervenção ideológica (por assim dizer) que fará, pois é nesta fase que ele vai percorrer o caminho de buscar, selecionar e descartar de um espaço discursivo aquilo que, segundo os critérios que definirá, poderá ser mais significativo para a análise.

A responsabilidade do analista nesta fase de seu trabalho se torna ainda maior quando levamos em conta que, depois de composto o arquivo, depois de selecionado o *corpus* que de fato será analisado e publicado, todo o universo de possibilidades outras de *corpus* estará presente na análise apenas como lacuna, como eco mais ou menos distante, mais ou menos visível nas arestas e seus recortes, nas frestas de suas emendas, nos vestígios de seu trabalho de artesão<sup>16</sup>, e assim ficarão até que, por ventura, ele mesmo, em outro momento de seu percurso acadêmico – ou mesmo outro analista que o leia (ou não) – se debruce sobre o mesmo problema, sobre o mesmo objeto, desfaça emendas aqui e as refaça em outros trechos, recorte-o ainda mais ou até retorne a todo o universo de possibilidades do já dito/escrito em busca de

---

<sup>16</sup> Tomo aqui, emprestado da Sociologia, o conceito de *artesanato intelectual* (WRIGHT MILLS, 1959) que aproxima o fazer do pesquisador, do acadêmico, ao do artesão que vai, ao longo de sua vida, desenvolvendo e acumulando, sem pressa, de forma densa e plural, técnicas e conhecimentos, amadurecendo continuamente em seu ofício sem, contudo, se afastar da tradição, dos ensinamentos dos grandes mestres.

mais material para sua análise. É por tudo isso que a definição do arquivo que, por fim, será objeto desse trabalho, me inquieta mais do que qualquer outra de suas etapas.

Voltando à questão das referências para a formação de meu arquivo, as principais foram, não necessariamente nessa ordem, *A arqueologia do saber*, de Foucault; *Discurso e análise do discurso* e *Gênese dos discursos*, de Maingueneau; *Questões para analistas do discurso* de Possenti; *Direita e esquerda: volver!*, de Possenti e Motta e *A noção de “fórmula” em Análise do Discurso*, de Krieg-Planque.

Em *Discurso e Análise do Discurso*, mais precisamente no capítulo *Texto, Discurso e Corpus*, o autor faz a seguinte afirmação:

Os analistas do discurso não estudam obras; eles constituem *corpora*, eles reúnem os materiais que julgam necessários para responder a esse ou àquele questionamento explícito, em função das restrições impostas pelos métodos aos quais recorrem. (Maingueneau 2014, pp. 39 e 40)

Entendo que Maingueneau se refere, com o termo “obras”, a textos que componham uma unidade, como um romance ou mesmo um conjunto de textos de um certo autor (obra completa de um certo poeta, por exemplo), mas decidi citá-lo por tê-lo tomado em um sentido talvez um pouco menos restritivo. Explico: em vários momentos de minha pesquisa, talvez por ser ainda pouco experiente nos trabalhos em AD, eu me senti tentado a ter como foco a análise de um conjunto de textos que formavam uma unidade por terem sido publicados no site do ESP por um único enunciador, o fundador do programa, o que provavelmente levaria meu trabalho para fora da AD. Por isso a ideia (certamente óbvia para os analistas do discurso, mas relativamente nova para mim) de que a formação do arquivo deveria partir de uma questão discursiva e não de uma “obra”, nesse sentido mais amplo que descrevi acima, foi fundamental.

Em *A Arqueologia do saber*, dei especial atenção ao capítulo *O “a priori” histórico e o arquivo*, onde se encontra a seguinte afirmação:

O arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. Mas o arquivo é, também, o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos, mas que se agrupem em figuras

distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas. (FOUCAULT, 2008, p. 52)

Ao ler a descrição de *arquivo* de Foucault como sendo uma espécie de lei, de um sistema que rege regularidades de relações múltiplas entre enunciados, comecei a construir uma base, digamos, filosófica para a formação do meu, pois percebia nos textos que circulavam no espaço público que, de alguma forma, se relacionavam com a polêmica do ESP, algumas regularidades que iam além da mera coincidência de explorarem a mesma temática. Contudo não encontrei nessa leitura os conceitos, noções e/ou métodos mais operacionais de que precisava para tal empreitada. O comentário de Possenti, quando disse a ele que estava lendo esse capítulo e para que fim o fazia, foi emblemático: “Sempre é bom ler, mas não acho que a solução esteja aí”. Não estava.

Em Maingueneau (2005), recorri à primeira das sete hipóteses que o autor propõe, a de que o interdiscurso precede o discurso, bem como à forma como descreve o interdiscurso, organizando-o em “universo discursivo”, “campo discursivo” e “espaço discursivo”.

Para ele, o primeiro é “um conjunto finito, mesmo que não possa ser apreendido em sua globalidade” e é também “de pouca utilidade para o analista por definir apenas a extensão máxima, o horizonte a partir do qual serão construídos domínios susceptíveis de serem estudados, os ‘campos discursivos’” (p. 35). Sobre o segundo, Maingueneau diz que deve ser entendido como “um conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência, delimitam-se reciprocamente em uma região determinada do universo discursivo” (p. 35). Ele afirma ainda que “‘concorrência’ deve ser entendida da maneira mais ampla; inclui tanto o confronto aberto quanto a aliança, a neutralidade aparente etc. entre discursos que possuem a mesma função social e divergem sobre o modo pelo qual ela deve ser preenchida” (p. 36). O terceiro, *espaço discursivo*, é o que acaba por ser propriamente aquele sobre o qual a atuação do analista é mais efetiva. Sobre tal conceito, o autor diz que o analista é conduzido

a isolar, no campo, “espaços discursivos”, isto é, subconjuntos de formações discursivas que o analista julga relevante para seu propósito colocar em relação. Tais restrições devem resultar apenas de hipóteses fundadas sobre um conhecimento dos textos e um saber histórico, que serão em seguida confirmados ou infirmados quando a pesquisa progredir (pg. 37).

Esta última citação, enfim, me pareceu descrever algo bem próximo do que eu já havia percebido (embora ainda não soubesse bem como selecionar, descrever ou analisar) sobre a polêmica do ESP, sobre os discursos rivais que nela se chocavam (ou se *confrontavam*, para usar um termo de Maingueneau) e se constituíam, bem como sobre as hipóteses que eu já havia levantado sobre questões discursivas dessa polêmica.

Como ainda tinha algumas dúvidas sobre o funcionamento do interdiscurso – que conheci pela leitura de Maingueneau – e sobre como poderia mobilizá-lo da maneira mais operacional possível, tanto na formação de meu arquivo quanto nas análises que se seguiriam, pesquisei mais autores que tinham tratado do tema e cheguei, sem indicação direta de Possenti (que raramente recomenda um texto de sua autoria para seus orientandos), a um artigo do seu livro já citado acima.

Em *Observações sobre o interdiscurso*, Possenti cita trechos do *Dictionnaire d'analyse du discours* (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2002) do verbete que define o interdiscurso, respectivamente, com um sentido mais restritivo – “conjunto de discursos do mesmo campo que mantêm relações de delimitação recíproca uns com os outros” – e outro mais amplo – “conjunto das unidades discursivas com as quais um discurso entra em relação explícita ou implícita” (p. 154). Comentando ainda o mesmo verbete, Possenti cita uma tese da escola francesa sobre o primado do interdiscurso sobre o discurso: “Tal primado implica que uma FD produz o assujeitamento do sujeito na medida em que cada FD é dominada pelo interdiscurso e exclui que sejam colocadas em contraste FDs consideradas independentemente umas das outras” (p. 154). Ele afirma, contudo, que não é o *todo complexo com dominante* – que para Pêcheux seria o interdiscurso – que fornece os pré-construídos.

Segundo o mesmo dicionário,

A noção de pré-construído – elaborada por Henry (1975) e desenvolvida posteriormente por Pêcheux (1975) é uma reformulação das teorias de pressuposição de Ducrot. O pré-construído pode ser entendido como uma marca, no enunciado, de um discurso anterior; portanto ele se opõe àquilo que é construído no momento da enunciação. Um sentimento de evidência se associa ao pré-construído porque ele já “foi dito” e porque esquecemos quem foi seu enunciador. (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2002, p. 401)

Possenti afirma, então, que o pré-construído, essa marca de um discurso anterior presente no enunciado com um valor de evidência (e que portanto não precisa de explicações), parece ser da ordem de cada FD ou daquelas com as quais cada uma está posicionada em franca aliança já que não funcionam em uma FD antagonista, ou seja, “só estão disponíveis, para cada FD, os pré-construídos cujo sentido é evidente para essa FD” (p. 156). Reconheci nessa afirmação o funcionamento de vários enunciados que eu já havia lido no discurso do ESP e que só eram possíveis no interior de sua FD, ou seja, que não seriam jamais admitidos no discurso de seu outro, de seu rival (e vice e versa). Eu estava chegando, finalmente, a modelos que poderiam ser mais operacionais para constituir e justificar meu arquivo bem como minhas análises. Cumpria, portanto, delimitar o(s) campo(s) e o espaço discursivo em que elas se dariam, assim como identificar e descrever o melhor possível tanto a FD que domina o discurso do ESP quanto a que domina seu antagonista na polêmica pública que acreditava existir em torno dele.

Para tanto, seria preciso entender ainda um pouco melhor o conceito de *Formação discursiva* e como poderia ser mobilizado, de forma sistemática e o mais clara possível, no presente trabalho.

### **O conceito de *formação discursiva***

Tal conceito tem presença quase certa em trabalhos de AD e tem sido mobilizado (pelo menos desde meados da década de 1980) como uma espécie de coringa, como algo que já é tão corriqueiramente utilizado e sobre o qual supostamente já tanto se falou que aparentemente não precisa mais ser explicado, recortado, descrito, especificado em um determinado trabalho. Maingueneau chama a atenção para isso em seu capítulo sobre *unidades tópicas e não-tópicas* do livro *Cenas da enunciação* (2008). Nele o autor discorre sobre o que chama de *dupla paternidade* do conceito, atribuída a Foucault e a Pêcheux.

Ele diz que na obra do primeiro o valor de tal conceito “se transforma sem cessar no fio de *Arqueologia do saber*” (2008, pp. 12 e 13) sendo, portanto, difícil de fixar, mas que se fundamentaria, basicamente, na ideia (talvez desconcertante) de ser ao mesmo tempo *regularidade* e *dispersão* ou, de forma mais condensada, um *sistema de dispersão* que rege certo número de enunciados.

Um aparte: ao ler como Foucault descreve esse conceito, em especial o trecho em que diz que, ao recorrermos à expressão *formação discursiva* estaríamos “evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e consequências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como ‘ciência’ ou ‘ideologia’, ou ‘teoria’ ou ‘domínio de objetividade””, mesmo sem tê-lo apreendido com a precisão necessária para mobilizá-lo em minhas análises, fiquei novamente tentado em fazê-lo, a exemplo do que já havia ocorrido no caso da epígrafe deste subcapítulo sobre arquivo. Felizmente me lembrei da orientação de Possenti naquele caso e a transpus para esse, chegando à conclusão de que, embora houvesse ali algo que me colocasse na direção em que pretendia seguir, ainda não era o suficiente.

Já sobre o mesmo conceito na obra de Pêcheux, Maingueneau afirma que há uma definição muito mais clara que se fundamenta na filosofia althusseriana. Segundo ele, para Pêcheux a formação discursiva determina “o que pode e deve ser dito” no interior de uma certa *posição* e numa certa *conjuntura*, mas é também o que determina o que pode e deve ser articulado em um certo gênero discursivo (MAINGUENEAU 2008, pp. 13 e 14). Ou seja, *Formação discursiva* se relacionaria com *gênero* e *posição*, entendendo este último não como *posicionamento* em um campo (como é mais comumente usado em AD na atualidade), mas inscrito na teoria marxista da luta de classes.

Na sequência do capítulo, Maingueneau discorre mais propriamente sobre *unidades tópicas* e *unidades não-tópicas*. Em breves palavras, pode-se dizer que a noção de *unidades tópicas* corresponde a *espaços já “pré-delineados” pelas práticas verbais* (p. 16) enquanto as *não-tópicas* só poderiam ter suas fronteiras delimitadas pelo próprio analista considerando a História (p. 18). Pela natureza de meu objeto de pesquisa, meu arquivo será formado, predominantemente, por enunciados componentes de uma *unidade não-tópica*<sup>17</sup>.

Retornando à problemática em torno de *Formação discursiva*, Maingueneau propõe, então, que, para as *unidades não-tópicas*, ela possa ser de dois tipos: as *unifocais*, exemplificando-as com o *discurso racista* que, apesar de depender de uma construção do analista e de uma especificação histórica, têm seus efeitos mais perceptíveis no cotidiano, sendo mais facilmente admitida como uma formação discursiva, e as *plurifocais*, exemplificando-as com a associação de romances de Júlio Verne e manuais escolares, que só poderiam ser tratados como uma certa unidade a partir de uma hipótese muito bem justificativa

---

<sup>17</sup> Há, de certa forma, duas exceções no corpus predominante do capítulo seguinte em que analiso o discurso das publicações feitas no site oficial do ESP e no quarto capítulo em que analiso o discurso de resistência dos professores com ênfase aos publicados em duas matérias específicas.

pelo pesquisador em AD. No caso do presente trabalho, tomarei o termo *formação discursiva* em sua acepção *unifocal* por se tratar de um estudo sobre o discurso do ESP. Pode-se dizer também que se trate de uma *formação discursiva temática*, uma vez que se concentra em torno de um nó, de um problema, nos moldes que descreve Maingueneau (2015, pp. 86 a 91), uma vez que o discurso do ESP se concentra no tema/nó/problema da suposta *doutrinação* nas escolas por parte de supostos *professores militantes*. Contudo, por não me limitar a seu discurso, mas estudar a polêmica que se forma em torno dele, colocarei em contraste duas FDs diferentes que se confrontam no espaço público e no tema, por mim recortados e justificados, de tal polêmica, a saber: a *Formação discursiva progressista* (doravante FDprog) e a *Formação discursiva reacionária* (doravante FDre)<sup>18</sup> cujos contornos espero deixar mais delineados ao longo das análises.

Por ora, destaco mais duas leituras que acabaram sendo fundamentais como metodologia de formação de arquivo e de análise.

### **Outras referências**

A primeira é o artigo *Direita e esquerda: volver!*, de Possenti e Motta (2008) e que lemos em nosso grupo de estudo. Nele conheci a importante noção de Courtine, mobilizada pelos autores como base da análise que se seguiria: a “sequência discursiva de referência” (SDR).

Segundo eles, Courtine diz que, em trabalhos em AD “convém, em primeiro lugar, determinar a escolha de uma sequência discursiva como ponto de referência a partir do qual o conjunto dos elementos do *corpus* receberão sua organização” (Pg. 2). No artigo de Possenti e Motta, a SDR era um texto publicado em jornal de grande circulação pelo apresentador Luciano Huck em que narrava o roubo de seu Rolex e no qual fazia considerações sobre segurança pública. No caso de minha pesquisa, tomarei como SDR o conjunto de *Deveres do*

---

<sup>18</sup> Na primeira versão da dissertação que levei para minha qualificação, eu havia adotado para as duas FDs rivais os nomes de Formação Discursiva Conservadora (FDcons) e Formação Discursiva Progressista (FDprog), a exemplo do que já haviam feito João Kogawa e Maria Aline Plácido Teixeira em artigo sobre o ESP publicado em abril de 2020 na revista *Olhares* (muito embora a noção de *formação discursiva* assumida ali fosse mais especificamente a de Pêcheux). Contudo, após os comentários dos membros da banca (em especial de Oliveira) sobre o que apontavam as análises feitas por mim até então, decidi reconsiderar tanto a nomenclatura dessas duas FDs quanto a sua ordem de apresentação.

*professor* que constava no projeto de lei cuja aprovação era o foco autodeclarado do ESP. Aliás, sem ter a consciência metodológica de fazê-lo, já havia seguido sistematicamente esse princípio desde o projeto de mestrado ao propor que havia uma polêmica entre tais *deveres* e o discurso manifesto nas práticas pedagógicas da equipe do escola Padre Emílio Miotti, mais especificamente naqueles que levaram às pinturas feitas no muro da instituição pela comunidade escolar com imagens e frases definidas durante ateliês temáticos sobre maioridade penal, os papéis do homem e da mulher na sociedade e a relação entre ensino público e ensino privado.

A segunda é o trabalho de Krieg-Planque *A noção de “fórmula” em Análise do Discurso*. Nele, a autora defende que uma palavra ou uma expressão, para ser considerada uma fórmula, deve apresentar as seguintes características: “ter um caráter cristalizado”, “se inscrever numa dimensão discursiva”, funcionar “como um referente social” e comportar “um aspecto polêmico” (Krieg-Planque 2010, p. 61). Tal definição foi fundamental para orientar escolhas de importantes enunciados que viriam a ser incluídos em meu arquivo. Mais do que isso: a noção de fórmula tornou operacional boa parte da definição de meu corpus (em especial o presente no terceiro capítulo) e de sua análise, como se verá mais adiante.

Como já disse, acredito que a polêmica do ESP constitua um objeto de estudo que se enquadra na descrição que Maingueneau faz de *unidades não-tópicas* em *Cenas da Enunciação* (2008), que são “construídas pelos pesquisadores independentemente de fronteiras preestabelecidas” (p. 18). Falando mais especificamente da parte do corpus formada a partir da noção de *fórmula* de Krieg-Planque, podemos afirmar que se trata de uma unidade não-tópica do tipo *percurso*. Para Maingueneau, os percursos:

reúnem materiais heterogêneos em torno de um significante de dimensão variável (unidades lexicais, grupos de palavras, frases, fragmentos de textos, quando não textos) não para constituir um conjunto unificado por uma temática, mas para analisar uma circulação, para dar a medida de uma dispersão. Não se trata de procurar o “verdadeiro” sentido de uma certa expressão, mas, antes de tudo, de explorar uma disseminação. (MAINGUENEAU, 2014, p. 95)

Ainda assim, inicialmente parto da hipótese de que o discurso do ESP – que segundo argumentação explícita de seus adeptos atua no campo legislativo, já que se baseia na defesa da

aprovação de uma lei – circula de forma muito mais efetiva no campo político, campo esse interdito, segundo o movimento, ao docente, para impedi-lo de atuar como *professor doutrinador*, que seria o representante do discurso rival ao do programa. Como *espaço discursivo*, meu recorte será a polêmica (AMOSSY, 2017 e MAINGUENEAU, 2005) que se dá no espaço público em torno do discurso de tal programa bem como seus efeitos ainda presentes em tal espaço mesmo com a derrocada de seu projeto inicial de implementação de uma lei a qual já citei e da qual tratarei novamente mais adiante.

Para conseguir organizar um corpus representativo do que passei a chamar de “A polêmica do Escola Sem Partido”, foi preciso entender, por exemplo, por quais meios ela circula, por quais campos, quais instituições a encampam e para quais é especialmente relevante<sup>19</sup>. Algumas respostas são aparentemente mais óbvias, outras nem tanto.

Que a escola, seus ritos, suas funções sociais e a atuação dos docentes estão em primeiro plano como cenário de tal polêmica é evidente. Portanto, produções institucionais escolares que se relacionem com a SDR, bem como as encampadas por instituições diretamente relacionadas à escola (sindicato de professores, secretaria de ensino, associações de pais e/ou de mestres) interessam ao meu arquivo, assim como a legislação que regulamenta a atuação de profissionais nas escolas – como a Constituição Federal, as Leis de diretrizes e Bases (LDB) e a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), no nível federal, e os projetos políticos pedagógicos de redes particulares ou públicas nos planos estadual e municipal – e os projetos nos moldes do ESP em casas legislativas ou as peças jurídicas que a ele se ligam direta ou indiretamente (resultados de disputas judiciais entre adeptos do discurso do ESP e professores, redes ou outras instituições que foram por eles questionados/atacados). Mas é claro que, por extensão, também me interessaram enunciados que, de certa forma, são representativos de outros campos e instituições, como os presentes em matérias publicadas em veículos de imprensa, bem como em enunciados sobre casos particulares controversos de embates entre professores, alunos e familiares em torno do tema que geralmente circulam em publicações em redes sociais e nos comentários que geraram.

---

<sup>19</sup> É nesse ponto (o das instituições) que se estabeleceu, talvez de maneira muito pessoal, a relação entre a epígrafe do presente subcapítulo e seu tema (arquivo/corpus) na minha experiência de leitura. Mas esse ponto já foi estrategicamente abandonado por ora.

Para cumprir essa tarefa, o principal – e aparentemente mais óbvio<sup>20</sup> – critério que utilizei para formar o arquivo de onde retiraria, por fim, meu corpus, foi o temático. Ou seja, procurei reunir através de uma busca na internet de textos e enunciados que tivessem ligação direta com o ESP, como tudo o que consta no site oficial do movimento que está na web desde 2004 (e que mesmo com a saída recente de seu fundador ainda segue ativo), projetos apresentados em casas legislativas dos três níveis da federação, debates públicos, manifestos institucionais pró ou contra a sua efetivação como lei e mesmo sua atuação tácita no espaço escolar, comunicados de entidades oficiais com pareceres sobre ele, comentários de autoridades públicas, de educadores, de juristas, notícias sobre o desenrolar do debate público (ou polêmica pública, como defendo que seja), matérias que o descrevem para o grande público, entrevistas, comentários de internautas entre outros.

É preciso destacar também que, com o decorrer do tempo e o gradual aumento da temperatura da polêmica que se instaurou em torno do ESP, mesmo seu projeto não tendo se efetivado como lei em âmbito nacional<sup>21</sup>, muitos acontecimentos influenciados direta ou indiretamente pelas ideias por ele propagadas e/ou combatidas por seus opositores (ou, mais precisamente, os enunciadores que partilham da formação discursiva a que o programa se opõe) se mostraram de grande relevância para a compreensão mais ampla de seus efeitos discursivos no tecido social e que, portanto, deveriam também constar no arquivo. Refiro-me aqui, por exemplo, a casos ocorridos em instituições de ensino em que professores foram colocados no centro de acalorados debates (alguns evoluindo para protestos, manifestações de apoio e de repúdio, litígios, demissões, como se verá em especial no último capítulo deste trabalho) que foram amplamente divulgados por órgãos de imprensa e/ou que viralizaram em redes sociais por estarem contrariando (mesmo que isso não fosse diretamente citado) o discurso do ESP.

Como, acredito, não poderia deixar de ser, o arquivo que finalmente servirá de base para o corpus que comporá o presente estudo tem as marcas dos dedos do artesão que o forjou. É, portanto, parcial, provisório, incompleto e imperfeito.

---

<sup>20</sup> Digo “aparentemente” porque, ao longo desta pesquisa, o tema que a orientaria sofreu alterações que, se não a desviaram totalmente de meu objeto inicial, ao menos alteraram sensivelmente seu foco.

<sup>21</sup> Algumas casas legislativas municipais chegaram a aprovar projetos nos moldes do ESP. O Supremo Tribunal Federal, contudo, se pronunciou oficialmente contrário a elas. Tratarei disso mais adiante.

## 2. O DISCURSO DO MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO

Talvez por ser este o primeiro capítulo que será mais efetivamente dedicado à análise, foi também o que mais passou por processos de reescrita motivada por questões de estilo, de reavaliação de método, mas, sobretudo, por dúvidas sobre qual seria a melhor e mais honesta ordem para apresentar ao leitor o resultado das análises com todas as suas idas e vindas através do corpus (predominantemente extraído do site oficial do ESP), uma vez que o desafio auto imposto do presente trabalho é conciliar uma escrita com tom memorialista narrativo (por assim dizer) aos ritos acadêmicos da AD. Optei, finalmente, pela seguinte sequência: apresentação da SDR e das questões principais que ela suscitou no analista; breve histórico do Movimento Escola sem Partido e do programa proposto por ele; análise do simulacro *Lei da mordação*; análise das publicações mais destacadas do site e, por fim, análise de outras publicações às quais essas primeiras me levaram. O resultado é o que segue.

### Uma Sequência Discursiva de Referência

Tomei conhecimento das produções do ESP há alguns anos através da leitura de um modelo de cartaz intitulado *Os deveres do professor* (**figura 5**) sobre o qual já falei um pouco na introdução desse trabalho. Ele fazia parte da proposta de um programa que incluía sua afixação nas salas de aula do Brasil inteiro. Tal lista de deveres foi adaptada e apresentada como projeto de lei no Congresso Nacional e em casas legislativas de municípios e estados brasileiros como Programa Escola sem Partido.

Durante o processo de coleta de material para a formação de meu arquivo, muitos outros itens remetiam, de maneira mais ou menos direta, ao discurso nele expresso. Foi por isso que, partindo da metodologia proposta por Courtine (1981), o defini como minha SDR.

À época de meu primeiro acesso ao site do movimento, esse cartaz aparecia em destaque antecedido por uma breve apresentação (**figura 4**) que hoje tem outra diagramação, rejuvenescida em cores, formas e fontes, mas com os mesmos enunciados de antes.

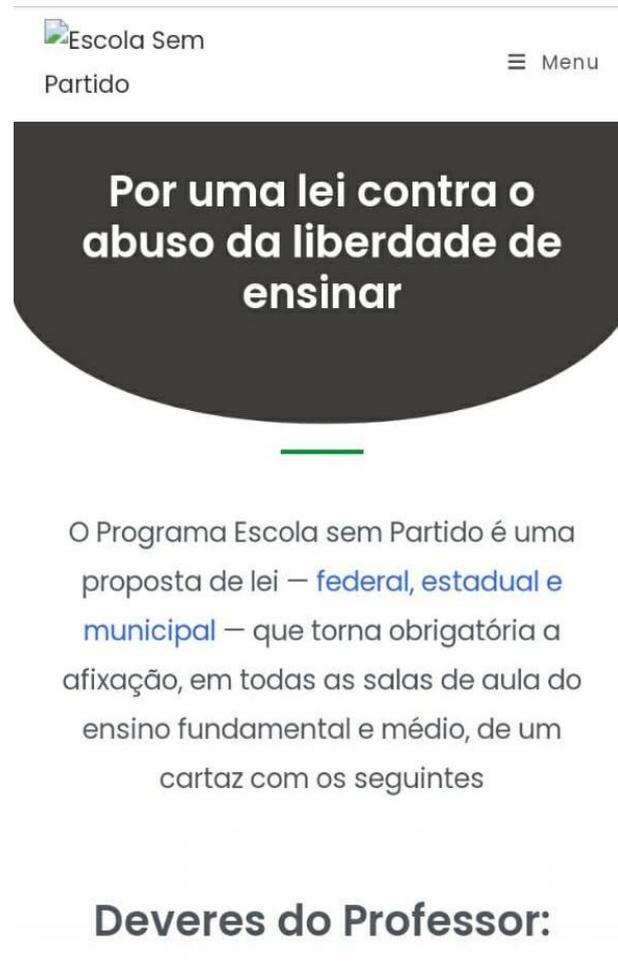


Figura 4: captura da tela do site do ESP.<sup>22</sup>

<sup>22</sup> Disponível em <https://www.escolasempartido.org/programa-escola-sem-partido/>. Consultado em 27 de junho de 2020.



Figura 5: captura da tela do site do ESP.<sup>23</sup>

No alto da **figura 4**, o enunciado em letras brancas sobre fundo preto (“Por uma lei contra o abuso da liberdade de ensinar”) tem um formato formulaico, não no sentido de “fórmula discursiva” descrita por Krieg-Planque (2010), mas como uma estrutura sintático-semântica que evoca uma memória de uso facilmente recuperável. Tal enunciado remete a textos com fins

<sup>23</sup> Disponível em <https://www.escolasempartido.org/programa-escola-sem-partido/>. Consultado em 15 de junho de 2018.

de divulgação de lemas e/ou causas coletivas como publicações de sindicatos, de manifestos de partidos, de ativistas políticos, movimentos sociais, entre outros. Trata-se do uso da estrutura “**POR**” + **sintagma substantivo** + **sintagma adjetivo** (“Por + uma lei + contra o abuso da liberdade de ensinar”).

Em uma busca rápida no Google, encontrei, por exemplo, as seguintes expressões com a mesma estrutura:

6. Pela liberdade de expressão<sup>24</sup>
7. Por melhores condições de vida e trabalho<sup>25</sup>

A ocorrência de tal estrutura é uma evidência de que o ESP está em uma posição de luta e também dá indicação de contra quem será essa luta. Segundo o próprio programa, sua luta é contra “o abuso da liberdade de ensinar” e sua estratégia declarada é a aprovação de uma lei que combata tal abuso.

A expressão em destaque remete ao parágrafo II do artigo 206 da Constituição Federal, que estabelece como um dos princípios do ensino no país a “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber”. Ao adotar a bandeira do combate ao “abuso da liberdade de ensinar”, o ESP direciona suas ações à atuação do professor, buscando um mecanismo legal para restringir um direito constitucional. Mas seria essa restrição direcionada a todo e qualquer professor? Os excertos abaixo (15 a 23), todos constantes do site do ESP, ajudam a responder essa pergunta.

8. **Doutrinador** em flagrante delito.
9. Flagrando o **Doutrinador**.
10. Denunciem os **doutrinadores**, com nome e sobrenome, ao Escola sem Partido.
11. A universidade está repleta de **doutrinadores**.
12. Acho que meu professor se enquadra como **doutrinador**.
13. “Ele me atormentou durante meses”, diz vítima de **militante disfarçado de professor**.
14. Sou motivo de chacota de **militantes travestidos de professores**.
15. Mensagem de fim de ano do coordenador do Escola sem Partido ao **militante disfarçado de professor**.

<sup>24</sup> Disponível em <https://www.publishnews.com.br/materias/2020/07/31/pela-liberdade-de-expressao>. Consultado em 23 de junho 2021.

<sup>25</sup> Disponível em <http://www.metalcampinas.org.br/2019/11/20/lutar-por-melhores-condicoes-de-vida-e-trabalho/>. Consultado em 23 de junho 2021.

16. Pessoas estão abandonando o curso com que se identificam pra fugir da perseguição de **professores militantes**.<sup>26</sup>

Apesar de cada um dos excertos acima serem títulos de diferentes publicações dentro do site do ESP, eles têm em comum a recorrência dos termos “doutrinador(es)” (excertos 8 a 12) e “militante(s)” (excertos 13 a 16) sendo usados ou para substituir o substantivo “professor(es)” ou para qualificá-lo. A restrição que o programa procura tornar efetiva por via da aprovação de uma lei é seletiva, não se direciona a todo e qualquer professor e/ou **tema**<sup>27</sup>, mas a uma subcategoria ali definida como professor *doutrinador* ou como *militante disfarçado de professor* – termos que circulam no espaço público para além do site do movimento, com algumas variações, de forma recorrente.

Uma análise de tal material revela algumas características desse discurso. Ele criminaliza o professor, que é visto pelo movimento e por seus apoiadores como doutrinador, como evidenciam expressões a ele associadas que remetem a um discurso policial (“flagrante delito”, “flagrante”, “se enquadra”). Aponta os alunos como vítimas de tais profissionais passando por constrangimentos e perseguições afetando a continuidade de seus estudos (“ele me atormentou”, “sou motivo de chacota”, “fugir da perseguição”). Reforça a postura de autoridade do ESP na luta contra tais profissionais (“Denunciem [...] ao Escola sem Partido”, “Mensagem de fim de ano do coordenador do Escola sem Partido”).

Em seguida, ainda na **figura 4**, há um breve texto explicativo que antecede os “deveres”, introduzindo-os, e afirma que “O Programa Escola sem Partido é uma proposta de lei”, indicando que seu campo de atuação é o do legislativo. E foi justamente dessa forma que o ESP se lançou no debate público há uma década e meia.

O texto que lista os “deveres do professor” (**figura 5**), apesar de não ter o mesmo destaque de outrora no site, por não estar mais em sua página inicial, ainda é facilmente acessível por meio de um clique no menu principal.

A primeira característica que destaque nele são construções como “O professor **não se aproveitará**”, “O professor **não favorecerá nem prejudicará**”, “O professor **não fará**”, “o professor **apresentará**”, “O professor **respeitará**”, “O professor **não permitirá**” (grifos meus), que mostram o uso recorrente das formas verbais, modificadas ou não pelo advérbio de

<sup>26</sup> Os excertos 15 a 24 são todos títulos de publicações dentro do site <https://www.escolasempartido.org/>. Os grifos são meus.

<sup>27</sup> Sobre os temas falarei mais adiante.

negação, que remetem a uma memória discursiva de regulamentos, regimentos e também a mandamentos religiosos, como os da cultura judaico-cristã (“Não matarás”, “Não terás outros deuses”). Essa aproximação com o discurso religioso, em especial, é coerente com o que já havia dito Nagib quando afirmou que fazem parte do ESP pessoas ligadas a igrejas. Além disso, essas construções são prenes de não ditos, mais precisamente de pressupostos (KRIEG-PLANQUE 2018, pp. 137 a 139) segundo os quais os professores em salas de aula se aproveitam da audiência cativa de seus alunos; favorecerem ou prejudicam-nos conforme suas convicções; fazem propagandas político-partidárias; não apresentam de forma justa as diferentes perspectivas concorrentes; não respeitam o direito dos pais; permitem que direitos dos alunos sejam violados.

A afixação de tais cartazes de 42 x 59,4 cm em todas as salas de aula do Brasil com tais dizeres, segundo havia dito Nagib, seria uma forma de “conscientizar os estudantes sobre os direitos que correspondem àqueles deveres a fim de que eles mesmos possam exercer a defesa desses direitos”, mas funcionam como uma forma de colocá-los em alerta contra professores, que seriam potenciais aproveitadores, injustos, militantes de partidos, tendenciosos, usurpadores de direitos dos pais de educar moralmente seus filhos, negligentes para com os direitos de seus alunos de serem respeitados em suas convicções que, porventura, divirjam das convicções de seus professores e/ou seus colegas.

Ao chegar a esse ponto da pesquisa, alguns questionamentos começaram a ganhar destaque, ora mais influenciados por minha experiência como professor, ora por minha formação em AD. Explico. Caso eu mesmo não houvesse vivenciado a pressão persecutória exercida pelos seguidores do ESP no fazer pedagógico cotidiano de professores e instituições e caso não fosse essa uma pesquisa no campo da AD e pudéssemos nos limitar à leitura do cartaz em questão sem considerar toda a sua materialidade discursiva (pressupostos, cenografia, FD à qual se filia etc.), bem como as práticas de tal movimento (que tipo de ação dos professores é coibida, que tipo de denúncia é estimulada, por exemplo), seria muito fácil aceitar que tudo o que nele está escrito pareceria mais do que correto para qualquer professor ético e responsável. Afinal, as atitudes e comportamentos obrigatórios/vedados ao professor, segundo a lista proposta pelo ESP, pressupõem um profissional que não forma alunos autônomos na sua área do saber, mas forja autômatos seguidores dos posicionamentos político-ideológicos do professor, desviando-se assim de sua função. Foi necessário, então, estudar o histórico do ESP (instituições que a ele se aliam e os tipos de denúncias que acolhe, por exemplo), a formação discursiva à qual se filia e mesmo a cenografia presente na circulação desse discurso para

verificar se o que a leitura do texto do cartaz despregada de tudo isso parece indicar procede ou se, afinal, o ESP tem um lado. E é aí, nessa possível contradição que eu ainda não tinha comprovado, mas que já intuía, que pode se constituir seu caráter polêmico.

### **Um breve histórico do movimento**

O Escola sem Partido é um movimento que se iniciou no Brasil, entre os anos de 2004 e 2005, de forma discreta, com a publicação de uma página na internet criada e alimentada pelo então procurador do estado de São Paulo Miguel Nagib. Durante a primeira década deste século, ganhou fôlego com a ascensão do discurso reacionário que se opunha a políticas (em especial federais) de teor progressista que colocaram no centro do debate público, em vários campos e instituições, questões como a tolerância religiosa e étnica, bem como os direitos das mulheres e dos LGBTQIA+. A escola é uma dessas instituições, sobretudo pela implementação dos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) que determinavam a obrigatoriedade de inclusão, desde o ensino infantil, de temas transversais como o respeito às diversidades e a formação do pensamento crítico. Tais temas têm ainda grande destaque na BNCC (Base Nacional Comum Curricular), que é mais recente e que está em fase de implementação nas redes públicas e particulares, bem como no Plano Nacional de Educação votado em 2015. Nos anos que antecederam o impeachment/golpe (conforme a FD) de Dilma Roussef, e também nos que se seguiram imediatamente a ele, o ESP passou a ser tema de acaloradas discussões em casas legislativas de todo o país.

O site dizia que o Programa Escola sem Partido representava os pais e estudantes contrários à doutrinação ideológica nas escolas. Com o intuito de saber mais sobre como seu idealizador entendia o programa e sobre quem eram os sujeitos e/ou instituições que o apoiavam, tomei a iniciativa de escrever um e-mail para Nagib solicitando mais informações. Dias depois, recebi a seguinte resposta:

17. Qualquer pessoa e qualquer organização é livre para apoiar o Escola sem Partido. O ESP, enquanto movimento, não possui estrutura organizacional, ficha de inscrição, nada disso. Entre os apoiadores da causa existem pessoas ligadas a

partidos, igrejas e movimentos (o Direita São Paulo, o MBL e o Nas Ruas, por exemplo), assim como existem estudantes, pais e mães não vinculados a nenhuma organização (como é o meu caso)

Realizei, então, uma pesquisa no buscador eletrônico do Google para encontrar ocorrências que relacionassem o ESP às instituições de direita nomeadas por ele.

Dentre as que encontrei sobre o *Direita São Paulo*, selecionei uma fala que integra um vídeo intitulado “Steh Papaiano do Direita São Paulo fala sobre o Escola Sem Partido e trás (sic) provas!” postado no canal do Youtube “Direita Cristã Conservadora Oficial”<sup>28</sup>. Fiz algumas capturas de tela de tal vídeo, que também reproduzo abaixo.

18. Gostem ou não continuaremos a combater todo tipo de doutrinação em sala de aula e as famílias vão sim passar a ser (sic) respeitadas queiram ou não.<sup>29</sup>



Figura 6: captura da tela do vídeo “Steh Papaiano do Direita São Paulo fala sobre o Escola Sem Partido e trás (sic) provas!”.<sup>30</sup>

<sup>28</sup> O fato de tal vídeo ter sido postado em um canal ligado a uma organização cristã que se auto intitula conservadora corrobora a afirmação de Nagib quanto ao apoio de igrejas.

<sup>29</sup> Disponível em [https://www.youtube.com/watch?v=6rRkB4akD\\_A](https://www.youtube.com/watch?v=6rRkB4akD_A). Consultado em 2 de dezembro de 2018.

<sup>30</sup> Disponível em [https://www.youtube.com/watch?v=6rRkB4akD\\_A](https://www.youtube.com/watch?v=6rRkB4akD_A). Consultado em 2 de dezembro de 2018.



Figura 7: captura da tela do vídeo “Steh Papaiano do Direita São Paulo fala sobre o Escola Sem Partido e trás (sic) provas!”.<sup>31</sup>

O vídeo é composto da fala da ativista Steh Papaiano, do *Direita São Paulo*, entremeada de depoimentos de pais cujos filhos supostamente teriam sido vítimas de *professores doutrinadores* e imagens com recortes de matérias, notícias e artigos de jornais digitais, bem como de trechos de vídeos de jornais televisivos sobre um suposto *kit gay*. Há ainda reprodução de textos que supostamente integrariam tal *kit*. São esses elementos que figuram como as “provas” que a ativista “trás” (sic).

A **figura 6** mostra a imagem de uma mulher com uma camiseta de apoio ao ESP (parcialmente encoberta pela edição do vídeo), em frente a microfones, depondo para uma plateia de pais em um evento sobre a suposta doutrinação de sua filha numa escola particular de São Paulo. A **figura 7** mostra outra mãe depondo sobre o mesmo tema, trajando uma camiseta na qual se vê em destaque a figura de uma mão espalmada ao lado da palavra “Basta!” e, mais abaixo, em letras um pouco menores, o enunciado “Não à ideologia de gênero! Contra a doutrinação ideológica nas escolas”.

O excerto 18 é a transcrição do trecho final da fala da ativista em que enfatiza de forma enérgica que ela e aqueles que ela inclui no pronome plural que utiliza (“nós”) seguirão combatendo a “doutrinação em sala de aula”. Ela também afirma que “as famílias vão sim passar a ser respeitadas”. Além do pressuposto de que as famílias não são respeitadas nas escolas, chama a atenção nesse enunciado uma oposição declarada entre “nós”, que pode ser interpretado como o Direita São Paulo ou o Escola sem Partido – dois coletivos que ela integra – ou até mesmo a totalidade dos que atuam contra a suposta doutrinação nas escolas e “eles”,

<sup>31</sup> Ibid.

que pode ser interpretado como o PT (Partido dos Trabalhadores) ou os sindicatos – ambos citados em outros trechos do vídeo como entidades organizadoras da doutrinação nas escolas – ou até a coletividade de todos os supostos doutrinadores.

Assim como no caso do *Direita São Paulo*, também pude comprovar o apoio institucional feito ao ESP pelo MBL (Movimento Brasil Livre), como fica evidente na publicação abaixo:

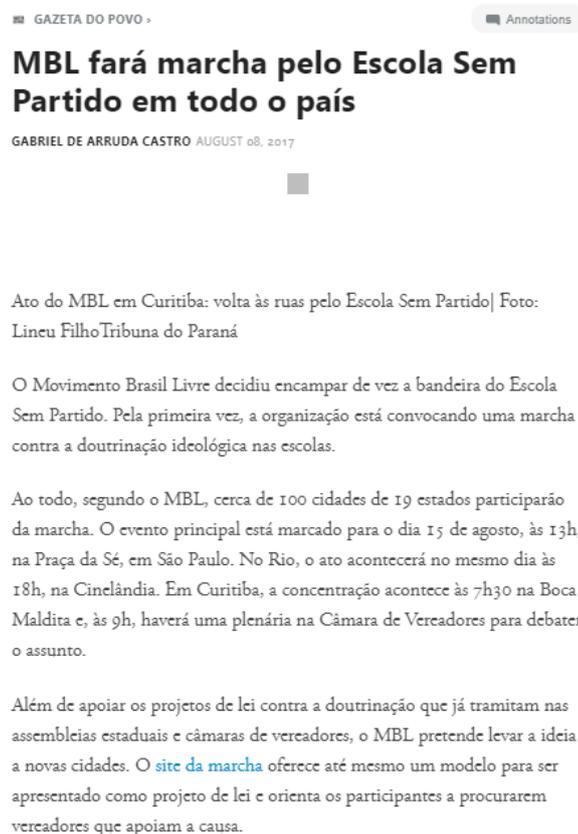


Figura 8: captura da tela do site do jornal Gazeta do Povo.<sup>32</sup>

A **figura 8** mostra a notícia, veiculada na versão digital do jornal Gazeta do Povo no dia 8 de agosto de 2017, de que o MBL faria uma marcha de apoio ao ESP que ocorreria em “cerca de 100 cidades de 19 estados”. O jornal diz ainda que, “Além de apoiar os projetos de lei contra a doutrinação”, que já tramitavam nas casas legislativas do país, ainda intencionava “levar a ideia a novas cidades”.

Sobre o apoio do movimento *Nas Ruas*, não encontrei nenhuma ocorrência, a não ser em falas e publicações do próprio Nagib e de outros membros do ESP. Já sobre o apoio de igrejas,

<sup>32</sup> Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/mbl-fara-marcha-pelo-escola-sem-partido-em-todo-o-pais-4i3elisi28qrft1bzodr5y11/>. Consultado em 7 de novembro de 2018.

as ocorrências foram fartas, mas serão tratadas de maneira mais consistente no próximo capítulo em que discorro sobre a fórmula *ideologia de gênero*.

Se, de um lado, o programa ganhou muitos apoiadores, inclusive ligados a instituições citadas por Nagib, por outro, enfrentou (e enfrenta) forte oposição, tendo, inclusive, seu nome reformulado a partir de um posicionamento contrário às suas ideias. É sobre isso que falaremos a seguir.

### **“Lei da mordaza”: um caso de simulacro**

19. A Lei da Mordaza não quer evitar uma possível ideologização, ela quer evitar que a ideologia dominante seja questionada<sup>33</sup>.
20. Os ideólogos da Lei da Mordaza querem impor um regime de censura, punição e perseguição aos/às professores/as no ambiente escolar. Mesmo sem virar lei, os seguidores da “Escola sem Partido” já promovem inúmeras tentativas de coagir professores e professoras, violando a liberdade de cátedra e interferindo de forma ilegal e inconstitucional nas escolas brasileiras.<sup>34</sup>
21. Gilmar Soares Ferreira, professor de História; Especializado em Psicopedagogia; representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e dirigente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Mato Grosso, alertou para a prática comum durante a ditadura militar no Brasil de “não misturar escola com política”. Ele chamou o projeto de lei Escola sem Partido de lei da mordaza para os educadores. “Querem restringir a liberdade de pensamento e voltar à doutrinação”, ressaltou.<sup>35</sup>

Nos excertos 19 a 21, nos quais o sintagma *Programa Escola sem Partido* aparece reformulado como *Lei da mordaza*, encontramos elementos que reforçam a tese de que o discurso do ESP esteja no centro de uma polêmica. Mas, antes de tratar disso, é preciso primeiro recuperar brevemente a memória desse sintagma.

*Lei da mordaza* remete à memória de um dispositivo criado durante a ditadura militar (1964 a 1985) que impedia que servidores do Estado emitissem opinião pública sobre ações do governo, sob pena de sofrerem punições disciplinares. Tal dispositivo sobreviveu, inclusive, por alguns anos após a reabertura política. No estado de São Paulo, por exemplo, ele foi

<sup>33</sup> Disponível em <https://www.marxismo.org.br/a-lei-da-mordaca-o-significado-historico-e-nosso-combate/>. Consultado em 29 de março de 2021.

<sup>34</sup> Disponível em <https://fnpe.com.br/nota-de-repudio-a-lei-da-mordaca-escola-sem-partido/>. Consultado em 29 de março de 2021.

<sup>35</sup> Disponível em <https://www.camara.leg.br/noticias/507599-representante-dos-trabalhadores-diz-que-escola-sem-partido-e-lei-da-mordaca>. Consultado em 29 de março de 2021.

revogado apenas em 2009. Nos discursos que são atravessados por uma FD de luta contra a ditadura, referir-se a esse dispositivo com a expressão *Lei da mordaza* significava posicionar-se contrariamente ao controle da livre expressão do pensamento. Em outras palavras, *Lei da mordaza* funcionava como sinônimo de *censura* e essa memória é retomada nos excertos 19 a 21, agora já em outro momento histórico.

No excerto 19, publicado no site de um grupo chamado *Esquerda Marxista*, a própria ideia de combate à doutrinação ideológica – que é, no discurso do ESP, a principal motivação do modelo de lei que seu programa propõe – é negada e em seu lugar é apontado o objetivo de manutenção da “ideologia dominante” cujo questionamento se quer “evitar”.

No excerto 20, publicado no site do *Fórum Nacional Popular de Educação*, o ESP é associado a “um regime de censura, punição” e “perseguição” que recupera o próprio referencial histórico que dá forma à reformulação “lei da mordaza”, mas situando-o em um espaço específico e com alvos determinados: “professores/as no ambiente escolar”. Além disso, ele aponta para dois importantes aspectos dessa polêmica: o da inconstitucionalidade dessa lei, sobretudo por ferir a “liberdade de cátedra”, e o da coação de professores por apoiadores do movimento mesmo sem que ela tenha sido aprovada.

No excerto 21, publicado no site da Câmara dos Deputados, há uma recuperação explícita do referencial histórico de *Lei da mordaza*, associando o projeto de lei nos moldes do ESP a uma “prática comum durante a ditadura militar no Brasil de ‘não misturar escola com política’”. Há também uma referência ainda mais explícita do que no segundo (e certamente mais que no primeiro) de *Lei da mordaza* como reformulação da proposta de lei do *Programa Escola sem Partido*. A forma como a notícia cita o autor das ideias ali descritas (Gilmar Soares Ferreira) confere a ele, e por extensão à sua fala, uma autoridade institucional (“professor de História; Especializado em Psicopedagogia; representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e dirigente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Mato Grosso”) de grande legitimidade para falar em nome dos professores.

Nos três enunciados em questão, as instituições que encampam esse discurso que parece só poder citar o Programa Escola sem Partido reformulando-o ou negando sua legitimidade, descrevendo-o como impossibilidade, mentira, violência, censura, perseguição são relevantes para começarmos a traçar o perfil de qual seria a Formação discursiva rival daquela ao qual está subordinado o discurso do ESP.

Levando em consideração o site no qual o primeiro dos três enunciados foi publicado, é possível supor, por exemplo, que as ideias marxistas de defesa das minorias estejam entre

aquelas que questionariam o que ali mesmo é chamado de “ideologia dominante”, se colocando em franca aliança com o que passarei a chamar aqui de FDprog. Fato semelhante ocorre no segundo enunciado, publicado em um site de um fórum sobre educação popular. Já no terceiro, a Câmara dos Deputados, em cujo site foi feita a publicação, por se tratar (por definição) de uma instituição representativa dos mais diversos partidos (tanto no sentido estrito de *legendas partidárias* quanto no sentido mais abrangente de *posicionamentos*), não pode, por si só, indicar qualquer hipótese de filiação a uma FD; contudo, as instituições citadas direta ou indiretamente na descrição de Gilmar Soares Ferreira (a saber: confederação de professores, sindicato e a própria academia) o fazem.

Tanto na luta contra a ditadura quanto na polêmica do ESP, referir-se a esse dispositivo com a expressão *Lei da mordaza* funciona como um simulacro, que é um conceito fundamental da teoria da interincompreensão (MAINGUENEAU, 2005) entre discursos rivais numa polêmica. Em breves palavras, um simulacro funciona como uma espécie de tradução em um dado discurso (*discurso agente*) de um enunciado (ou uma palavra, uma expressão, um sintagma) de um discurso rival (*discurso paciente*) por ser vedado ao primeiro por questões ideológicas ou de práticas discursivas de filiação a uma FD que só admite, só compreende valores e práticas da sua FD rival através do simulacro de tais valores dentro de seu próprio sistema de referências.

“Lei da mordaza” é um simulacro por se tratar de uma “tradução” em discursos contrários ao do ESP – dominados, portanto, pela FDprog – de um sintagma posto em circulação pelo programa – por sua vez dominado pela FDre – já que lhe é interdito simplesmente utilizar o discurso do outro para nomear uma proposta de lei considerada pelos progressistas uma censura, uma reação ao progresso social que lhes é tão caro.

### **Um breve aparte**

Antes de seguir adiante, cabe dizer que, à medida em que minha análise avançava, mais eu recorria a Maingueneau e a seus estudos sobre o funcionamento das polêmicas, o que tornava evidente que a teoria de Amossy sobre a sua função não era capaz de descrever toda a dinâmica do violento embate entre as FDs rivais que estudo. O mais provável é que o papel que “Apologia da Polêmica” desempenhou de fato em meu trabalho esteja mais ligado ao campo

afetivo que ao metodológico<sup>36</sup> por ter sido a primeira leitura que realmente me motivou a definir meu objeto e com a qual, de uma maneira talvez muito subjetiva, me identifiquei como sujeito – mais precisamente como sujeito polêmico, por assim dizer. Em todo caso, por fundamentar toda a minha escrita nesse jogo já declarado de ténue equilíbrio entre um caráter acadêmico que deve ter e um caráter memorial que desejo que tenha, decidi por não “higienizá-lo” retirando as citações de Amossy; ao contrário: optei por mantê-las como mais uma evidência de meu percurso enquanto analista.

### **Uma mudança de estratégia**

Desde as primeiras propostas de lei nos moldes do movimento apresentadas em casas legislativas até agora, uma sequência de acontecimentos e importantes fatos políticos de abrangência nacional que se relacionavam direta ou indiretamente com o ESP influenciaram os rumos do programa. Por um lado, a eleição de Jair Bolsonaro e o empoderamento de um discurso reacionário foram combustível para o ideário do ESP que assim ganhou mais visibilidade e adeptos, resultando em novos sites, grupos em redes sociais e mesmo em outras ações individuais ou coletivas de apoio. Por outro, apesar de obter uma sequência de vitórias no campo legislativo, o programa sofreu derrotas importantes em decisões do judiciário, que impediram que ele lograsse êxito. Entre as vitórias, podemos listar a aprovação de leis nos moldes do programa em municípios de diversas partes do país, como Londrina (PR), Ipatinga (MG), Novo Gama (GO) e mesmo sua já citada aprovação em primeira votação em Campinas (SP)<sup>37</sup>. Entre seus revezes, podemos destacar dois acontecimentos de âmbito nacional de maior impacto político e jurídico.

O primeiro é o encerramento, em dezembro de 2018, do mandato de deputados que faziam parte da comissão que estudava uma proposta de lei nos moldes do ESP na Câmara Federal sem que tivesse ocorrido a votação do parecer final sobre ela. Tal fato se deu, em boa medida, devido a manobras regimentais de partidos que se opunham ao projeto, o que, na prática, levou ao encerramento dos trabalhos da comissão e ao seu arquivamento. Na legislatura

---

<sup>36</sup> Com efeito, essa mesma hipótese foi levantada por todos os membros da banca de defesa, o que me levou a escrever esse breve, mas fundamental, adendo.

<sup>37</sup> O projeto foi finalmente arquivado em setembro de 2021.

seguinte, outro projeto similar foi novamente apresentado por uma deputada da base bolsonarista, mas não foi pautado<sup>38</sup>.

O segundo foi a suspensão, em dezembro de 2019, pelo ministro do supremo Luís Roberto Barroso, de uma lei de Londrina (baseada no programa) que proibia debates e abordagens sobre gênero (que remete ao que os adeptos do programa chamam de *ideologia de gênero*, expressão que será analisada como fórmula no próximo capítulo) nas escolas do município, por considerá-la inconstitucional. Outras decisões desfavoráveis a leis similares em outras cidades ocorreram nos moldes da primeira nesta e nas outras esferas do poder judiciário sustentando sua inconstitucionalidade. Todo esse processo de desgaste jurídico e político levou, inclusive, Miguel Nagib a deixar o ESP, fato notificado por ele mesmo com a publicação de uma entrevista no site do movimento em agosto 2020.

Se, há alguns anos, o ESP mirava mais diretamente os legisladores das três esferas do poder, a sequência dos acontecimentos citados (entre outros) fez com que tanto o movimento quanto a sua forma de ação (e conseqüentemente a sua apresentação em seu site oficial) fossem mudando sensivelmente de foco, o que se refletiu na forma como seus organizadores passaram a comunicar seus objetivos e ações. Em um novo acesso ao site oficial do movimento, no dia 17 de julho de 2020, pude constatar essa mudança.

Reproduzo abaixo uma sequência de imagens publicadas na versão para smartphone da página do ESP.



Figura 9: captura da tela do site do ESP.<sup>39</sup>

**Se você ou seu filho  
foi ou está sendo  
vítima de algum  
militante disfarçado  
de professor,  
denuncie.**

A MENOS QUE VOCÊ DESEJE, SUA  
IDENTIDADE NÃO SERÁ REVELADA.

📣 QUERO DENUNCIAR

Figura 10: captura da tela do site do ESP.<sup>40</sup>

<sup>38</sup> Questionado, durante entrevista ao Roda Viva, em agosto de 2020, pelo jornalista da Folha de S. Paulo, Ranier Bragon, sobre o fato de o que chamou de “pauta conservadora” e “projetos retrógrados” (dentre os quais estão os que se baseiam no modelo do ESP) não terem “emplacado” na Câmara, Rodrigo Maia, que presidia a casa, disse que Jair Bolsonaro “elegeu cinquenta deputados” e que não teria o apoio “que o presidente gostaria” assim como não teria “na presidência da Câmara o apoio que ele precisaria para ter uma pauta nesse caminho”.



Figura 11: captura da tela do site do ESP.<sup>41</sup>

A imagem da **figura 9** tem ao fundo a foto de um menino, branco, de cabelos claros, sorrindo, trajando uma camiseta verde com pequeno detalhe em amarelo. Em primeiro plano, há a manchete “Vítimas da doutrinação processam Estado de Santa Catarina por danos morais” seguida do enunciado “Uma aluna e sua mãe estão pedindo a condenação do Estado de SC ao pagamento de R\$100 mil a título de reparação de danos morais causados por uma professora de História”. Mais abaixo, há uma caixa de texto (link) onde se lê “Saber mais” (em amarelo) e, ao seu lado, o ícone do WhatsApp (verde).

O sujeito “uma aluna e sua mãe”, explicitado no subtítulo, é citado no título como “vítimas da doutrinação”. O objeto, que sofre a ação do verbo “processam”, explícito no próprio título, é o “Estado de Santa Catarina”. O agente de tal doutrinação “uma professora de História” também é explicitado apenas no subtítulo. Portanto, os dois enunciados combinados, assim como foram publicados, dão como verdadeiro que uma professora de História doutrinou uma aluna. Em decorrência disso, a aluna e sua mãe (que também foi incluída como vítima) processaram o “Estado de SC” por “danos morais”, pedindo que seja condenado a pagar uma indenização assumindo que tal estado tenha responsabilidade legal pelos danos morais sofridos pela aluna e sua mãe, provavelmente pelos fatos apontados terem ocorrido em uma escola estadual.

<sup>39</sup> Disponível em <https://www.escolasempartido.org/>. Consultado em 27 de junho de 2020.

<sup>40</sup> Ibid.

<sup>41</sup> Disponível em <https://www.escolasempartido.org/>. Consultado em 27 de junho de 2020.

Com o uso do artigo definido feminino “a” na expressão “vítimas da doutrinação”, fica implícito que o coenunciador compartilha com o enunciador a informação prévia (talvez obtida em outras fontes) sobre qual seria a doutrina imposta pela professora à aluna e à sua mãe. Tal hipótese é reforçada quando observamos que, na imagem da **figura 11** (que descreveremos detalhadamente mais adiante), o termo “doutrinação” também é precedido pelo mesmo artigo definido feminino. Esses dados (e outros similares que encontrei no mesmo site) apontam que o termo “doutrinação” (e cognatos como “doutrinar”, “doutrinador/doutrinadora” que encontrei em outras ocorrências) funciona nessa polêmica como um pré-construído dentro da FDre.

Para a sequência da análise, um trabalho de Maingueneau (2008), sobre cenas da enunciação, foi fundamental. Em breves palavras, o autor constrói uma importante ferramenta para o analista do discurso que descreve, organiza e classifica aquilo que em outros campos do saber (na Sociologia e na História, por exemplo) costuma se chamar de *contexto* ou de *situação de comunicação*. Ele propõe a distinção entre três cenas: a *cena englobante*, a *cena genérica* e a *cenografia*.

A *cena englobante* esse refere a um campo, como o jornalístico, o publicitário, o religioso ou o literário. É possível diferenciar, por exemplo, como somos interpelados enquanto consumidores por uma propaganda que divulga a venda de imóveis em um empreendimento imobiliário de como somos interpelados como cidadãos por um manifestante que segura um cartaz em um ato público em favor de uma certa causa.

A *cena genérica*, como é de se supor, trata-se dos gêneros do discurso, o que envolve um suporte material, um modo de circulação, um jogo de papéis entre enunciador e coenunciador etc. Há muitos gêneros textuais oriundos do campo literário, por exemplo, como poemas, crônicas, romances, contos e cada um deles tem características próprias como ter uma certa extensão, ser escrito em verso ou prosa, ter um narrador, personagens, eu lírico etc. Da mesma forma, outros campos engendram outros gêneros. No campo jornalístico, por exemplo, circulam notícias, artigos, editoriais. No campo religioso, sermões, orações, mandamentos.

Já a *cenografia* é instituída pelo próprio discurso e também o institui na medida em que um certo discurso a impõe e, ao mesmo tempo, é imperativo que sua enunciação trabalhe no sentido de justificá-la colocando em um segundo plano as próprias cenas *englobante* e *genérica*. Consideremos, por exemplo, o clássico poema de Manuel Bandeira (1980) *Poema retirado de uma notícia de jornal*, que reproduzo abaixo.

João Gostoso era carregador de feira livre e morava no morro da Babilônia num  
 [barracão sem número.  
 Uma noite ele chegou no bar Vinte de Novembro  
 Bebeu  
 Cantou  
 Dançou  
 Depois se atirou na lagoa Rodrigo de Freitas e morreu afogado.

Ele faz parte o campo literário (*cena englobante*) e trata-se de um poema (*cena genérica*). O poeta, contudo, importa do campo jornalístico (como seu título já denuncia) marcas do gênero notícia, como o uso de linguagem objetiva, a descrição cronológica de um fato contendo informações como local onde ocorreu e com quem ocorreu. O gênero notícia é simulado no poema para “dar mais eficácia à cena genérica” fortalecendo o discurso de que o poema trata de um tema cotidiano ao mesmo tempo em que a enunciação buscará justificar a escolha de tal *cenografia*.

Retornemos, então, à **figura 9**. Ela é a primeira imagem à qual o internauta era exposto ao acessar o site do ESP na data de minha consulta, o que já fornece algumas chaves de leitura. Sua *cena englobante* é do campo político. Trata-se de uma peça de divulgação da atuação do ESP no combate à doutrinação (*cena genérica*) que é composta de uma imagem e de dois enunciados que são respectivamente um título e um subtítulo de uma notícia (*cenografia*).

Interpreto que a imagem de fundo de tal figura que ilustra a notícia e os ícones ali presentes acrescentam elementos interessantes ao sentido do texto. O menino branco de cabelos claros pode ter sido uma escolha étnica motivada pelo estereótipo de uma criança de Santa Catarina. Contudo é também seguro defender que seja uma referência à própria inocência das crianças doutrinadas por agentes da esquerda, outro pré-construído da FDre que encontrei em muitas ocorrências do discurso do ESP e de seus apoiadores, como, por exemplo, no excerto abaixo, publicado pelo jornalista e blogueiro de direita Rodrigo Constantino em seu site e reproduzido no site do movimento, no qual as “crianças inocentes” são descritas como vítimas do MST (Movimento dos sem Terra) e de suas práticas de defesa de “invasões de propriedades privadas como meio aceitável para o Socialismo”.

22. Pequenas crianças inocentes aprendendo a dar gritos de guerra do MST, o movimento revolucionário que defende invasões de propriedade privada como meio aceitável para o socialismo.<sup>42</sup>

O sorriso de tal criança sugere que o fato das vítimas estarem processando o estado apoiadas pelo ESP é algo positivo para a sociedade em geral, valorizando a atuação política do movimento. Sustento ainda que as cores de sua roupa aliadas às cores dos ícones ali sobrepostos à imagem do menino (verde e amarela) remetem à memória de símbolos pátrios muito presentes no discurso adotado pela extrema direita que está no poder no país e nas suas práticas (manifestações com vestimentas e bandeiras nessas cores, por exemplo), fato que já havia ocorrido aqui mesmo no Brasil durante outros governos autoritários como o de Vargas e os dos presidentes militares que se sucederam após o golpe de 1964.

A imagem, que é parte essencial dessa cenografia, foi construída sobre valores caros ao discurso do ESP (assim como ajuda a reforçá-los); valores como o da defesa da inocência da criança diante da ameaça da doutrinação dos professores e o da exaltação de símbolos pátrios. O caráter político panfletário da publicação é, portanto, reforçado, validado pela cenografia importada de uma notícia e sua respectiva ilustração, o que atribui à *cena genérica* mais credibilidade.

Na **figura 10**, está em destaque o enunciado “Se você ou seu filho foi ou está sendo vítima de algum militante disfarçado de professor, denuncie” e, em letras menos destacadas, há outro que diz “A menos que você deseje, sua identidade não será revelada”. Há ainda um ícone na cor laranja onde se vê o desenho estilizado de um megafone e o enunciado “Quero denunciar”.

Diferentemente do que ocorre na **figura 9**, essa não se insere no gênero notícia, mas no de exortação ao leitor para que, caso se identifique como sendo ele mesmo ou seu filho vítima de um “militante disfarçado de professor”, tenha a postura mais ativa de fazer uma denúncia ao ESP. Sua cena genérica é similar à comumente utilizada por canais de denúncia tais como os mantidos por órgãos de assistência e/ou fiscalização como Conselho Tutelar, Vigilância Sanitária, Central de Atendimento à Mulher, dentre outros.

Vejamos o seguinte exemplo:

---

<sup>42</sup> Trecho de texto de autoria de Rodrigo Constantino, publicado originalmente em seu blog em 2013 e republicado no site do ESP no mesmo ano (<https://www.escolasempartido.org/blog/chocante-os-sem-terrinha-doutrinação-de-inocentes-crianças-pelo-mst/> consultado em 12 de setembro de 2020).



Figura 12: imagem de peça publicitária do canal de denúncias 180 de combate à violência contra a mulher.

O anúncio feito pelo ESP se enquadra em uma cena genérica semelhante à do exemplo expresso na **figura 12** pela presença comum de alguns elementos, tais como:

- A. Descrição do objeto da denúncia: violência contra mulheres (**figura 12**) e doutrinação ideológica de alunos e/ou familiares (**figura 10**);
- B. Garantia de anonimato para deixar o denunciante com uma sensação maior de segurança: “Sua identidade será preservada” (**figura 12**) e “A menos que você deseje, sua identidade não será revelada” (**figura 10**);
- C. Forma rápida e gratuita de contato: número de telefone (**figura 12**) e ícone laranja que dá acesso a um formulário de denúncia (**figura 10**);
- D. Órgão fiscalizador e atuante em posição de autoridade: Central de Atendimento à Mulher (**figura 12**) e Escola sem Partido (**figura 10**).

Especificamente em relação a esse último item, as duas imagens se diferenciam, pois, apesar de conterem enunciados que colocam seus enunciadores como tendo legitimidade para receberem tais denúncias, apenas uma explícita de onde advém tal legitimidade. Trata-se da **figura 12**, que estampa a logomarca do Governo Federal. A exortação do ESP faz pressupor que a legitimidade do programa seja autossuficiente (ou já conhecida pelo leitor) uma vez que não aparece vinculada a qualquer outra figura de autoridade. A análise da **figura 11** fornecerá alguns elementos para esclarecermos esse ponto.

O enunciado nela em destaque exorta o leitor a combater a *doutrinação ideológica* (“Diga não à doutrinação nas escolas e universidades”) e o convida a somar forças ao programa (“Junte-se ao Escola sem Partido”). O emprego recorrente do termo *doutrinação* – um pré-construído que já citei na análise **da figura 9** – aliado a outros termos e expressões que parecem seguir um padrão similar de uso dentro do discurso do ESP e de outros que se filiem à mesma FD me instigou a investigar a possibilidade de que tal discurso e a polêmica que se forma em torno dele seja uma fonte de criação e dispersão de fórmulas potencialmente impactantes no espaço público. Daí veio a decisão de dedicar o capítulo seguinte a uma dessas fórmulas, que parece compor a principal bandeira do ESP: o combate à *ideologia de gênero*. Por esse motivo, não me aprofundarei mais nesse ponto por ora.

No enunciado que segue na **figura 11**, há um discurso de validação do ESP como sendo uma antiga e gabaritada iniciativa no combate ao “uso das escolas e universidades para fins de propaganda ideológica, política e partidária”. Esse discurso, contudo, se vale tão somente de afirmações autodescritivas como “Atuando desde 2004” (Há outras anteriores? Esse tempo é considerado longo para tal tipo de atuação?); “reconhecido nacionalmente como a mais importante e consistente iniciativa” (Reconhecido por quem?), o que o distancia de instituições como o Conselho Tutelar, a Vigilância Sanitária ou a Central de Atendimento à Mulher (que citamos acima), todos chancelados, no caso, pelo poder público. O ESP, pelo que indicam os dados, parece colocar a si mesmo em condições de substituir a autoridade e desempenhar a função do próprio Estado.

A não oficialização do programa ESP por parte do Congresso e mesmo o fato de ter sido considerado inconstitucional pelo STF parece não diminuir a relevância que o discurso expresso no site atribui a ele, que segue sendo uma forte referência à qual os adeptos e apoiadores do movimento se remetem com frequência. Mesmo não tendo a chancela da legalidade (muito ao contrário, aliás), ele parece funcionar dentro de discursos que compartilham com ele a mesma FD.

É possível afirmar, portanto, que o movimento fundamenta sua autoridade em seu percurso histórico de atuação que se organiza basicamente de duas formas complementares: a) como uma espécie de instância informativa, formativa e de aparelhamento de membros da sociedade civil contra a *doutrinação ideológica*, formando um grupo organizado que pode pressionar profissionais da educação e instituições de forma mais eficiente que os indivíduos podem fazê-lo, e b) como uma espécie de mediador entre as vítimas e outras instituições que

têm poder efetivo para investigar, enquadrar, julgar e mesmo punir os doutrinadores, como é o caso do Ministério Público ou de órgãos do Poder Judiciário.

A partir desta análise, parece plausível afirmar que, para o ESP, professores doutrinam; o leitor sabe de que doutrina se está falando; alunos e famílias são vítimas morais dessa doutrinação; o ESP é a maior referência da sociedade brasileira no tema e os doutrinadores devem ser denunciados ao ESP.

### **Interdições, denúncias e o perfil dos professores doutrinadores**

Com o intuito de verificar quais seriam, afinal, os temas e práticas interditas aos professores pelo ESP e qual seria o perfil dos assim chamados *professores doutrinadores*, fiz uma busca no site do movimento com palavras-chave que remetem a instituições e valores identificados com o campo progressista (dominados, portanto, pela FDprog) e com o campo reacionário (dominados pela FDre). Uma das estratégias foi procurar por termos identificados com a esquerda ou a direita, tentando incluir um amplo espectro, tais como nomes de partidos – PT, Psol, PDT, PSDB, MDB (PMDB), PSL, Democratas – e palavras como “esquerda/esquerdista” e “direita”.

O resultado de tal pesquisa foi bastante revelador. Não encontrei, em todo o site, qualquer ocorrência que relatasse alguma doutrinação praticada nas escolas por professores ou produtores de material escolar identificados com partidos da direita (PSL e Democratas, por exemplo) ou centro-direita liberal (PSDB ou MDB, por exemplo) ou mesmo políticos ou militantes filiados a tais partidos que, de alguma forma, tivessem se pronunciado no espaço escolar para defender, propagar, fazer apologia a ideais de tais campos. As únicas (raras) ocorrências encontradas que envolviam integrantes ou militantes de tais partidos tinham o mesmo tom das que seguem:

23. A jovem e combativa Prof.<sup>a</sup> Ana Caroline Campagnolo [PSL] desmonta a fala indecorosa da deputada petista Luciane Carminatti, que reconheceu e defendeu a sujeição da proposta curricular de Santa Catarina ao marxismo.
24. O governo FHC fez alianças com “um partido supostamente ético e ideológico”, o PSDB, e outros partidos supostamente fisiológicos, PFL, PMDB e PTB.

25. André Ferreira (PMDB) cobrou o recolhimento dos livros e disse que cabe à família e não ao Poder Público educar sexualmente os filhos.
26. Prefeito Ronie Rufino da Silva [MDB], do Município de Benevides-PA, enviou à Câmara de Vereadores o projeto de lei que institui no sistema municipal de ensino o “Programa Escola sem Partido”

No excerto 23, que figura como descrição de um vídeo postado no site, as diferentes posições e as imagens de duas deputadas estaduais são confrontadas. Uma delas, identificada como “petista”, é Luciane Carminatti. Sua fala, apontada como sendo uma defesa da “sujeição da proposta curricular de Santa Catarina ao marxismo”, é adjetivada como “indecorosa”. A outra, do PSL (partido, aliás, que não é explicitado no trecho, como tem sido prática na imprensa quando não se trata de um parlamentar do PT ou, por vezes, do Psol) é Ana Caroline Campagnolo, que é descrita como a “jovem e combativa” que “desmonta” a fala da colega. Vale lembrar que Campagnolo ganhou destaque na imprensa nacional, logo após ser eleita em 2018, por ter divulgado um canal estadual de denúncias contra *professores doutrinadores* que falassem mal do também recém-eleito presidente Jair Bolsonaro em sala de aula no dia seguinte ao segundo turno e estimulou que os alunos gravassem as aulas de tais professores<sup>43</sup>. O excerto descreve uma típica batalha de bem contra o mal; da coragem contra a atitude indecorosa.

No excerto 24, que faz parte de um artigo cujo título é “Livros aprovados pelo MEC criticam FHC e elogiam Lula”, o autor faz críticas a um material de História que descreve o PSDB como “um partido supostamente ético” e outros partidos como o PFL (atual Democratas), o PMDB (atual MDB) e o PTB como “supostamente fisiológicos”, denunciando assim a doutrinação de esquerda, que atribui características negativas a seus opositores.

Nos excertos 25 e 26, dois políticos do MDB (respectivamente o vereador do Recife André Ferreira e o prefeito de Benevides Ronie Rufino da Silva) são citados como agentes da resistência à doutrinação de esquerda nas escolas, o primeiro por exigir que um livro que supostamente promovia a *ideologia de gênero* fosse retirado delas e o segundo por enviar para a Câmara um projeto nos moldes do Programa Escola sem Partido.

Já a busca pelas palavras-chave “PT” e “esquerda/esquerdista” geraram resultados bastante diferentes. Os excertos da lista logo abaixo são títulos de artigos ou relatos publicados no site do ESP.

---

<sup>43</sup> Falarei mais demoradamente sobre este caso no último capítulo desse trabalho.

27. Promotor arquiva denúncia contra professora que cedeu sua aula a vereador do **PT**. ESP recorre.
28. Professora chama de ignorantes os que não votassem no **PT**.
29. Programa Escola Sem Partido: por que o **PT** e o Sindicato dos Professores são contra.

No excerto 27 uma professora é citada por ter cedido sua aula a um vereador do PT. Há ainda as informações de que o caso foi arquivado pelo promotor e a de que o ESP recorreu, explicitando uma prática comum do movimento que é a de atuar como parte em casos de *doutrinação*. No 28, uma professora é denunciada por ter chamado de “ignorantes” quem não votasse no Partido dos Trabalhadores. Já no excerto 29, o enunciador promete explicar a razão pela qual o PT (aqui aliado à entidade sindical que representa os professores) ser contra o programa. Comum a todos eles é o fato de que o PT e seus militantes são descritos como doutrinadores e/ou inimigos do ESP, diferentemente do que ocorreu com os partidos e militantes de direita e centro-direita.

Quando a palavra-chave é “Psol”, fenômeno parecido ocorre, embora em menor número e com menos destaque, já que apenas em uma das duas ocorrências encontradas (a 30) o nome do partido figura no título da publicação. Vejamos os dois excertos abaixo:

30. PSOL distribui panfletos em escolas: aliciamento de menor?
31. Integrante do PSOL – um dos partidos que mais lucram politicamente com essa prática covarde, antiética e ilegal –, o Deputado Jean Wyllys atua no sentido de oferecer uma falsa base jurídica para a doutrinação

No excerto 30, uma suposta distribuição de panfletos pelo partido em escolas é descrita como atitude criminosa (“aliciamento de menores”). Já no excerto 31, o Psol é descrito como um dos que mais se beneficiam com a doutrinação, descrita como uma “prática covarde, antiética e ilegal”, e o então deputado pelo partido, Jean Wyllys (um dos mais estigmatizados pela extrema direita), é descrito como um enganador ao propor uma “falsa base jurídica” para tal prática. Assim como ocorreu com o PT, o Psol também é alçado ao posto de inimigo a ser combatido pelo ESP.

Ao pesquisar pelas palavras-chave “esquerda/esquerdista”, uma quantidade significativa de ocorrências foi encontrada, inclusive em títulos de publicações, como as que seguem:

32. Lacaio da **esquerda** na Universidade Federal de Pelotas.
33. Estudantes da UFSC reagem contra a privatização da universidade por maconheiros e **esquerdistas**.
34. Macaquear o discurso da **esquerda**: o segredo do sucesso na redação do ENEM.
35. Eles estão ensinando o jeito porco da **esquerda** de contar a história.
36. **Esquerdopatia** sensual e escolhas morais.<sup>44</sup>

Nos excertos 32 a 36 a esquerda é patologizada (“esquerdopatia sensual”), criminalizada (“lacaio de esquerda”; “maconheiros e esquerdistas”) ou até desumanizada (“macaquear o discurso da esquerda”; “o jeito porco da esquerda”).

Fiz também uma busca pelos termos “comunismo/comunista” e “capitalismo/capitalista”, obtendo os seguintes resultados.

37. Coordenadora Geral da rede de colégios católicos enaltece o **comunismo**.
38. Doutrinadores esquerdistas sustentados com dinheiro público manifestam “solidariedade” ao Centro de Difusão do **Comunismo**.
39. Justiça suspende funcionamento do Centro de Difusão do **Comunismo** da UFOP.
40. Um espanto e um absurdo: há um Centro de Difusão do **Comunismo** em uma importante Universidade federal — pago com nosso dinheiro.
41. UNE: Idealismo é com os liberais; **comunista** gosta mesmo é de dinheiro... dos outros!!! Ou: Desdentados financiam a cachaça dos **comunas**.
42. Nota do MEC sobre a cartilha **anticapitalista** de Mário Schmidt [...] basta que o aluno seja induzido — se possível, abduzido — a odiar “o **capitalismo**”.
43. No afã de envenenar os alunos contra o sistema **capitalista**, o Prof. Renato Ribeiro, da ETEC Lauro Gomes, em S. Bernardo do Campo-SP, tenta convencê-los de que existem mais semelhanças do que diferenças entre a condição de um escravo no período colonial e a de um trabalhador nos dias atuais.

---

<sup>44</sup> Todos os excertos foram extraídos de artigos e/ou relatos de denúncias feitas por alunos e/ou familiares publicados no site oficial do ESP (<http://escolasempartido.org/>). Pesquisa realizada em 7 de janeiro de 2021. Grifos meus.

44. Há um professor de História que utiliza o seu tempo de aula para criticar o **capitalismo**.
45. Parece até que eles articulam o que irão falar para que, no fim, eles alcancem o objetivo que é atacar o Bolsonaro, atacar o **capitalismo**, e atacar os policiais.
46. Um professor bravejando contra o **capitalismo** aqui, outro endossando a ideologia de gênero ali.
47. Na perspectiva defendida pelo professor, a escola seria um mero instrumento a serviço da burguesia no sentido de promover a ideologia **capitalista** e a alienação das classes subalternas.<sup>45</sup>

Há um discurso, nas ocorrências citadas de “comunismo/comunista” (todas títulos ou subtítulos de publicações no site), com um claro tom de denúncia de profissionais/instituições que, de alguma forma, tratariam o comunismo de modo elogioso e/ou como objeto de estudo (“enaltece o comunismo”; “há um Centro de Difusão do **Comunismo**”). Há também uma tentativa de deslegitimar um dos pilares do pensamento comunista ao associar os assim denunciados ao apego por dinheiro que, inclusive, não pertence legitimamente a eles, lhes atribuindo ainda um caráter desonesto (‘sustentados com dinheiro público’; “**comunista** gosta mesmo é de dinheiro”; “financiam a cachaça dos **comunas**”; “pago com nosso dinheiro”).

Já as ocorrências com os termos “capitalismo/capitalista” (que são títulos, subtítulos e enunciados do interior de publicações no site) mostram um discurso que denuncia que o pensamento capitalista é vítima dos doutrinadores (“odiar ‘o **capitalismo**’”; “envenenar os alunos contra o sistema **capitalista**”; “criticar o **capitalismo**”; “atacar o **capitalismo**”; “contra o **capitalismo**”).

O curioso é que em nenhuma das ocorrências encontradas esses dois sistemas figuram em papéis inversos ao que foi descrito acima. Ou seja: todos os discursos dos relatos, artigos, reportagens colocam o pensamento comunista no papel de opressor do aluno e do próprio sistema educacional brasileiro e o pensamento capitalista como vítima de tal opressão. Isto é mais uma evidência de que o ESP, diferentemente do que o discurso manifesto na SDR afirma, tem um lado, que é inscrito em uma FDre.

O conjunto dos excertos 27 a 47 deixa evidente o discurso segundo o qual o PT é um opositor do ESP, é o partido preferido pelos professores doutrinadores (o Psol aparece em segundo lugar, mas bem atrás) e que os ideais identificados com a esquerda são opressores de

---

<sup>45</sup> Todos os excertos foram extraídos de artigos e/ou relatos de denúncias feitas por alunos e/ou familiares publicados no site oficial do ESP (<http://escolasempartido.org/>). Pesquisa realizada em 9 de janeiro de 2021. Grifos meus.

alunos que deles discordem. Há, portanto, um vasto número de ocorrências que comprovam que o professor doutrinador é aquele que tem posicionamentos políticos/ideológicos em franca aliança com uma FD de esquerda/progressista, ao passo que em minha busca não encontrei um relato sequer que denunciava uma *doutrinação* praticada por professores com discursos alinhados ao neoliberalismo, ao bolsonarismo, ao cristianismo, ou a qualquer outro posicionamento caro a FDs tradicionais de direita ou extrema direita.

Como já disse (e ainda vou discorrer mais sobre o tema no capítulo seguinte), a eleição de Bolsonaro empoderou o discurso do ESP (e, em boa medida, o discurso do movimento também foi uma arma por ele utilizada para se eleger). Por esse motivo, fiz também uma busca com as palavras-chave “Bolsonaro/bolsonarismo”. Abaixo, segue uma mostra dos resultados obtidos.

48. Professora chama aluno de nazista por apoiar **Bolsonaro**.
49. Para que os alunos pudessem responder ao questionário da tarefa de sociologia, professor encaminha vídeo de Drag Queen que satiriza facada de **Bolsonaro** e incute ideias sobre a desigualdade de classe social.
50. O professor [...] identifica os culpados por toda essa possível tragédia [da pandemia de Covid-19]: o Presidente Jair Bolsonaro – chamado de Bullshitter – e a suposta hostilidade do **bolsonarismo** (isto é, dos apoiadores de **Bolsonaro**) à Ciência.
51. [O professor] chamou **Bolsonaro** de “o presidente mais idiota da história”.
52. [A professora] disse que a corrupção não era a causa da sua condenação [de Lula], mas que **Bolsonaro** e Moro fizeram um “complô” contra o ex-presidente para tirá-lo da corrida presidencial. Ela, claro, também chamou **Bolsonaro** de fascista.
53. Apenas falam do atual governo para criticar as falas do **Bolsonaro** e a religiosidade da Ministra Damares Alves.
54. Ela me falou que não aposentou por minha causa e por causa de gente igual a mim que votou no **Bolsonaro**, pois ele mudou as regras da aposentadoria.
55. Para mim, o cartaz deixa claro que estão acusando o governo **Bolsonaro** de ter matado a Marielle. Estão botando isso na mente de nossos jovens.
56. Professora prestigia redação de aluno que atacou **Bolsonaro**.
57. Ao rejeitar uma denúncia anônima contra Jair **Bolsonaro**, Procurador da República Fábio Aragão reconhece com todas as letras o direito dos estudantes de gravar as aulas ministradas por seus professores.<sup>46</sup>

---

<sup>46</sup> Todos os excertos foram extraídos de artigos e/ou relatos de denúncias feitas por alunos e/ou familiares publicados no site oficial do ESP (<http://escolasempartido.org/>). Pesquisa realizada em 11 de janeiro de 2021. Grifos meus.

Em quase todas essas ocorrências, em sua maioria provenientes de depoimentos e denúncias de alunos ou pais de alunos ao ESP, o nome do presidente Bolsonaro figura como vítima de perseguição de professores doutrinadores (“satiriza facada de **Bolsonaro**”; “o Presidente Jair Bolsonaro – chamado de Bullshitter”; “chamou **Bolsonaro** de ‘o presidente mais idiota da história’”; “chamou **Bolsonaro** de fascista”; “acusando o governo **Bolsonaro** de ter matado a Marielle”), perseguição estendida à cúpula do poder (como o ex-ministro Sérgio Moro e a ministra Damarens Alves) e a seus apoiadores (“chama aluno de nazista por apoiar **Bolsonaro**”; “suposta hostilidade do **bolsonarismo**”; “por minha causa e por causa de gente igual a mim que votou no **Bolsonaro**”). Apenas duas fogem ligeiramente a essa regra sem, no entanto, mudar a direção argumentativa do discurso do ESP. Trata-se dos dois últimos excertos (56 e 57) que, respectivamente, citam o favorecimento de uma professora a um aluno que teria se posicionado contra o presidente (o que, aliás, contrariaria expressamente um dos já citados *deveres do professor*) e uma vitória jurídica que referendaria o discurso do ESP de que os alunos teriam o direito de gravar as aulas (tema ao qual retornaremos no último capítulo deste trabalho).

Há ainda muitos elementos nessas ocorrências que interessam a essa análise por associarem a imagem de Bolsonaro a memórias discursivas bastante negativas e, certamente, indesejáveis (para dizer o mínimo) para um presidente, tais como a do nazismo, do fascismo, a das perdas trabalhistas, a de supostos golpes antidemocráticos (ou farsas) que teriam interferido no processo eleitoral de 2018 (o caso da facada e o de um complô entre ele e Moro para tornar Lula inelegível), a da tragédia da Covid-19 ou até mesmo a do assassinato de opositores. Todas essas referências têm em comum o fato de serem pautas de lutas históricas da FDprog no Brasil (a saber: o combate ao discurso nazifascista, a defesa dos direitos dos trabalhadores contra a lógica liberal, a defesa da democracia, a busca pelos culpados pela morte de Marielle). A exceção, talvez, seja a atuação do presidente no combate à pandemia, que não se restringe à FDprog. O que é mais importante destacar é que tais associações apontam, portanto, para um alinhamento do discurso do ESP à imagem de Bolsonaro (e vice-versa, como ficará mais evidente no próximo capítulo).

### **Algumas constatações**

O histórico do ESP, suas práticas e o choque da FD à qual se filia com uma FD rival indicam que seu discurso é polêmico. A análise de materiais publicados no próprio site do programa (assim como em outras formas de circulação no espaço público) demonstram que, apesar de ainda ser descrito como uma luta pela aprovação de uma lei de defesa de alunos inocentes, o discurso de tal programa assumiu outros contornos e circula em outros campos, não apenas o do legislativo, ultrapassando o conservadorismo e atuando efetivamente como um discurso reacionário autoritário disfarçado de defesa de direitos democráticos.

Por ora é preciso dizer que, levando em conta a análise feita até aqui, e tomando como referência a ideia de semântica global (Maingueneau, 1984) e o artigo de Possenti e Motta (2008), é possível afirmar que, sob um pretexto de “defesa dos alunos inocentes”, os temas /vigilância/ e /controle/ sobre a atuação dos professores em sala de aula são fundamentais para o ESP, deixando claro que há um movimento de mudança de foco de sua atuação no espaço público, levando-o bem além do campo legislativo, que foi o primeiro alvo do movimento. As propostas de leis formuladas nos moldes do programa apresentadas por apoiadores e/ou políticos influenciados por ele nas casas legislativas são cada vez menos frequentes e/ou menos possíveis de serem efetivamente implementadas. Contudo, os efeitos de seu discurso belicoso contra a liberdade de cátedra de professores segue muito presente nas escolas se configurando em uma polêmica pública na educação do país.

### **3. IDEOLOGIA DE GÊNERO: A BANDEIRA MAIS FAMOSA DO ESP**

Só muito recentemente, mais precisamente em um dos encontros do grupo de alunos orientandos de Sírio, fui apresentado de maneira mais formal, por assim dizer, à noção de *fórmula* – tão bem descrita por Krieg-Planque. Minha pesquisa já estava bastante avançada com o arquivo praticamente selecionado e até mesmo algumas análises já feitas. Contudo, o impacto enquanto quadro teórico e metodológico que tal noção causou em minha pesquisa fez com que repensasse alguns passos: reorganizei o corpus já selecionado, incluí novos itens, refiz algumas análises, reorganizei a divisão de capítulos e acrescentei a eles este que segue.

A autora assim define seu objeto logo na introdução do livro:

Por “fórmula”, designamos um conjunto de formulações que, pelo fato de serem empregadas em um momento e em um espaço público dados, cristalizam questões políticas e sociais que essas expressões contribuem, ao mesmo tempo, para construir. (KRIEG-PLANQUE 2010, p. 9)

Oliveira (2021), por sua vez, retoma Krieg-Planque fazendo uma comparação entre a noção de *fórmula* em AD e em ciências como a Matemática e a Física dizendo que, em comum, elas partilham o caráter de terem uma “grande quantidade de informação condensada em uma forma breve, sintética”, mas, assim como Krieg-Planque, as diferencia afirmando que:

Podemos dizer que a fórmula discursiva se nutre de polêmicas. As controvérsias e os embates em torno de uma palavra como “globalização” [...] e de tudo o que ela representa, são continuamente alimentadas pelos discursos, numa espécie de guerra em que a fórmula é um estandarte, uma bandeira simbólica que atiza ataques e contra-ataques. Com isso, ela se distancia das demais fórmulas para circular intensamente pelos mais diversos campos discursivos, colocando-se na ordem do dia. (OLIVEIRA 2021, pg. 11)

Identifiquei esse caráter cristalizado e sintético, polêmico e de “bandeira simbólica” em algumas palavras e expressões do corpus explorado no capítulo anterior, em que tratei do

discurso do ESP manifesto, sobretudo, nas publicações de seu site oficial e, estudando-as melhor, também pude perceber que havia nelas indícios de outras características típicas das *fórmulas*, como seu funcionamento como referente social, sua capacidade de grande circulação em campos discursivos diversos e o marco espaço-temporal (histórico-discursivo, em outras palavras) que seu funcionamento agrega ao sentido de uma palavra ou expressão. Entre as palavras e expressões que mais chamaram minha atenção estão *doutrinação ideológica* e o próprio nome do movimento *Escola sem Partido*, analisado como fórmula no trabalho de Oliveira já citado que, aliás, também levanta a hipótese de que haja outras fórmulas postas em circulação pelo discurso do ESP, como afirma no trecho:

Há muitos outros temas e discursos imbricados na circulação de “escola sem partido” e de formulações afins, como “ideologia de gênero” e “doutrinação ideológica” (que, aliás, parecem funcionar como fórmulas independentes) (OLIVEIRA 2021, p. 39)

Para o presente capítulo, porém, me restringirei à análise do possível caráter de fórmula da expressão *ideologia de gênero* e os efeitos de sua circulação no espaço público impulsionando o ESP e sendo impulsionada por ele.

Esta mesma expressão já foi, muito recentemente, analisada como *fórmula* em um artigo de Silva, Domingues e Oliveira (2021) – durante o período de escrita do presente trabalho, portanto. As autoras do artigo se propõe a testar duas hipóteses:

A primeira é a de que a emergência da citada formulação pode ser analisada sob a ótica do conceito de acontecimento, conforme apresentado por Foucault (2005 [1972]). A segunda hipótese é a de que “ideologia de gênero” pode ser definida como fórmula discursiva, no sentido de Krieg-Planque (2010 [2009]).

Até por uma questão de recorte teórico e metodológico, a primeira das duas hipóteses, por mais interessante que seja, não será foco de meus comentários. Cabe, contudo, ressaltar o excelente trabalho feito pelas autoras na descrição e análise do percurso histórico dos três momentos retratados por elas como “estratos de um mesmo acontecimento discursivo” (p. 114) baseando-se na teoria de Foucault e em trabalhos de Junqueira (2017), Butler (2015), Garbagnoli (2014) Miskolci e Campana (2017) entre outros. Evidentemente, também farei aqui,

por ser indispensável à análise, uma breve descrição desse percurso histórico, contudo recomendo fortemente ao leitor mais interessado nesse aspecto da circulação da expressão *ideologia de gênero* a leitura do artigo.

Quanto à segunda hipótese, confirmada por elas em sua análise, a principal contribuição que acredito poder fazer com o presente capítulo é justamente mostrar a íntima relação entre o discurso do ESP e a circulação (e mesmo a popularização) da fórmula *ideologia de gênero* em território nacional, aspecto que não foi trabalhado no artigo supracitado.

### **A noção de fórmula**

Krieg-Planque (2010) descreve as principais propriedades das fórmulas discursivas. São elas:

a) **Ter caráter cristalizado**, ou seja, ter “uma forma significante relativamente estável”. A *fórmula*, então, pode ser seguida “pelos rastros de sua forma” (Krieg-Planque 2010, p. 61). Trata-se de uma palavra ou expressão que circula no espaço público em um determinado período com poucas (ou nenhuma) variações. E, de fato, foi pelos vestígios formais de significantes encontrados em um número considerável de diferentes itens de meu arquivo que primeiro identifiquei na polêmica do ESP algumas expressões que me pareciam ter propriedades de fórmula. Um bom exemplo (além daquela que será objeto deste capítulo) é a expressão “doutrinação ideológica”, que circula no espaço público de forma cristalizada apresentando, por vezes, pequenas variações como as expressões “ideologia da doutrinação”, “doutrinar ideologicamente” ou mesmo as formas simples “doutrinação”, “doutrinar”, “doutrinadores”.

b) **Se inscrever numa dimensão discursiva**, uma vez que, apesar de ser suportada por uma materialidade linguística, que é a cristalização de um significante, a *fórmula* não se resume a uma noção linguística (KRIEG-PLANQUE 2010, p.81). São os usos dessa forma cristalizada que circulam no espaço público que a fazem ser uma fórmula. Sobre esse ponto, Krieg-Planque diz que o analista deve então buscar:

Um uso particular, ou uma série de usos particulares por meio dos quais a sequência assume um movimento, torna-se um jogo de posições, é retomada, comentada, para de funcionar no modo “normal” das sequências que nomeiam pacificamente e que usamos sem mesmo nos dar conta delas. (KRIEG-PLANQUE 2010, p. 82)

Com efeito, verifiquei que havia motivos para crer que as expressões que chamavam a atenção por sua recorrência e forma cristalizada no arquivo marcavam posicionamentos, retomadas, comentários.

c) **Funcionar como um referente social**, em breves palavras, significa que o sentido de uma fórmula é, em alguma medida, conhecido de todos em um certo recorte histórico/geográfico/social em que ela circula. Isso não significa, contudo, que esse sentido esteja livre de marcas de diferentes posicionamentos em discursos dominados por esta ou aquela FD, mas que ainda que ele esteja em disputa, todos os contentores sabem, de maneira geral, a que alguém se refere ao dizer ou escrever certa *fórmula*.

Vejamos, por exemplo, o caso da expressão “doutrinação ideológica”. Tanto nos discursos dominados pela FDre quanto naqueles dominados pela FDprog a expressão remeterá à ideia de uma prática de militância do professor imposta aos alunos em sala de aula. A diferença é que os primeiros dirão que ela não só existe como é recorrente e deve ser combatida enquanto os últimos dirão que ela é uma invenção dos reacionários para impedir que seus valores sejam questionados.

d) **Comportar um aspecto polêmico** é a propriedade que, no presente trabalho, tem a maior importância, uma vez que faz esse capítulo dialogar mais diretamente com os outros que o compõem. Como já foi dito na citação de Oliveira (2021), a *fórmula* é uma espécie de bandeira “que ataca ataques e contra-ataques”, ou seja, que gera um dissenso profundo e irreconciliável no espaço público, o que Amossy (2017) chama de polêmica. Um bom exemplo é o que descrevi mais acima ao falar dos posicionamentos da FDprog e da FDre sobre o referencial social “doutrinação ideológica”.

Oliveira (2021) acrescenta a essa lista de propriedades, defendida por Krieg-Planque, o fato das fórmulas se apresentarem como **um lugar de memória**. Para tanto, ele se vale do conceito de “memória discursiva” – articulado por Courtine (2009, p. 105, 106) a partir de trabalhos anteriores de Pêcheux e Foucault – que se distingue da memória cognitiva e que “diz

respeito à existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos”.

Oliveira defende que:

Na perspectiva dos trabalhos com fórmulas discursivas, a memória não pode ser o efeito de operações cognitivas individuais dos falantes, mas aproxima-se da ideia corrente de “memória coletiva”, algo que está fora da mente das pessoas. Quando um discurso recupera um fato (e discursos de/sobre esse fato), ele não apenas “relembra” uma realidade anterior, pronta e formatada, mas a modifica, a reconstrói, ao mesmo tempo em que está construindo também o presente, valendo-se de um tema do passado. Nesse contexto interpretativo, a fórmula atua como peça-chave no *start* das engrenagens que colocam em movimento memória e discurso.

Os trabalhos em AD sobre *fórmulas* revelam, de fato, que a memória discursiva atua efetivamente na construção de sentidos e mesmo nas polêmicas que elas alimentam no espaço público.

Silva, Domingues e Oliveira (2021) defendem ainda que os analistas que se proponham a trabalhar com *fórmulas* considerem o que chamam de “caráter acontecimental da fórmula”. Baseando-me no trabalho feito pelas autoras em seu artigo, acredito que tal proposta possa ser produtiva. Contudo, no presente trabalho, limitarei minha metodologia às propriedades descritas por Krieg-Planque e à contribuição de Oliveira (2021) já citada acima por considerá-las suficientes para sustentar minhas análises.

### **Reformulando o *corpus***

Foram muitas as ocorrências da expressão *ideologia de gênero* que encontrei no site do ESP, foco do capítulo anterior, antes mesmo de ter ventilado a hipótese de tratá-las como *fórmula*. Em uma primeira versão dele, inclusive, eu as havia ali também analisado. É evidente que tais análises tiveram que ser refeitas à luz da teoria de Krieg-Planque (2010).

Listo abaixo alguns dos excertos selecionados naquele momento. São títulos e subtítulos de publicações (notícias, artigos, relatos, denúncias) no site do movimento que primeiro me levaram a formular a hipótese de que havia ali uma expressão cristalizada candidata ao *status*

de *fórmula*. Optei por listá-los aqui como um conjunto representativo do discurso publicado naquele espaço virtual específico fugindo assim um pouco à cronologia de sua circulação no espaço público por ter sido dessa forma que eles impactaram minha pesquisa.

58. Professora de Português toma invertida após tentativa de promover **ideologia de gênero**.
59. No IFPE, fanáticos da **religião do gênero** transformam banheiro feminino em banheiro trans.
60. Porque os pais devem dizer NÃO à **ideologia de gênero**.
61. MP processa colégio particular de BH por martelar **ideologia de gênero** na cabeça dos alunos.
62. Escola sem Partido obtém liminar na Justiça para que calouros da UFLA não sejam obrigados a participar de oficinas de feminismo, **gênero** e história do movimento LGBT.
63. **Ideologia de gênero** na escola, e que se dane a lei!
64. A **ideologia de gênero** no banco dos réus.
65. Aluno da Escola Técnica Estadual Senador Ernesto Dornelles, em Porto Alegre-RS, denuncia tentativa de lavagem cerebral com dogmas da **ideologia de gênero**, em aula de Sociologia.<sup>47</sup>

Apesar do grande número de ocorrências de um significante bastante estável, para Krieg-Planque a fórmula “não resulta de uma mecânica do linguístico, mas de práticas languageiras e de relações de poder e de opinião que se observam na discursividade” (2010, p. 43). Por isso, antes mesmo de pesquisar a gênese de sua circulação, decidi investigar se a expressão cristalizada em questão tinha um caráter discursivo. Também era necessário sair da esfera do ESP para verificar se *ideologia de gênero* havia “furado a bolha” e circulado em outros espaços assumindo um caráter de referente social e mesmo se circulava em discursos atravessados por outra(s) FD(s) adquirindo, dessa forma, um caráter polêmico. Para tanto, analisei outros excertos que não constavam daquele site assim como retomei minha busca para coletar outras possíveis ocorrências de tal expressão em outros campos que não os de atuação do programa e

---

<sup>47</sup> Todos os trechos foram selecionados do site do ESP <https://www.escolasempartido.org/> em consulta realizada no dia 22 de setembro de 2020.

mesmo em outras instituições e aparelhos ideológicos. Foram muito úteis nesse processo as diretrizes de busca em meios eletrônicos organizadas por Oliveira (2021, p. 15) na tabela que reproduzo abaixo.

ROTEIRO PARA PESQUISA DE FÓRMULAS DISCURSIVAS (itens para nortear a pesquisa em buscadores digitais)	
tópicos a serem examinados	terminologia a ser digitada na ferramenta de busca
Identificação de caráter polêmico	concordo com <b>x</b> ; <u>aprovo</u> o termo <b>x</b> ; evito o termo <b>x</b> ; discordamos do uso da palavra <b>x</b> ; não existe <b>x</b> ;
Definições e reformulações	<b>x</b> é; <b>x</b> não é; o que é <b>x</b> ; não é <b>x</b> que; <b>x</b> , em outras <u>palavras</u> ; <b>x</b> , ou seja; <b>x</b> , isto é;
Estrutura <b>A</b> : <b>B</b>	notícia <b>x</b> ; <u>manchete</u> <b>x</b> ; <b>x</b> na capa de;
Pequenas-frases	slogan <b>x</b> ; <u>frase</u> <b>x</b> ; frases sobre <b>x</b> ; mensagem <b>x</b> ; jargão <b>x</b> ; citação <b>x</b> ;
Textos-chave	documento <b>x</b> ; projeto <b>x</b> ; decreto <b>x</b> ; lei <b>x</b> ; livro <b>x</b> ; congresso <b>x</b> ; conferência <b>x</b> ; manifestação <b>x</b> ; movimento <b>x</b> ; dia <b>x</b> ; protesto <b>x</b> ;
Imagens	charge <b>x</b> ; cartum <b>x</b> ; cartaz <b>x</b> ; arte <b>x</b> ; ilustração <b>x</b> ; propaganda <b>x</b> ; fotografia <b>x</b> ;

Figura 13: roteiro sugerido por Oliveira (2021) para buscas em pesquisas sobre fórmulas.

A busca externa às publicações do site do ESP foi muito produtiva. Encontrei ocorrências no campo religioso, político, midiático, jurídico entre outros. Entre as que mais me chamaram a atenção estavam alguns trechos de uma entrevista concedida em 1º de fevereiro de 2021 pela vereadora Erika Hilton (Psol, São Paulo - SP) para o programa Roda Vida, da TV Cultura<sup>48</sup>. Nela, alguns dos temas que tiveram destaque foram justamente a atuação do ESP e os ataques que o movimento faz à chamada *ideologia de gênero*. Reproduzo abaixo uma das perguntas direcionadas a Hilton feita por Vitória Régia da Silva, repórter no portal “Gênero e Número” e editora da revista online “Capitolino”:

66. Uma parcela da população brasileira acredita na suposta “**ideologia de gênero**” e que falar sobre questões LGBTs ou de gênero significaria uma ameaça à população brasileira ou até mesmo ao currículo escolar, quando a gente vem com toda essa discussão do Escola Sem Partido. Eu queria saber o que a vereadora

<sup>48</sup> Esta entrevista, inclusive, chegou a figurar, em uma das muitas versões anteriores de escrita, como uma espécie de SDR desse capítulo. A ideia foi abandonada tanto por ter se mostrado injustificada do ponto de vista de sua relevância social diante do universo de outras possibilidades quanto por ter se mostrado improdutivo para tal fim.

acha do tema e se é possível – e como construir – um diálogo com essa parcela da sociedade que vê esses corpos e essas vivências como uma ameaça.<sup>49</sup>

Os enunciados do site do ESP, em contraste com o enunciado de Vitória Régia da Silva, ajudam a confirmar o caráter discursivo e polêmico (fundamentais, segundo Krieg-Planque, para que uma expressão ganhe o caráter de *fórmula*) de *ideologia de gênero*, uma vez que citam a circulação de discursos antagônicos sobre a expressão em questão.

Silva usa o termo “suposta” ao se referir a *ideologia de gênero* indicando que ela pode não existir. Ela também afirma que parte da sociedade não só acredita em sua existência como pensa que o simples fato de se debater sobre “questões LGBTs ou de gênero representaria uma ameaça à população brasileira ou até mesmo ao currículo escolar”. Retornemos, então, os excertos 58 a 65.

Neles, podemos verificar que para o ESP, para seus apoiadores e mesmo para pais e alunos que a ele fazem denúncias, a *ideologia de gênero* não apenas existe como é imposta por instituições de ensino e professores doutrinadores, como fica evidente em trechos como, “tentativa de promover ideologia de gênero” (58), “martelar ideologia de gênero” (61), “obrigados a participar de oficinas de feminismo, gênero e do movimento LGBT” (62), “lavagem cerebral com dogmas da ideologia de gênero” (65). Além disso, para eles ela é ilegal e é (ou deve ser) combatida pelos adeptos das ideias do movimento, como se verifica nos trechos “Professora de Português toma invertida” (58), “pais devem dizer NÃO” (60), “MP processa” (61), “Escola sem Partido obtém liminar na Justiça” (62), “e que se dane a lei” (63), “no banco dos réus” (64) e “denuncia tentativa” (65).

Na mesma lista, há ainda usos de metáforas que remetem ao discurso religioso, sugerindo que *ideologia de gênero* seja uma espécie de crença não racional e potencialmente levada ao extremismo, como se verifica em “fanáticos da religião do gênero” (59), “dogmas da ideologia de gênero” (65), bem como que a associam a uma espécie de plano de dominação dos LGBTQIA+ “transformam banheiro feminino em banheiro trans” (59), “oficinas de feminismo, gênero e história do movimento LGBT” (62).

---

<sup>49</sup>Transcrição livre feita por mim a partir do vídeo do programa Roda Viva disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=qvzQd0tN27w>. Consulta realizada em 20 de fevereiro de 2021.

No decorrer da pesquisa, constatei que Silva não foi a única nem a primeira a questionar a existência da *ideologia de gênero* (ou a existência de males causados por ela) usando o mesmo termo (*suposta*) ou outros semelhantes, como podemos ver pelos enunciados abaixo que ajudam, inclusive, a reforçar o caráter de referente social desta *fórmula*:

67. A covardia por trás da construção de uma suposta “**ideologia de gênero**”<sup>50</sup>
68. O Supremo Tribunal Federal decidiu por unanimidade que é inconstitucional a lei municipal 1.516/2015 de Novo Gama, em Goiás, que proibia a suposta “**ideologia de gênero**” nas escolas municipais.<sup>51</sup>
69. Usar a “**ideologia de gênero**” e sua suposta “ameaça” às crianças e à família tem sido mais presente em candidatos evangélicos.<sup>52</sup>
70. Existe “**ideologia de gênero**”?<sup>53</sup>
71. Afinal, “**ideologia de gênero**” existe?<sup>54</sup>

Circulam também no espaço público muitos discursos que negam diretamente a existência da *ideologia de gênero* que a desqualificam ou que desqualificam aqueles que a defendem, como vemos pelos excertos abaixo:

72. "A **ideologia de gênero** não existe, querem negar o conhecimento ao povo".<sup>55</sup>
73. Com popularidade baixa, Jair apela para a palhaçada da "**ideologia de gênero**".<sup>56</sup>
74. **Ideologia de gênero** – não existe.<sup>57</sup>

<sup>50</sup> Disponível em <https://www.revistaamazonas.com/2020/02/04/a-covardia-por-tras-da-construcao-de-uma-suposta-ideologia-de-genero/>. Consulta realizada em 12 de março de 2021.

<sup>51</sup> Disponível em <https://revistahibrida.com.br/2020/04/26/por-unanimidade-stf-declara-inconstitucional-proibir-ideologia-de-genero-nas-escolas/>. Consulta realizada em 12 de março de 2021.

<sup>52</sup> Disponível em <https://revistahibrida.com.br/2020/04/26/por-unanimidade-stf-declara-inconstitucional-proibir-ideologia-de-genero-nas-escolas/>. Consulta realizada em 12 de março de 2021.

<sup>53</sup> Disponível em <https://www.appfz.com.br/existe-ideologia-de-genero-entrevista-da-doutora-em-educacao-jimena-furlani/>. Consulta realizada em 20 de março de 2021.

<sup>54</sup> Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2019/02/06/artigo-or-afinal-ideologia-de-genero-existe>. Consulta realizada em 20 de março de 2021.

<sup>55</sup> Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2019/02/06/artigo-or-afinal-ideologia-de-genero-existe>. Consulta realizada em 20 de março de 2021.

<sup>56</sup> Disponível em <https://revistahibrida.com.br/2020/05/12/com-popularidade-baixa-jair-apela-para-a-ideologia-de-genero/>. Consulta realizada em 20 de março de 2021.

75. Rosa Luz explica por que **ideologia de gênero** não existe.<sup>58</sup>

Nos excertos 67 a 75, além da *ideologia de gênero* ter sua existência questionada ou mesmo negada, a *fórmula* em questão é citada com sentidos negativos. O que é chamado nos discursos interpelados pela FDre de *ideologia de gênero* é descrito nos discursos interpelados pela FDprog como sendo uma “covardia” (67), uma ilegalidade (68), uma forma de “negar o conhecimento ao povo” (72) e como um artifício grotesco para frear a queda de popularidade de Bolsonaro (73).

Comprovado o seu funcionamento como *fórmula*, cumpria então investigar a sua emergência como tal e fazer um breve histórico de sua circulação no espaço público bem como analisar tanto outros enunciados com discursos alinhados ao do movimento (FDre) quanto aqueles aos quais ele se opõe (FDprog).

### **Um referente social polêmico e algumas interdições**

Antes de falar do histórico da circulação no espaço público de *ideologia de gênero*, é preciso dizer que a adoção – e posterior cristalização – de tal expressão e não de outra qualquer que pudesse recobrir o mesmo universo temático (tais como “pautas de gênero”, “questões de gênero” e “liberdade de gênero” dentre outras) é marcada por um discurso que, ao mesmo tempo, constrói o que todos entendemos hoje por tal *fórmula* (o que aponta para seu caráter de referente social) assim como é construído por ela. Qualquer pessoa que conhece essa *fórmula* sabe perfeitamente ao que se está se referindo quem a diz ou escreve: a uma prática (“inventada” nos discursos dominados pela FDprog ou “amplamente praticada” nos discursos dominados pela FDre) de promoção de teorias sobre gênero, sexo, sexualidade e temas afins que atendem a interesses de grupos como as feministas e os LGBTQIA+ que têm por objetivo

---

<sup>57</sup> Disponível em <https://carolinebusarellobruning.wordpress.com/2018/01/24/ideologia-de-genero-nao-existe/>. Consulta realizada em 7 de maio de 2021. É importante ressaltar que esse enunciado, além reforçar o caráter polêmico da fórmula *ideologia de gênero*, também funciona como um referente social.

<sup>58</sup> Disponível em <https://www.eonline.com/br/news/1185158/rosa-luz-explica-porque-ideologia-de-genero-nao-existe>. Consulta realizada em 12 de fevereiro de 2021.

destruir os valores da família tradicional. Isso se deve, sobretudo, ao fato de que o termo *ideologia* vem sendo utilizado por adeptos de pensamentos políticos do espectro da direita como um atributo negativo dos adeptos de pensamentos políticos do espectro da esquerda, negando terem, eles mesmos, uma ideologia. Não é à toa que o movimento ESP prega que as escolas devem ser livres de *ideologia*, ou mais precisamente da *doutrinação ideológica* (assim, com artigo definido mesmo!) interditando aos professores a defesa em sala de aula de valores progressistas como a preservação do meio-ambiente, a denúncia da opressão da classe trabalhadora, o combate à violência contra mulher, ao racismo ou, é claro, a defesa da importância do ensino de educação sexual e de tolerância, ao passo que não interditam valores considerados mais conservadores ou mesmo reacionários como a defesa da família tradicional, do cristianismo, do liberalismo econômico e, é claro, o ataque às discussões em escolas das pautas de gênero. Aliás, o ato de nomear como “pauta de gênero” o referente social *ideologia de gênero* já escapa, em boa medida, ao sentido que ele assume correntemente em sua circulação. Na verdade, a rigor estaríamos falando de outro referente. Para testar esse efeito, construímos para enunciados que coletamos no site ESP (im?) possíveis paráfrases de *ideologia de gênero* em que os termos “pauta” e “temática” ocupem o lugar do termo “ideologia”.

76. Lavagem cerebral com **pauta de gênero** em escola particular de Brasília.
77. Porque os pais devem dizer NÃO à **pauta de gênero**.
78. A **temática de gênero** no banco dos réus.
79. MP processa colégio particular de BH por martelar a **temática de gênero** na cabeça dos alunos.
80. Professora de Português toma invertida após tentativa de promover **liberdade de gênero**.
81. **Liberdade de gênero** na escola, e que se dane a lei!

É certo que alguns termos ou expressões presentes nas paráfrases acima, como “lavagem cerebral”, “martelar” ou “que se dane”, remetem a uma memória do valor negativo de tais enunciados quando o termo “ideologia” precede o termo “gênero”. Contudo, é inegável que sua substituição por “pauta”, “temática” ou “liberdade” parece gerar o efeito de reduzir substancialmente o caráter negativo político partidário (em um sentido mais amplo) que

*ideologia de gênero* assume nos valores da FDre. Eles aparentemente poderiam atribuir à expressão um caráter de mais legitimidade e menor peso de militância, esvaziando em boa medida, por assim dizer, o caráter polêmico de *fórmula* que ela tem por evocarem outra memória. A fim de testar se os termos que propus para a construção das paráfrases acima produziram um efeito vetado à FDre, (e, em particular, ao discurso do ESP), fiz uma busca das expressões “pauta de gênero”, “temática de gênero” e “liberdade de gênero” dentro do site do ESP e em outros espaços e/ou instituições dominados pela mesma FD.

No site oficial do ESP, não obtive qualquer resultado para a expressão “pauta de gênero”. Encontrei apenas uma ocorrência da expressão “temática de gênero” e uma contendo a expressão “liberdade sexual”, que se aproxima de “liberdade de gênero”.

82. Firestone não vê o aspecto binário da natureza humana como um obstáculo a sua utopia e sugere a superação de tal realidade propondo a **liberdade sexual** absoluta, com a abolição de todo tipo de restrição relacionada às práticas sexuais entre os seres humanos, incluindo até mesmo crianças e os membros de uma mesma família natural, derivando daí a eliminação de qualquer modo de organização familiar.<sup>59</sup>
83. Dizendo-se escudada em uma decisão monocrática de um Ministro do STF, que relata a importância da inclusão na esfera educacional formal de temas sobre a diversidade sexual para crianças e adolescentes, a Ré terminou sua manifestação reconhecendo que não poderia ter negligenciado ou se omitido sobre a abordagem da **temática de gênero** em suas salas de aula, pois isso supostamente deixaria seus alunos expostos aos perigos da ignorância sobre o assunto, afirmando que ao contrário do alegado pelos pais representantes, teria contribuído para assegurar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social do seu alunado.<sup>60</sup>

A total ausência da expressão “pauta de gênero” no site corrobora a hipótese por mim levantada de interdição no discurso daquela instituição.

O fato de ter sido encontrada uma única ocorrência da expressão “liberdade de gênero” e mesmo a forma que ocorre no excerto 83 a expressão “temática de gênero” também apontam no mesmo sentido, uma vez que o uso de tal expressão foi atribuído a uma professora durante

<sup>59</sup> Disponível em <https://www.escolasempartido.org/blog/mp-processa-colegio-particular-de-bh-por-martelar-ideologia-de-genero-na-cabeca-dos-alunos/>. Consulta realizada no dia 20 de junho de 2021. Grifo meu.

<sup>60</sup> Disponível em <https://www.escolasempartido.org/blog/mp-processa-colegio-particular-de-bh-por-martelar-ideologia-de-genero-na-cabeca-dos-alunos/>. Consulta realizada no dia 20 de junho de 2021. Grifo meu.

depoimento em um caso em que era ré em uma ação de infração administrativa impetrada pelo Ministério Público (a pedido de um grupo de pais da escola onde ela lecionava) pela “inclusão na proposta pedagógica do referido estabelecimento escolar do que denominaram Ideologia de Gênero, contida no material didático destinado a crianças da 3ª à 6ª séries do ensino fundamental” (nas palavras do MP). Ou seja, a expressão não fez parte do discurso do articulista do ESP senão para denunciar o discurso rival da professora, diferentemente do que acontece com a fórmula *ideologia de gênero* que aparece no texto de autoria do MP na parte em que descreve “os fatos” do caso.

Caso semelhante ocorre no excerto 82, no qual a expressão “liberdade sexual” é atribuída à feminista Shulamith Firestone que, segundo o autor do artigo cujo título é o excerto 61 (“MP processa colégio particular de BH por martelar ideologia de gênero na cabeça dos alunos”), publicou, na década 1970, o livro intitulado “A dialética do sexo”. Nesse enunciado, o articulista define a expressão “liberdade sexual absoluta” como “a abolição de todo tipo de restrição relacionada às práticas sexuais entre os seres humanos, incluindo até mesmo crianças e os membros de uma mesma família natural” concluindo que se trata da “eliminação de qualquer modo de organização familiar”, ou seja, um ataque ao valor da família tradicional tão caro à FDre.

Por outro lado, quando a busca foi feita fora do site do movimento, encontrei mais de quinhentas mil ocorrências da expressão “pauta de gênero”, mais de quatro milhões e seiscentos mil ocorrências da expressão “temática de gênero” (que decidi incluir nessa etapa da pesquisa) e mais de quatro milhões e oitocentas ocorrências de “liberdade de gênero” dentre as quais reproduzo algumas abaixo:

84. Por que apoiar a **pauta de gênero** nas escolas?<sup>61</sup>
85. Renan discute "**pauta de gênero**" com bancada feminina no Congresso.<sup>62</sup>
86. Embora possamos celebrar os avanços, é preciso cobrar mais esforço e compromisso das empresas com a **pauta de gênero**. Este deve ser um

---

<sup>61</sup> Disponível em <https://institutoaurora.org/pauta-de-genero-nas-escolas/>. Consulta realizada no dia 20 de junho de 2021.

<sup>62</sup> Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/03/03/renan-discute-pauta-de-genero-com-bancada-feminina-no-congresso>. Consulta realizada no dia 20 de junho de 2021.

compromisso ativo e explícito, com ações que visem garantir melhores condições de trabalho às mulheres, principalmente em áreas técnicas.<sup>63</sup>

87. Como abordar a **temática de gênero** na primeira infância?<sup>64</sup>
88. Segunda reunião anual da Unidade **Temática de Gênero** e Município ocorre esse mês.<sup>65</sup>
89. A importância da **temática de gênero** no Ensino Médio integrado dos Institutos Federais de Educação.<sup>66</sup>
90. A professora Dalila Santos, do curso Comunicação Social – Jornalismo em Múltiplos Meios da Universidade do Estado da Bahia, também compartilhou que sempre inclui a **temática de gênero** e luta das mulheres nas suas aulas. Segundo ela, a ação já tem apresentado resultados positivos. “Muitas meninas começaram a perceber como elas sofrem violências no dia a dia. Além disso, os meninos estão se policiando mais nas suas falas”, comentou.<sup>67</sup>
91. Nota em defesa da **liberdade de gênero**.<sup>68</sup>
92. **Liberdade de Gênero** conta a história de pessoas. Gêneros diversos e suas lutas para vencer os preconceitos e levar uma vida normal.<sup>69</sup>
93. O Direito à **Liberdade de Gênero**: reflexões em uma Sociedade Heteronormatizada.<sup>70</sup>

O conjunto acima é formado de excertos encontrados em diferentes sites ligados a instituições educacionais (como é o caso do Uneb), políticas (senado federal, por exemplo) ou de coletivos que discutem políticas públicas (como a Fonari). A maioria são títulos de tais publicações, o que mostra que o assunto tem tido certo destaque nessas instituições. Em todos

<sup>63</sup> Disponível em <https://olhardigital.com.br/2021/01/25/colunistas/o-ano-e-2021-e-ainda-precisamos-falar-sobre-equidade-de-genero-nas-empresas/>. Consulta realizada no dia 20 de junho de 2021.

<sup>64</sup> Disponível em <https://educacaointegral.org.br/reportagens/como-abordar-tematica-de-genero-na-primeira-infancia/>. Consulta realizada no dia 20 de junho de 2021.

<sup>65</sup> Disponível em <https://blogfonari.wordpress.com/2016/10/10/segunda-reuniao-anual-da-unidade-tematica-de-genero-e-municipio-ocorre-esse-mes/>. Consulta realizada no dia 20 de junho de 2021.

<sup>66</sup> Disponível em <https://www.revistas.uneb.br/index.php/elite/article/view/10940>. Consulta realizada no dia 20 de junho de 2021.

<sup>67</sup> Disponível em <https://porvir.org/7-maneiras-de-falar-sobre-questoes-de-genero-na-escola/>. Consulta realizada no dia 20 de junho de 2021.

<sup>68</sup> Disponível em <https://crpsc.org.br/noticias/nota-em-defesa-da-liberdade-de-genero>. Consulta realizada no dia 20 de junho de 2021.

<sup>69</sup> Disponível em <https://globoplay.globo.com/liberdade-de-genero/t/Twy8v87x6z/detalhes/#:~:text=Liberdade%20de%20G%C3%AAneros%20conta%20a,e%20levar%20um%20vida%20normal>. Consulta realizada no dia 20 de junho de 2021.

<sup>70</sup> Disponível em <https://www.jornaljurid.com.br/doutrina/constitucional/o-direito-a-liberdade-de-genero-reflexoes-em-uma-sociedade-heteronormatizada>. Consulta realizada no dia 20 de junho de 2021.

eles, as discussões sobre gênero são apresentadas como algo legítimo, importante e que tem que fazer parte das políticas públicas de defesa dos direitos das mulheres (excerto 85, 86 e 88), da comunidade LGBTQIA+ (91, 92 e 93) e de políticas públicas e estratégias civis de educação (84, 87, 89 e 90).

No excerto 84 (que, aliás, dialoga de forma polêmica com o excerto 60), a proposta expressa no título da publicação de explicar os motivos de apoiar a “pauta de gênero” nas escolas reforça sua legitimidade e mesmo a necessidade de debater tal pauta. Fato semelhante ocorre no excerto 89, que ressalta sua importância, e no 87, que se propõe a ensinar como abordar o tema com crianças ainda muito jovens. Alguns dos benefícios que a inclusão desse tema nas escolas pode gerar, por sua vez, são elencados no excerto 90.

O excerto 85 está ligado ao campo da política por se tratar de uma reunião entre a bancada feminista e o então presidente do Senado destacando o ativismo de tal bancada bem como o acolhimento do tema pelo então chefe daquela casa. Já o excerto 86 aborda o tema no campo corporativo ao falar de práticas no meio empresarial e descreve a evolução das pautas de gênero nas empresas como um “avanço” que ainda precisa de mais “esforço” e “compromisso” por parte das empresas.

Os excertos 91 e 93 tratam a “liberdade de gênero” como direito legítimo que deve ser defendido, enquanto o 92 é a sinopse de um programa de televisão distribuído por *streaming* que retrata, de forma dramática, casos de pessoas que se identificam com gêneros e/ou orientações sexuais diversas dos valores de “uma sociedade heteronormatizada”.

Há em comum entre eles o fato de circularem em discursos dominados pela FDprog<sup>71</sup> e de as expressões “pauta de gênero”, “temática de gênero” e “liberdade de gênero” assumirem sentidos positivos, se diferenciando diametralmente daqueles que a fórmula *ideologia de gênero* assume nos discursos dominados pela FDre, reforçando as teses expressas, em algum grau, no título desse trecho do capítulo: a de que *ideologia de gênero* seja um referente social polêmico e a de que alguns termos para substituírem a palavra “ideologia” sejam interditados na FDre.

---

<sup>71</sup> Destaco que, com a finalidade de escapar um pouco ao efeito de potencial distorção e direcionamento dos algoritmos sobre o IP de meu computador, considerarei como escopo de minha amostragem ao menos os resultados das dez primeiras páginas apresentadas pelo buscador do Google.

### **A emergência e a circulação da fórmula “ideologia de gênero”**

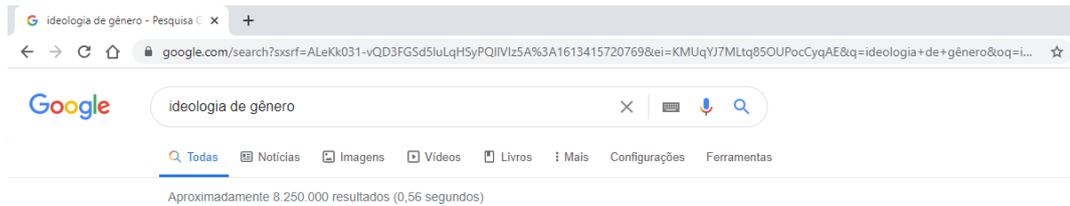
O registro mais antigo do uso da expressão “ideologia de gênero” ao qual tive acesso data de 1998, em uma nota intitulada “Ideologia de gênero: seus perigos e alcances”, durante a Conferência Episcopal do Peru, evento organizado pela ala mais conservadora da igreja católica<sup>72</sup>. Ao utilizar tal formulação, aquela instituição se referia (e se opunha) às pautas levadas ao debate público por grupos minoritários que visavam a avanços nas questões da mulher e dos LGBTQIA+ (que ainda não eram assim chamados naquela década, diga-se de passagem) frente aos modelos impostos por uma cultura hegemônica patriarcal e heterossexual. Segundo Silva, Domingues e Oliveira (in OLIVEIRA e POSSENTI 2021, p.116) sua circulação inicialmente se deu em conferências e debates sobre família e direitos humanos. Ela foi ganhando força nos anos seguintes com a adesão de nomes como o de Bento XVI (que à época era ainda o cardeal Ratzinger), reconhecido como um dos papas mais conservadores dos últimos tempos.

No Brasil, em especial, a circulação de *ideologia de gênero* se intensificou um pouco mais tarde, em meados da primeira década do século XXI.

Por meio da ferramenta de pesquisa do *Google*, mesmo com todas as limitações e direcionamentos provocados pelos algoritmos sobre o IP do computador de um professor/pesquisador/linguista, pude verificar que a expressão em questão gerou, entre os anos de 2004 e 2021, mais de oito milhões de ocorrências em textos de muitos gêneros e de diversas instituições, como artigos, reportagens, textos humorísticos, projetos de lei, notícias, posts de redes sociais, dentre outros. Tal quantidade de ocorrências, bem como a grande variedade de gêneros e instituições através dos quais tal expressão circula pelo espaço público, contribuem para acreditarmos que se trata de uma *fórmula*.

---

<sup>72</sup> Há teses concorrentes, mas esta é a mais aceita e mais bem documentada.



**Figura 14:** imagem capturada da tela do computador mostrando resultados de pesquisa feita em 15 de fevereiro de 2020 com o buscador do *Google* pela palavra-chave “escola sem partido”.

Os primeiros registros de *ideologia de gênero* que foram além do meio católico no Brasil com certa visibilidade foram publicações do ESP e ganharam mais relevância quase uma década depois nos discursos de seus aliados dentro e fora do catolicismo, como membros da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), pastores midiáticos e parlamentares que apresentaram projetos de lei nele baseados e/ou que combateram ferrenhamente que fosse feita qualquer menção ao termo *gênero* na BNCC<sup>73</sup> e em planos de educação de níveis federal, estadual ou municipal por associá-lo diretamente a *ideologia de gênero*. Entre esses aliados estavam nomes como o dos pastores midiáticos Silas Malafaia e Damares Alves (hoje ministra) e parlamentares como Marco Feliciano (deputado federal pelo PSC), Magno Malta (então senador pelo PL) e Jair Messias Bolsonaro (então deputado pelo PP). Portanto, apesar de a expressão *ideologia de gênero* ter sido cunhada no meio católico (e ainda ser pauta em sua ala mais conservadora), hoje ela tem especial circulação em outras denominações cristãs, sobretudo no meio neopentecostal. Ela também “furou a bolha” alcançando outros campos e espaços a serviço de discursos autoritários/nazifascistas que são fortes o suficiente para dominarem não só a esfera religiosa (chegando a unir em uma mesma causa contentores históricos como os católicos e os neopentecostais) como também a política, a educacional, entre outras. Uma evidência é a atuação da assim chamada bancada evangélica no Congresso que, de meados de 2014/15 em diante, lutou a favor de projetos nos moldes do programa Escola sem Partido e contra a inclusão de qualquer menção a debates sobre gênero em documentos de referência para currículos escolares e políticas educacionais.

<sup>73</sup> Há uma interessante, mas ainda inédita, monografia em AD de Bruno Caetano, graduado em Letras pelo IEL, que analisa especificamente o discurso do Deputado Marcos Feliciano contra a inclusão do termo “gênero” na LDB, associando-o a “ideologia de gênero”, que ele e toda a chamada “bancada evangélica” combatiam.

Usando a ferramenta *Google Trends*<sup>74</sup>, é possível verificar que tal expressão teve seu primeiro momento relevante de pesquisas em 2005 (época em que o ESP começava suas atividades) e seus três maiores picos, respectivamente, em junho de 2015 (quando tramitavam no congresso as discussões sobre incluir ou não o termo “gênero” nos planos de educação), outubro de 2017 (quando Bolsonaro começa a ganhar destaque na grande mídia como possível candidato à presidência e aborda o tema em diversas entrevistas e posts) e outubro de 2018 (durante as eleições que o levaram ao poder).

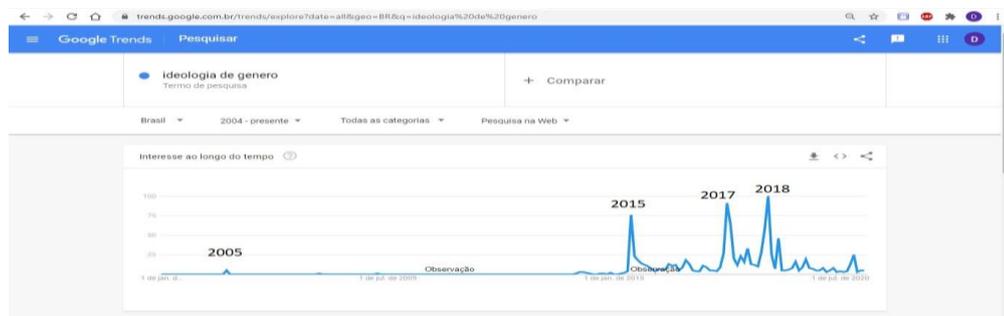


Figura 14: imagem capturada da tela do computador mostrando resultados de pesquisa feita em 15 de fevereiro de 2020 com o buscador do Google Trands pela palavra-chave “escola sem partido”.

O texto proposto pelo MEC – que foi alvo de tal embate e que acabou sendo vetado – citava o termo “gênero” no plano federal de educação (que serviria de referência para a elaboração de planos estaduais e municipais) ao colocar como uma de suas metas “a superação de desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”.

Miguel Nagib, idealizador do ESP, reconhece esse processo quando diz:

94. A tentativa do MEC e de grupos ativistas de introduzir a chamada “**ideologia de gênero**” nos planos nacional, estaduais e municipais de educação – o que ocorreu, principalmente, no primeiro semestre de 2014 e ao longo de 2015 – acabou despertando a atenção e a preocupação de muitos pais para aquilo que

<sup>74</sup> Segundo o site Resultados Digitais (<https://resultadosdigitais.com.br>), “Criado em 2006, o Google Trends (“trends” significa “tendências”, em inglês) é uma ferramenta gratuita disponibilizada pelo Google que permite acompanhar a evolução do número de buscas por uma determinada palavra-chave ou tópico ao longo do tempo”.

está sendo ensinado nas escolas em matéria de valores morais, sobretudo no campo da sexualidade.<sup>75</sup>

Para Nagib, portanto, o MEC estava aliado a grupos ativistas (que o ESP chama de “doutrinadores”) na tentativa de tornar uma política oficial do governo a *ideologia de gênero*. Uma nota da CNBB sobre o Plano Nacional de Educação apontou na mesma direção. A entidade afirmou que a “ideologia de gênero”

95. desconstrói o conceito de família, que tem seu fundamento na união estável entre homem e mulher.<sup>76</sup>

Nesse discurso, a instituição reforça o antagonismo entre as pautas de gênero tão caras ao discurso progressista (que tal instituição chama simples e pejorativamente de *ideologia de gênero*) e o conceito tradicional de “família” que, para tal instituição, “tem seu fundamento” no casamento (“união estável”) hétero (“entre um homem e uma mulher”).

### **A opacificação do sentido de “gênero”: uma chantagem moral**

Segundo Coelho e Dias (2020), Marco Feliciano publicou, em 2015, em suas redes sociais, um vídeo em que dizia:

96. Você que é vereador [...] não deixe passar nenhuma expressão que venha com a palavra gênero, porque a palavra **gênero**, ela é genérica. Você vai abrir a oportunidade para [que] os professores da escola [...] encontre (sic) uma forma de ensinar para os seus filhos sobre sexualidade. Se isso virar lei, o pai e a mãe

<sup>75</sup> Disponível em <https://apublica.org/2016/08/existe-ideologia-de-genero/>, consultado em 10 de fevereiro de 2021. Grifo meu.

<sup>76</sup> Disponível em <https://noticias.cancaonova.com/mundo/ideologia-de-genero-nos-planos-de-educacao-posicao-da-cnbb/>. Consulta realizada em 11 de fevereiro de 2021.

não vai (sic) poder fazer nada com o professor, nem chamar a atenção dele quando seus filhos chegarem da escola questionando e dizendo assim: “papai, mamãe, o professor disse que eu posso ser o que eu quiser, homem e mulher ao mesmo tempo”<sup>77</sup>

O discurso de Feliciano toma como verdade (o que também acontece no discurso do ESP) que os professores são ardilosos e oportunistas (“vai abrir a oportunidade para [que] os professores da escola [...] encontre (sic) uma forma”) e representam uma ameaça para a família no que diz respeito à educação moral (sexual, mais especificamente) de “seus filhos” (o que o ESP chama frequentemente de “alienação parental”<sup>78</sup>). Há também a defesa de que a inclusão da palavra “gênero” em planos municipais deixaria os pais indefesos contra tal ameaça, como fica evidente no enunciado “Se isso virar lei, o pai e a mãe não vai poder (sic) fazer nada com o professor”.

Feliciano, que é conhecido por ser um destacado membro da bancada evangélica e um defensor das pautas reacionárias da família tradicional, reforça essa imagem ao colocar-se como alguém que está ao lado dos pais na defesa moral de seus filhos fazendo apelo às emoções (*pathos*<sup>79</sup>) de seus coenunciadores de forma até dramática, o que pode ser classificado como uma espécie de chantagem moral.

Em resposta a uma pergunta que falava exatamente sobre discursos como o de Feliciano e sobre a atuação do ESP contra a *ideologia de gênero* (excerto 66), Érika Hilton, vereadora de São Paulo pelo Psol, mulher trans e ativista da causa LGBTQIA+, disse que

---

<sup>77</sup> Grifo meu.

<sup>78</sup> A “alienação parental” foi transposto do campo do direito da família para o da educação pelo ESP. É muito antigo, mas foi mais recentemente descrito pela lei 12.318, de 26 de agosto de 2010. Segundo tal lei, “Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este”.

<sup>79</sup> Segundo o *Dicionário de Análise do Discurso* (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2002, p. 371), no uso corrente em retórica, o termo *pathos* “remete a um dos três tipos de argumentos ou provas, destinados a produzir persuasão”. Trata-se do apelo às emoções. Ainda segundo o mesmo dicionário, em *Análise do Discurso*, “Essa noção é, às vezes, utilizada para assinalar as discursivizações que funcionam sobre efeitos emocionais com fins estratégicos” (p.372).

97. É muito triste ver que isso partiu de um espaço religioso, de um espaço de fé, um fundamentalismo que se utiliza da fé das pessoas pra gerar um pânico moral, pra gerar um medo, pra gerar um caos.<sup>80</sup>

Mais adiante, Hilton especifica qual seria o medo que discursos fundamentalistas promovem no espaço público. Trata-se do medo de que

98. pessoas trans querem destruir a família, de que pessoas trans querem contaminar as escolas e as pessoas com uma ideia pornográfica, com uma ideia de desvalorização da vida.

A chantagem moral (“pânico moral”, nas palavras de Hilton) feita por Feliciano fica evidente, sobretudo, na simulação que ele faz da fala de uma criança dizendo aos pais que, segundo o professor, ela poderia ser “homem e mulher ao mesmo tempo”. Para esse discurso, portanto, “ensinar sobre sexualidade” é sinônimo de estimular que os alunos queiram adotar identidades de gênero e condutas sexuais diferentes do modelo tradicional fundamentado na heterossexualidade exclusiva e na determinação biológica de gênero. Em tal discurso não há distinção possível entre gênero biológico, identidade de gênero, expressão de gênero e orientação sexual, o que se evidencia no uso dos termos “homem” e “mulher” como resumidores ao mesmo tempo, e indistintamente, dessas diferentes dimensões. Aliás, deixar cada vez mais opaco o sentido da palavra “gênero” tem sido uma estratégia corrente dos apoiadores do ESP como forma de confundir o público gerando pânico e deixando-o reativos às pautas feministas e LGBTQIA+ por considerá-las ardilosas e moralmente perigosas.

O posicionamento reacionário ao que chamam de *ideologia de gênero* em discursos dominados pela FDre chegou a gerar – em boa medida também como efeito da opacificação do sentido de “gênero” – mal-estar diplomático para o Brasil. Já durante o governo Bolsonaro (mais precisamente em junho de 2019), diplomatas brasileiros que participavam de uma reunião do Conselho dos Direitos Humanos da ONU, em Genebra, chegaram a tentar vetar o uso do termo “gênero” em documentos oficiais daquela entidade. É o que descreveu o jornalista Jamil Chade em sua coluna no site do UOL.

---

<sup>80</sup> Trecho livremente transcrito por mim a partir de entrevista de Érika Hilton ao programa Roda Viva. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=qvzQd0tN27w&t=10s>. Consulta realizada em 10 de fevereiro de 2021.

99. Num ato que deixou delegações estrangeiras perplexas, diplomatas brasileiros começaram a implementar nesta quinta-feira instruções do Itamaraty de vetar qualquer referência ao termo "**gênero**" em resoluções da ONU. [...] A nova posição do Brasil abriu um debate inédito com europeus, que insistiram que não iriam retirar o termo "**gênero**" do texto. A posição do então chanceler Ernesto Araújo, ironicamente, foi apoiada por governos como o da Rússia, Paquistão e da Arábia Saudita, acusados por ongs e mesmo por governos ocidentais por seu tratamento às mulheres.<sup>81</sup>

Mais adiante, ele diz que:

100. Na visão do governo brasileiro, **gênero** é uma construção social e o que deve prevalecer é a realidade biológica. A intervenção do Brasil abriu uma discussão. O governo da Noruega pediu que o termo "**gênero**" fosse mantido no texto. A mesma posição foi tomada por França, Finlândia, Dinamarca e Suíça. O governo australiano ainda fez uma intervenção, apelando de forma enfática para que a linguagem do texto não fosse modificada.<sup>82</sup>

A aversão ao uso do termo “gênero” teria causado estranhamento entre os representantes europeus de países de tradição mais progressista em relação às pautas de costumes (França, Finlândia, Dinamarca e Suíça) ao passo que teria ganhado adesão de países que, segundo ONGs representantes do que o jornalista chamou de “países ocidentais”, não dão bom tratamento às mulheres.

As **figuras 16 a 18** ajudam a entender o grande contraste entre a forma de tratar o sentido de “gênero” em discursos dominados pela FDprog e pela FDre.

---

<sup>81</sup> Disponível em <https://jamilchade.blogosfera.uol.com.br/2019/06/27/brasil-veta-termo-genero-em-resolucoes-da-onu-e-cria-mal-estar/>. Consultado em 17 de outubro de 2021. Grifos meus.

<sup>82</sup> Ibid.



Figura 15: imagem ilustrativa de artigo intitulado “A separação entre sexo, gênero e expressão da sexualidade”.<sup>83</sup>



Figura 16: imagem ilustrativa de artigo intitulado “Ideologia de gênero e a desconstrução da família”.<sup>84</sup>

<sup>83</sup> Disponível em <http://www.cidadaniaereflexao.com.br/noticia.php?id=226>. Consulta realizada em 17 de outubro de 2021.

<sup>84</sup> Disponível em <https://formacao.cancaonova.com/atualidade/ideologiadegenero/ideologia-de-genero-e-a-desconstrucao-da-familia/>. Consultado em 17 de outubro de 2021.



Figura 17: imagem ilustrativa de artigo intitulado “Ideologia de Gênero: saiba mais e conheça riscos para a sociedade”.<sup>85</sup>

A **figura 16**, infográfico que faz parte de um artigo com discurso dominado pela FDprog, ilustra, de forma didática, as diferenças entre sexo biológico, identidade de gênero, expressão de gênero e orientação sexual. As informações ali expressas através de palavras, cores (muito variadas, incluindo o verde, o vermelho, o branco, o laranja, o amarelo, o azul, o lilás, o pêssego), desenhos e ícones (um biscoito em forma de boneco, setas, faixas, um coração, um círculo e o que parece ser dois hemisférios de um cérebro) são abundantes e colaboram para aumentar o repertório dos leitores a respeito das questões de gênero.

Já as **figuras 17 e 18**, por sua vez dominadas pela FDre, estabelecem uma única distinção de gênero: a biológica. Isso se evidencia na escolha de suas cores, ícones e formas. A **17** mostra a silhueta de uma família tradicional formada por uma mulher (à esquerda), um homem (à direita) e uma criança, mais precisamente uma menina, sendo conduzida pelas mãos de ambos (ao centro). As cores rosa e azul foram aplicadas ao fundo, respectivamente, da mulher e do homem. Em primeiro plano, há a representação de um vidro muito avariado formando uma espécie de alvo no centro do qual está a cabeça da menina. A **18** mostra, sobre fundo cinza, ícones de uma mulher e de um homem (também respectivamente nas cores rosa e azul) bem como os símbolos de “masculino” e “feminino”. Em ambas, não há qualquer distinção do sentido de gênero que não seja a biológica.

<sup>85</sup> Disponível em <https://formacao.cancaonova.com/atualidade/ideologiadegenero/ideologia-de-genero-e-a-desconstrucao-da-familia/> . Consultado em 17 de outubro de 2021.

Como forma de crítica a essa opacificação do sentido de “gênero” nos discursos dominados pela FDre, circulam em discursos da FDprog charges como as duas abaixo, ambas de autoria de Laerte<sup>86</sup>. As duas são também bons exemplos de simulacros gerados dentro do processo de interincompreensão entre as duas FDs em disputa nessa polêmica:

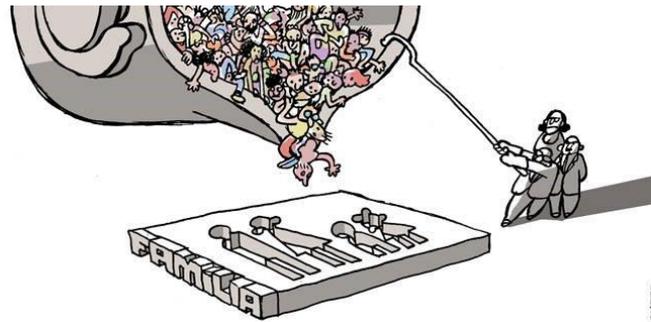


Figura 18: charge de Laerte.

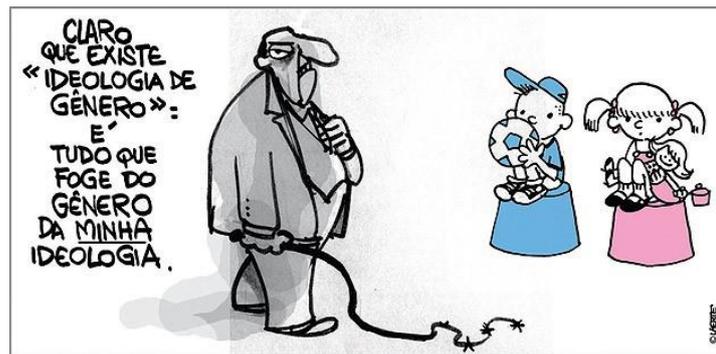


Figura 19: charge de Laerte.

A **figura 19** representa, à direita, três pessoas formalmente vestidas, (dois homens de terno e uma mulher possivelmente de vestido ou blusa, todos em tons de cinza). Um deles tem um gancho nas mãos pelo qual inclina um recipiente do tipo usado em processos de fundições. Em tal recipiente, há um enorme número de pessoas com vestimentas de várias cores que serão “despejadas” contra a sua vontade em uma forma que está no chão e em cuja lateral está em destaque a palavra “família”. Essa forma é um molde no formato da silhueta de uma família tradicional (pai, mãe e um casal de filhos).

<sup>86</sup> O fato de ser Laerte uma mulher trans que se assumiu publicamente como tal aos 58 anos adiciona à crítica mais um elemento de legitimidade.

Em tal figura, há o simulacro de “família tradicional” baseada em “gênero natural” como sendo uma espécie de violência praticada por pessoas “cinzas” (que podem até ser interpretadas como políticos e/ou pastores reacionários) contra pessoas “multicoloridas” (de diversos gêneros biológicos, identidades de gênero e orientações sexuais) a fim de moldá-las aos valores patriarcais heteronormativos.

Situação próxima é retratada na **figura 20**. Nela há a representação de um homem (também acinzentado, também de terno e gravata, possivelmente também um político e/ou pastor reacionário) com um chicote na mão diante de um menino (todo vestido de azul e com uma bola de futebol nas mãos) e uma menina (toda vestida de rosa e com uma boneca nas mãos), cada qual encolhido sobre uma espécie de pequena plataforma com a mesma cor de suas roupas. A cena remete à memória dos domadores que controlam violentamente feras (leões, tigres, elefantes etc.) em apresentações circenses.

Mais uma vez ocorre um simulacro da família tradicional como uma espécie de violência, de privação de liberdade.

Mesmo após a construção do plano nacional de educação e da BNCC, que não incluiu o termo “gênero”, o tema seguiu gerando polêmica. Em pronunciamento na tribuna do Senado no ano de 2018, o então senador Magno Malta disse:

101. Será um ano de muita luta, de temas importantes a serem tratados aqui neste plenário, de decisões a serem tomadas, um ano de processo eleitoral, um ano em que o País, revoltado, angustiado com o que lhe ocorreu, um País largado na segurança pública, com uma violência sem precedentes na história contra a família, contra as nossas crianças, uma tentativa absurda de mudar uma ordem social com a chamada **ideologia de gênero**. [...] Menino não nasce menino, menina não nasce menina, mas homossexual nasce homossexual? **Ideologia de gênero** não é nada.<sup>87</sup>

Em seu discurso, Malta se coloca como o porta voz de um país “angustiado, revoltado” com os ataques que a “família” está sofrendo dos apoiadores da chamada *ideologia de gênero* e como aquele que alerta seus pares sobre a importância que as decisões ali tomadas terão para definir esses e outros temas relevantes num ano eleitoral. Ano, aliás, em que o projeto de lei

<sup>87</sup> Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/02/05/magno-malta-critica-ideologia-de-genero-e-ataques-a-familia>. Consulta realizada em 20 de fevereiro de 2021. Grifos meus.

nos moldes do ESP ainda tramitava na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara. Malta, a exemplo do que vimos em enunciados anteriores da mesma formação discursiva, não distingue gênero de orientação sexual, o que fica evidente no último parágrafo da citação quando ele usa indistintamente os termos “menino”, “menina” (que na FDprog se refeririam a identidade de gênero) e “homossexual” (que para um progressista se referiria a orientação sexual). É mais um exemplo de interincompreensão dentro dessa polêmica.

### **Ideologia de gênero, o Kit gay e o Escola sem Partido**

O processo de ascensão de Bolsonaro ao poder, no fim do ano de 2018 (na verdade tal processo se inicia anos antes de ele ser candidato à presidência), teve como um dos pontos mais fortes da construção de sua imagem o discurso que o projetava como também sendo um defensor da “família tradicional” e incansável combatente à *ideologia de gênero* nas escolas, o que o coloca em franca aliança com o discurso do ESP.

“Kit gay” foi o nome dado, em forma de simulacro, por políticos e comunicadores reacionários (como Jair Bolsonaro e Silas Malafaia) ao “kit anti homofobia nas escolas”. Mais uma vez a opacidade de sentidos trabalhou em prol da desinformação. Seria ele um “kit [explicativo sobre o que é ser] gay” ou um “kit [que ensina a ser] gay” ou ainda um “kit [para transformar seu filho em] gay”? As insinuações dos bolsonaristas eram muitas e excluíam a ideia, muito mais próxima do propósito do ministério da educação petista, que era de distribuir aos professores (não aos alunos, como afirmavam e afirmam os militantes pró ESP) um “kit [contra a violência dirigida ao] gay” que fazia parte de um projeto desenvolvido entre os anos de 2010 e 2011 pela equipe do então ministro da Educação Fernando Haddad, que disputou o segundo turno em 2018 com o atual presidente.

O projeto, que recebeu incessante combate de partidos de oposição ao governo petista, nunca chegou a ser implementado, mas as referências a ele seguiram sendo feitas mesmo após o impeachment/golpe sofrido pela presidenta Dilma Roussef, em 2016, e funcionaram como um importante combustível para o engajamento na campanha de várias lideranças evangélicas

(dentro e fora do legislativo) que trouxeram consigo seus rebanhos materializados em forma de votos que foram determinantes na vitória do candidato à época ainda filiado ao PSL.

O fantasma da ameaça que importaria “à família e às crianças” (ou “seus filhos”) valores e práticas dos gays/lésbicas (dos LGBTQIA+ de forma mais abrangente) foi alimentado por Bolsonaro e seus aliados com a hipere Exposição de fatos relacionados ao projeto original da gestão petista misturados de forma indistinguível a um grande e variado número de *fake News* como a suposta adoção no ensino fundamental do livro “Aparelho Sexual e Cia.” (que continha imagens e textos considerados erotizantes e que foi mostrado por ele durante entrevista de campanha no Jornal Nacional), ou a introdução nas creches de todo o país de mamadeiras no formato que aludia a um pênis (o que foi batizado por ativistas progressistas, também em forma de simulacro, de “mamadeira de piroca”) e mesmo o incentivo a práticas de pedofilia. O próprio candidato Fernando Haddad foi vítima de fake news que circulou nos grupos de WhatsApp de meios evangélicos dizendo que ele era pedófilo. Aliás, acusar defensores da pauta de gênero de serem pedófilos tem se tornado uma prática cada vez mais comum nos discursos que se filiam à FDre.

A associação do candidato do PT ao “kit gay” foi tão importante na campanha de seu opositor em 2018 que chegou a ser noticiada como tal em grandes órgãos de imprensa, como podemos ver na imagem (e respectiva legenda) da chamada de matéria abaixo, publicada no site da revista Exame em 17 outubro de 2018:



Figura 20: Imagem recortada do site da revista Exame.<sup>88</sup>

Não por acaso, no dia 10 de agosto de 2018, o ESP publicou em seu Twitter oficial um vídeo com um trecho de uma fala de Bolsonaro durante um debate televisivo no canal Band no qual ele diz que o país precisava de

102. Um presidente que honre e respeite a família, que trate com consideração criança em sala de aula não admitindo ideologia de gênero impondo a Escola sem Partido.<sup>89</sup>

O movimento explicita na legenda (**figura 21**) que, ao dizer isso, Bolsonaro se colocava como “o único candidato” que se comprometia publicamente com “a aprovação” de leis nos moldes do programa e com o “combate à ideologia de gênero”.

<sup>88</sup> Disponível em <https://exame.com/brasil/a-eleicao-do-kit-gay/>. Site consultado em 12 de fevereiro de 2021.

<sup>89</sup> Disponível em <https://twitter.com/escolasempartid/status/1028007495988600833>. Consulta feita em 27 de fevereiro de 2021.



Figura 21: Imagem recortada do Twitter oficial do ESP.<sup>90</sup>

As análises feitas apontam, portanto, que a fórmula *ideologia de gênero* de fato impulsionou o discurso do ESP no espaço público assim como foi impulsionada por ele. É preciso dizer ainda que o alinhamento do atual presidente da república ao discurso do movimento (e vice e versa) não só atraiu para ele apoio da parcela reacionária da população como aumentou a relevância de tal discurso potencializando seus impactos nas práticas pedagógicas de professores progressistas nas escolas por todo o país, mas não sem resistência. E é sobre isso que falaremos no próximo capítulo.

<sup>90</sup> Disponível em <https://twitter.com/escolasempartid/status/1028007495988600833>. Consulta feita em 27 de fevereiro de 2021.

## 4. A POLÊMICA DO ESP NA ESCOLA: PERSEGUIÇÃO E RESISTÊNCIA

Nós, professores, estamos sendo massacrados, apanhamos na rua quando pedimos melhor alimentação nas escolas, estamos sofrendo cortes. Então, esse projeto Escola Sem Partido não quer a qualidade da educação. Ele vem de setores fundamentalistas que querem cada vez mais uma sociedade passiva e ignorante. A escola sem partido é escola de um partido só.<sup>91</sup> (Gabriela Viola, professora de colégio estadual de Curitiba-PR)

Embora o ESP não tenha atingido seu objetivo inicial de aprovar leis (em todos os níveis da federação) nos moldes do anteprojeto que divulga há vários anos em seu site<sup>92</sup>, seu discurso ganhou força suficiente para causar impacto direto no fazer pedagógico, na imagem pública e mesmo na vida pessoal de profissionais da educação de todo o país, deixando marcas ainda hoje perceptíveis, mesmo quando não são associadas de forma direta ao movimento.

Depois de ter analisado, em capítulos anteriores, o discurso do ESP através de publicações em seu site oficial e a circulação no espaço público da *fórmula* “ideologia de gênero” (uma de suas maiores bandeiras), tomarei como itens especiais do corpus, neste capítulo, duas matérias publicadas em dois diferentes veículos de imprensa digital com depoimentos de professores que sofreram diretamente esses impactos em um período em que o ESP estava no auge de sua atuação pública. A primeira, intitulada “Depois do esculacho, como fica a vida?”, foi publicada em maio de 2017 na revista Nova Escola, e a outra, intitulada “Escola Sem Partido: quatro professoras perseguidas por palavras e atividades dão seu depoimento”, foi publicada no site do Diário do Centro do Mundo em outubro do mesmo ano.

Selecionei especificamente essas publicações por dois motivos principais: o primeiro é que os casos aos quais estão associadas ganharam grande destaque no espaço público e foram noticiados também em vários outros veículos de imprensa; o segundo é por terem sido

---

<sup>91</sup> Disponível em <https://novaescola.org.br/conteudo/11638/depois-do-esculacho-do-escola-sem-partido-como-fica-a-vida>. Consultado em 20 de outubro de 2021.

<sup>92</sup> O objeto central de tal projeto foi a Sequência Discursiva de Referência (**figura 5**) que analisei no capítulo 2 do presente trabalho.

publicados, respectivamente, no site de uma revista de referência para as pautas da educação e no site de um veículo de referência das pautas progressistas em geral. Eles fazem parte de um subconjunto de uma das FDs que figuram na polêmica que me propus a analisar, a FDprog. Isso não significa, contudo, que o discurso do ESP não siga ainda hoje impactando direta e indiretamente o cotidiano das escolas. Institucionalmente, o movimento perdeu muito de sua força nos últimos anos, mas seu discurso influencia (e em boa medida assombra) as escolhas pedagógicas de todos nós, professores.

Para Maingueneau (2010, pp. 35 - 36), as formações discursivas com mesma função social encontram-se em concorrência em uma dada região do universo discursivo, estabelecendo entre si confrontos, alianças que as vão delimitando reciprocamente. Meu intuito, portanto, é esboçar quais são os principais valores e práticas que os professores perseguidos pelo ESP atribuem ao movimento em seus discursos e quais aqueles que eles reivindicam para si mesmos. Contudo, uma vez que neste trabalho compartilhamos da premissa de Maingueneau do primado do interdiscurso, apesar de serem privilegiados nas análises do presente capítulo discursos dominados pela DFprog é evidente que qualquer comentário sobre eles afeta, de forma obliqua o discurso da FDre.

Mobilizarei aqui a teoria da Semântica Global, de Maingueneau (2005), que fornece subsídios para que se possa compreender o discurso em diversas de suas dimensões, tais como *vocabulário, tema, dêixis, enunciador e modo de enunciação* como modo de apreender o todo da significância discursiva. Contudo, a exemplo do que fizeram Baronas e Manenti (2009), privilegiarei em minhas análises uma dessas dimensões: o tema.

Embora trabalhos bem-sucedidos possam ser feitos a partir de um único texto<sup>93</sup> não é o mais corrente em AD a sua análise exaustiva e integral, por isso reproduzirei e analisarei a seguir apenas alguns trechos dos depoimentos que fazem parte das duas matérias citadas. Contudo, recomendo fortemente a leitura integral das duas matérias para que o leitor possa ter uma melhor dimensão do impacto sofrido por esses e outros tantos profissionais da educação.

---

<sup>93</sup> Um bom exemplo é a análise feita por Maingueneau de uma peça publicitária (um iconotexto) que fez parte da campanha do então candidato a presidente da França, José Bové, em artigo intitulado “Argumentação e cenografia”, publicado em uma coletânea de vários autores que homenageiam Possenti, organizada por Brunelli, Mussalim e Fonseca-Silva.

### Vigiar: um tema, dois tratamentos

Ao tratar de “tema” dentro da teoria da *semântica global*, tomando como exemplos o discurso jansenista e o discurso humanista devoto, Maingueneau (2005) afirma que

Os dois sistemas de restrições semânticas têm exatamente que construir temas de maneiras divergentes, essa divergência pode ser apenas relativa, já que eles estão imersos em um universo *a priori* amplamente aceito por ambas as partes. Se agora abordarmos apesar de tudo os temas dos dois discursos devotos independentemente de seu tratamento, será necessário rejeitar tanto a ideia segundo a qual esses dois conjuntos temáticos seriam idênticos quanto a ideia segundo a qual eles seriam totalmente disjuntos. Admitir sua disjunção total seria contraditório com o fato de que eles puderam coexistir no mesmo campo. [...] De outro lado, a identidade dos dois conjuntos é igualmente impossível, mesmo quando se deixa claro que eles não recebem o mesmo tratamento semântico. (MAINGUENEAU 2005, Pp. 86 -87)

Segundo tal teoria, no espaço discursivo os temas explorados por uma FD podem ser de dois tipos: os “impostos” e os “específicos”. Os específicos são aqueles mais diretamente associados a gêneros discursivos (que não constituem, portanto, a matriz das polêmicas construídas no interdiscurso). Já os impostos “são responsáveis pela instauração de debates e divergências entre discursos que convivem no interior de um mesmo campo discursivo, onde cada qual busca impor o que é dito como sendo ‘o verdadeiro’, ‘o legítimo’” (BARONAS e MANENTI 2009, p. 8).

No campo da educação, há muitos temas impostos que, historicamente, têm sido objeto de disputa entre diferentes FDs; entre eles estão os do currículo e o das práticas pedagógicas, ambos centrais na polêmica do ESP. Reproduzo abaixo alguns excertos das duas matérias que ajudarão na análise de tal tema.

103. Me ameaçaram de morte. Minha família e amigos sentiram medo por mim. [...] Entrei em um quadro depressivo, precisei de remédios. Essas pessoas não veem o ser humano, atacam de maneira bruta. Que luta é essa que adoce o

professor?<sup>94</sup> (Valéria Borges, professora de História na rede pública de Niterói - RJ)

104. Caí num quadro depressivo. Fiquei sem dormir quando veio o processo criminal, que finalmente acabou sendo arquivado. [...] Independentemente do resultado, ser processado é muito ruim. Mexe-se com a reputação do docente frente à comunidade. Há danos morais e financeiros.<sup>95</sup> (Fernando César Gouveia, professor de História na rede pública de Londrina - PR)
105. Eu recebi mensagens de pessoas malucas me ameaçando; no Inbox, no Facebook e na minha secretária eletrônica, dizendo que eu não merecia só ser presa por doutrinar jovens contra a família e contra Deus, que eu merecia morrer. Outra disse que eu merecia arder no inferno. [...] Tive que mudar meu e-mail institucional de tanta ameaça dizendo que eu era a pior espécie de professor, mas que graças a iniciativas como o Escola Sem Partido eu seria exterminada.<sup>96</sup> (Cleonice Tibiriçá, ex-professora da Fatec Barueri de São Paulo – SP)
106. Eu fui muito ameaçada na página do advogado. [...] Esse advogado orienta estudantes a filmar as aulas pra denunciar os professores, como na lei da mordaza. Nas redes sociais, sofremos muito ataque, assim como na página dele. Alguns dizendo que não servimos nem pra dar aula para animais. As defesas que foram feitas nas páginas foram excluídas.<sup>97</sup> (Alice Aparecida e Silva, professora do Instituto de Educação Estadual de Londrina - PR)
107. Percebi a presença de um aluno estranho, com umas perguntas estranhas. Ele vinha me sugerir textos do Reinaldo de Azevedo e eu dizia: ‘Tudo bem que você faça essas leituras, mas a gente tem coisas melhores pra ler em sala de aula’. Os textos que ele trazia vinham sempre do Instituto Millenium. Eu só descobri tardiamente que esse moço de 35 anos era ligado a este instituto e ao Escola Sem Partido. Em outubro daquele ano, eu recebi um e-mail do Miguel Nagib, coordenador do ESP, dizendo que tinha recebido uma denúncia e uma série de documentos referentes a minha prática doutrinária em sala de aula.<sup>98</sup> (Cleonice Tibiriçá, ex-professora da Fatec Barueri de São Paulo – SP)
108. Li comentários machistas, sofri muitos ataques por ser mulher. [...] A pressão foi muito forte, tentar lidar com tudo que estava acontecendo me afetou psicologicamente. Todo dia alguém escrevia que eu deveria morrer por ter dado aula de um determinado teórico.<sup>99</sup> (Gabriela Viola, professora de Colégio Estadual em Curitiba -PR)

---

<sup>94</sup> Disponível em <https://novaescola.org.br/conteudo/11638/depois-do-esculacho-do-escola-sem-partido-como-fica-a-vida>. Consultado em 20 de outubro de 2021.

<sup>95</sup> Ibid.

<sup>96</sup> Disponível em <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/escola-sem-partido-quatro-professoras-perseguidas-por-palavras-e-atividades-dao-seu-depoimento/>. Consultado em 20 de outubro de 2021.

<sup>97</sup> Idem.

<sup>98</sup> Disponível em <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/escola-sem-partido-quatro-professoras-perseguidas-por-palavras-e-atividades-dao-seu-depoimento/>. Consultado em 20 de outubro de 2021.

<sup>99</sup> Disponível em <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/escola-sem-partido-quatro-professoras-perseguidas-por-palavras-e-atividades-dao-seu-depoimento/>. Consultado em 20 de outubro de 2021.

Muitas práticas atribuídas à atuação do ESP emergem do conjunto de discursos acima, todos de professores que se declaram perseguidos por esse movimento. Entre elas, está a criação de um ambiente hostil de “vigilância” sobre as atividades docentes, os temas e os autores discutidos; de “denúncia” daqueles que fugiram às restrições sobre currículo e práticas pedagógicas defendidas pelo ESP. Bons exemplos são a declaração de que apoiadores do movimento orientam alunos a filmarem aulas “pra denunciar os professores, como na lei da mordça” (excerto 106); a descrição da presença “de um aluno estranho, com umas perguntas estranhas” nas aulas de uma professora que, posteriormente, descobriu que ele era ligado ao ESP ou a declaração de que o próprio Nagib, coordenador do ESP, havia recebido “denúncia e uma série de documentos” referentes à “prática doutrinária” da professora (107). Nesses excertos, especificamente pensando no tema da “vigilância” das práticas docentes e escolhas de currículo, dois pontos chamam inicialmente a atenção: a) o adjetivo “estranho” associado aos nomes “aluno” e “perguntas”, denotando que ambos destoavam, de alguma forma, do que normalmente ocorre em aula e b) a comparação entre a vigilância orientada pelo ESP e a “lei da mordça” que aqui tem características tanto de pré-construído (PECHEUX, 1975) como de simulacro (Maingueneau, 2005)<sup>100</sup>.

Os casos relatados pelos docentes remetem a uma memória de táticas típicas de sistemas ditatoriais de infiltrar em salas de aula espões disfarçados de alunos e/ou de instruir alunos a vigiarem seus professores e a denunciá-los quando suas práticas docentes violarem, de alguma forma, um conjunto de interdições pré-estabelecidas por tais sistemas. Isso aconteceu, por exemplo, durante o regime nazista na Alemanha e nos anos de ditadura militar no Brasil (este último mais diretamente citado pelo uso da expressão “lei da mordça”).

O tema da prática relatada de vigilância e denúncia orientada pelo ESP e seus apoiadores (ou por outras instituições dominadas pela mesma FD) – tema esse que decorre, por sua vez, da polêmica sobre currículo e práticas pedagógicas – é também recorrente nas publicações no site dessa instituição (analisadas no capítulo 2) e ganhou força com a ascensão de Bolsonaro ao poder. Em outras palavras, o discurso do ESP não nega que estimule a vigilância dos alunos e da comunidade escolar em geral sobre os professores e suas práticas; ao contrário: ele a

---

<sup>100</sup> Sobre a expressão “lei da mordça”, ver análise anterior, no capítulo 2, em que defendo que seu uso em discursos dominados pela FDprog ocorre em forma de simulacro.

defende e convoca publicamente os alunos a exercerem-na. Esse tema, portanto, é compartilhado pelas duas formações discursivas que se opõem nessa polêmica.

O tema do controle sobre as práticas docentes – que nos discursos acima aparece na forma de uma vigilância ostensiva e até desleal – emerge tanto do discurso do ESP quanto do discurso dos professores por ele perseguidos (o que se justifica por ambos coexistirem no mesmo campo), é no tratamento dado a tal tema que vai se estabelecer a polêmica.

Vejamos então, a partir das imagens abaixo, como conhecidos apoiadores do discurso do movimento ESP, incluindo o próprio presidente da república e outras autoridades de seu governo, vieram a público em diversas oportunidades se posicionar a respeito do tema da vigilância sobre as escolhas curriculares e as práticas dos docentes:



Figura 22: Banner virtual de propaganda de um canal de denúncias criado e disponibilizado pela deputada estadual de Santa Catarina Ana Carolina Campagnolo (2018).<sup>101</sup>

<sup>101</sup> Disponível em <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/ex-aluno-de-deputada-que-denuncia-professores-doutrinadores-posta-fotos-dela-com-camiseta-de-bolsonaro-em-classe/>. Consultado em 20 de outubro de 2021.

## ***Bolsonaro apoia filmagem de professores: 'Tem que se orgulhar e não ficar preocupado'***

"Mau professor é o que se preocupa com isso aí", complementou

Publicado 05. Nov. 2018, 19:11



Figura 23: Imagem recortada do site do Jornal do Brasil destacando declaração do então presidente eleito Jair Bolsonaro (2018).<sup>102</sup>

## **Damares cria canal para denunciar professores "contra a família"**

Ministra disse que o dispositivo será anunciado ainda este ano, mas não deu detalhes sobre o funcionamento

Por **Estado Conteúdo**

Publicado em: 20/11/2019 às 09:08

Alterado em: 20/11/2019 às 13:01

Tempo de leitura: 4 min



Figura 24: Imagem recortada do site da revista Exame destacando ação proposta pela ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos Damares Alves (2019).<sup>103</sup>

<sup>102</sup> Disponível em <https://www.jb.com.br/pais/2018/11/954239-bolsonaro-apoia-filmagem-de-professores--tem-que-se-orgulhar-e-nao-ficar-preocupado.html>. Consultado em 20 de outubro de 2021.

<sup>103</sup> Disponível em <https://exame.com/brasil/damares-cria-canal-para-denunciar-professores-que-vao-contra-a-familia/>. Consultado em 20 de outubro de 2021.

## Para ministro da Educação, filmar professores em aula é direito dos alunos

Abraham Weintraub comentou vídeo compartilhado pelo presidente Jair Bolsonaro e seu filho Carlos, que mostra aluna criticando professora

Por Renato Cordeiro 28 set 2019, 12:08



Figura 25: Imagem recortada do site da revista Veja destacando declaração do então ministro da Educação Abraham Weintraub (2019).<sup>104</sup>

A **figura 22** é um *banner* que foi postado inicialmente nas redes sociais da deputada estadual eleita Anna Carolina Campagnolo (PSL-SC) logo após o fim da apuração do segundo turno das eleições de 2018. O fundo azul da imagem mostra um homem gesticulando com as mãos e trajando uma camiseta com foto de Che Guevara. Provavelmente represente um professor lecionando em sala de aula enquanto ostenta a imagem de um ícone da esquerda mundial (mais precisamente comunista). Tal professor é a imagem perfeita na FDre da figura estereotipada do “professor doutrinador” citado, em letras amarelas, no chamamento feito aos estudantes daquele estado.

O *Dicionário de Análise do Discurso* assim descreve o sentido de “estereótipo” para a AD:

O estereótipo, como representação coletiva cristalizada, é uma construção de leitura (AMOSSY, 1991: 21), uma vez que ele emerge somente no momento em que um alocutário recupera, no discurso, elementos espalhados e frequentemente lacunares, para reconstruí-los em função de um modelo social preexistente (AMOSSY, 1997). Pode-se, então, dizer que o estereótipo, como clichê, depende do cálculo interpretativo do alocutário e de seu conhecimento enciclopédico. (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004: pp. 215 – 216)

<sup>104</sup> Disponível em <https://veja.abril.com.br/educacao/para-ministro-da-educacao-filmar-professores-em-aula-e-direito-dos-alunos/>. Consultado em 20 de outubro de 2021.

Ao lançar mão desse recurso, Campagnolo alinha seu discurso ao da FDre que elege como um dos maiores perigos a serem combatidos – não apenas nas escolas, mas na sociedade como um todo – o comunismo, conseguindo assim adesão praticamente automática do público-alvo de tal peça publicitária. Mesmo que o leitor do *folder* não saiba muito bem o que venha a ser o comunismo, a imagem do líder da revolução cubana na camiseta do professor remete diretamente à memória discursiva (ainda que de forma “lacunar”) do perigo. A prática de se lecionar ostentando tal símbolo de ideologia de esquerda é vetada pela FDre, bem como estudar autores que se alinhem com o discurso desse espectro. O curioso (e contraditório) é que a própria deputada, que também é professora, já foi flagrada em sala de aula vestindo uma camiseta com imagem de Bolsonaro (**figura 26**), ato que, no discurso dominado pela FD à qual se filia, não se configura como doutrinação uma vez que nela só o professor de esquerda doutrina e apenas os valores e práticas da esquerda são ideológicos.



Figura 26: Foto de Campagnolo em sala de aula trajando camiseta com a imagem de Bolsonaro.<sup>105</sup>

O chamamento expresso no *folder* é para que alunos filmem professores que estariam “inconformados e revoltados” com a vitória de Bolsonaro e que fariam da sala de aula “auditório cativo de suas queixas político partidárias”, o que, para a FDre também é tema vetado no currículo escolar. As expressões “professores doutrinadores” e “auditório cativo” circulam abundantemente nas publicações do ESP e de seus apoiadores e o próprio nome do

<sup>105</sup> Disponível em <https://www.srzd.com/brasil/deputada-escola-sem-partido-camisa-bolsonaro-sala-aula/>. Consultado em 27 de julho de 2020.

movimento é citado diretamente no rodapé da peça publicitária no lema “por uma escola sem partido” o que a coloca em franca aliança com seu discurso.

Ganham destaque nessa publicação os imperativos “filme”, “grave”, “denuncie”, “envie”, assim como a disponibilização de um telefone de fácil acesso ao denunciante<sup>106</sup> e a logomarca da deputada nas cores da bandeira do Brasil, símbolo pátrio adotado (na verdade sequestrado) pelo bolsonarismo, como também já ocorreu em outros momentos de regimes autoritários de nossa História.

Cabe dizer ainda que no rodapé de tal material publicitário há o enunciado “Educação de qualidade de verdade”. A “qualidade na educação” também é um tema em disputa nessa polêmica, mas falaremos dele mais adiante. Sobre o tema da vigilância, por ora, podemos verificar que é tratado no discurso de Campagnolo não como uma censura ou uma violência e sim como uma forma de defesa que os alunos têm contra professores doutrinadores.

A **figura 23** mostra o título de uma notícia que destaca a fala do então presidente eleito Bolsonaro na qual defendia que alunos filmassem professores em sala de aula, conforme havia convocado Campagnolo. Em um enunciado no corpo da notícia, é atribuído ao presidente a afirmação de que o professor “Tem que se orgulhar e não ficar preocupado”. Ele disse ainda que “Mau professor é que se preocupa com isso aí”. O discurso de Bolsonaro, portanto, está em franca aliança com o da deputada eleita ao não considerar que direitos dos professores estejam sendo feridos por terem suas aulas filmadas sem a sua autorização. Ele estabelece ainda uma diferença entre “maus” professores – que teriam preocupação de serem flagrados em atos de doutrinação em sala de aula, como apontou Campagnolo – e aqueles aos quais podemos chamar, por contraste, de “bons” (não dito) que se orgulham do que lecionam e, por consequência, não teriam o que temer ao terem suas aulas filmadas. No discurso de Bolsonaro, a vigilância sobre os professores (terem suas aulas filmadas pelos alunos) é boa inclusive para eles.

A **figura 24** mostra a imagem da ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e a manchete “Damares cria canal para denunciar professores ‘contra a família’”. Tal canal seria, na prática, a efetivação em nível federal da tentativa de Campagnolo, apoiada por Bolsonaro, de estabelecer uma política de vigilância dos professores. Novamente o verbo

---

<sup>106</sup> O que remete a peças publicitárias do ESP analisadas no segundo capítulo deste trabalho.

“denunciar” ganha destaque e o alvo são os professores, o que coloca esse discurso em alinhamento com o manifesto na **figura 22**, contudo há entre eles uma diferença de pauta. No presente caso, o foco está nas interdições impostas pelo ESP e seus apoiadores da abordagem em sala de aula de textos relacionados a sexualidade e gênero (outro item de currículo que é alvo de disputa entre as duas FDs que rivalizam nessa polêmica). Há, no corpo do texto da notícia, a explicitação de tal fato de modo controverso em enunciados atribuídos à ministra (excertos 109 e 110), e em outros de autoria da redação (excerto 111) o que confere mais legitimidade às queixas dos professores.

109. O que queremos é somente o cumprimento da lei. O Brasil é signatário do Pacto de São José da Costa Rica. Lá está dizendo que a escola não pode ensinar nada que atente contra a moral, a religião e a ética da família.<sup>107</sup> (enunciado atribuído a Damares)

110. A família precisa ser ouvida. O que queremos trabalhar no Brasil é uma parceria de escola e família. A família sendo consultada, mas não delegando suas responsabilidades.<sup>108</sup> (enunciado atribuído a Damares)

111. A gestão Jair Bolsonaro é crítica de uma suposta doutrinação e pregação da "ideologia de gênero" em sala de aula pelos docentes. Esse termo vem sendo usado por grupos conservadores, mas não é adotado em universidades e escolas. O combate à doutrinação é uma bandeira do movimento Escola Sem Partido, grupo criado em 2004 para cobrar mecanismos que vigiem e punam supostos excessos de professores. Nos últimos anos, têm tramitado no Congresso e nos Legislativos locais projetos de lei inspirados nessa ideia — parte foi aprovada.<sup>109</sup> (trecho da notícia)

O discurso da ministra tem um apelo legalista e aponta no sentido de que o canal serviria para auxiliar no “cumprimento da lei” que, segundo ela, determina que o professor “não pode ensinar nada que atente contra a moral, a religião e a ética da família”. Novamente é o tema do currículo em disputa. Ela diz ainda que a ideia é estabelecer uma “parceria de escola e família”, citando essa última como instância consultiva das práticas pedagógicas dos professores.

---

<sup>107</sup> Disponível em <https://exame.com/brasil/damares-cria-canal-para-denunciar-professores-que-vaio-contra-a-familia/>. Consultado em 20 de outubro de 2021.

<sup>108</sup> Ibid.

<sup>109</sup> Ibid.

Para os redatores da notícia, por sua vez, há uma íntima ligação entre o ESP e o bolsonarismo através do combate à chamada *ideologia de gênero*, bem como uma polêmica em torno de tal tema (já analisada no capítulo 3). Isso se verifica ao afirmar que o termo “vem sendo usado por grupos conservadores, mas não é adotado em universidades e escolas”. Em seu discurso, também são utilizados verbos como “vigiar” e “punir” que retoma na fala de Damares o que foi dito pelos professores nos excertos 106 e 107 sobre as práticas do ESP.

O tema da vigilância sobre as práticas docentes figura, também no discurso de Damares, como uma forma de defender, dentro da lei, o direito dos alunos de não serem doutrinados segundo o que chama de *ideologia de gênero*.

Vale dizer, contudo, que o canal de denúncia criado por Campagnolo foi desativado rapidamente por intervenção do judiciário (a deputada, inclusive, ainda responde a processo sobre o caso na justiça de Santa Catarina) e o anunciado por Damares sequer chegou de fato a operar.

A **figura 25** destaca a imagem do então ministro da Educação Abraham Weintraub e um enunciado em que afirma que “filmar professores em aula é direito dos alunos”. Ao fazer tal afirmação, o ministro se alinha aos discursos manifestos nas **figuras 22, 23 e 24**. Seu discurso veio em defesa do presidente depois da polêmica pelo chefe de Estado ter compartilhado em suas redes sociais um vídeo publicado por uma aluna que mostrava uma professora fazendo críticas ao programa Escola sem Partido e a Olavo de Carvalho (um dos principais mentores do bolsonarismo). No corpo da notícia, há alguns enunciados atribuídos a Weintraub, como o que diz “Não incentivo ninguém a filmar uma conversa na rua, mas elas [as pessoas] têm direito de filmar. Isso é liberdade individual de cada um”, cujo discurso defende o que seria o “direito de filmar” e a “liberdade individual” de quem filma, mas que ignora o direito e a liberdade individual de qualquer cidadão de não ser filmado, muito embora ele afirme, em outro trecho, que o objetivo não seja de “criar um clima de caça às bruxas” e que “o direito de todos será preservado”. Mais uma vez o tema da vigilância é tratado de forma legalista e tal prática é legitimada como um direito. Na verdade, o discurso de Weintraub associa a vigilância a um outro sentido ainda mais contundente (e diametralmente oposto ao atribuído à mesma prática pelos professores cujo discurso analisamos): o de “liberdade”. Eis aí outro tema em disputa dentro dessa polêmica.

Após essas análises, cabe descrever, em linhas gerais, os sentidos construídos pelos diferentes tratamentos dados ao tema da “vigilância” sobre as escolhas curriculares e as práticas pedagógicas dos professores por cada uma das FDs em disputa dentro da polêmica do ESP.

No discurso dos professores (excertos 103 a 108), interpelados pela FDprog, /vigiar/ é /censurar/, é /violar direitos/, é /prática de regimes ditatoriais/. Já no discurso do ESP e de seus apoiadores (Figuras 22 a 26 e excertos 109 e 110), interpelados pela FDre, /vigiar/ é /exercer um direito/, é /uma forma de defesa/, é /liberdade/.

### **Punir: violência e resistência**

Se não é mais ao corpo que se dirige a punição, em suas formas mais duras, sobre o que, então, se exerce? A resposta dos teóricos — daqueles que abriram, por volta de 1780, o período que ainda não se encerrou — é simples, quase evidente. Dir-se-ia inscrita na própria indagação. Pois não é mais o corpo, é a alma. À expiação que tripudia sobre o corpo deve suceder um castigo que atue, profundamente, sobre o coração, o intelecto, a vontade, as disposições. Mably formulou o princípio decisivo: Que o castigo, se assim posso exprimir, fira mais a alma do que o corpo. (Foucault, Vigiar e Punir, pg. 20)

É bem possível que o leitor, ao se deparar com os títulos deste tópico e do anterior (não necessariamente nessa mesma ordem), tenha se lembrado da conhecida obra “Vigiar e punir”, de Michel Foucault. E não é para menos. Além da evidente coincidência lexical, em alguma medida ela, de fato, “paira” sobre esse capítulo, ainda que não seja como uma referência teórica direta, uma vez que as relações de poder nela descritas não coincidem com aquelas que aqui são analisadas, mesmo quando ele trata do aparelho “escola”, já que ali a vigilância e a punição incidem sobre os educandos e aqui oprimem os educadores. Antes, ela funciona para o presente trabalho como uma espécie de referência filosófica e estética.

Em sua obra, como mostra a epígrafe acima, Foucault estabelece uma oposição entre “corpo” e “alma” como alvos da punição de um sistema penal (o que, de modo análogo, também pode descrever um sistema escolar) numa sucessão entre os castigos físicos (torturas,

mutilações e mesmo a morte) e psicológicos (privação do direito de ir e vir, da liberdade, da identidade individual) em diferentes períodos históricos. Ou seja, a partir de um determinado momento, as punições fisicamente violentas sobre o corpo foram gradativamente sendo substituídas por outras que seriam “mais humanitárias” (ideia que, aliás, ele problematiza) centradas na prática do encarceramento. Já no caso da polêmica do ESP, há também uma sucessão entre diferentes formas de punição que será meu foco aqui.

Retomando os discursos dos professores (excertos 103 a 108), podemos verificar que eles apontam severas punições como consequências diretas de “infrações” suas às interdições impostas pelo discurso do ESP – e detectadas pelo sistema de vigilância já discutido no item anterior desse trabalho. Isso se evidencia em enunciados como “Eu recebi mensagens de pessoas malucas me ameaçando” e em “tanta ameaça dizendo que eu era a pior espécie de professor” (excerto 105); ou em “Eu fui muito ameaçada na página do advogado” e “Nas redes sociais, sofremos muito ataque” (106) e também em “Li comentários machistas, sofri muitos ataques por ser mulher” (108). Segundo os professores, os apoiadores desse discurso autoritário chegavam a falar de sua aniquilação, como fica evidente em “Me ameaçaram de morte” (excerto 103), ou em “eu merecia morrer” e “graças a iniciativas como o Escola Sem Partido eu seria exterminada” (105) bem como em “Todo dia alguém escrevia que eu deveria morrer por ter dado aula de um determinado teórico” (108). É evidente que tal violência aproxima o discurso do ESP e de seus seguidores do discurso fascista<sup>110</sup>.

Trata-se de punições que prescindem de um processo legal. É aqui que estabeleço um paralelo com o processo histórico descrito e analisado em “Vigiar e Punir”. Na polêmica do ESP, a punição não migra do corpo para o espírito do ‘infrator’, mas de uma ação legal contra os professores (que dificilmente será vitoriosa visto que o movimento foi derrotado nos campos do legislativo e do judiciário) para punições como o assédio, a perseguição, as ameaças e a execração pública minando “o coração, o intelecto, a vontade, as disposições” dos professores.

Trata-se de um verdadeiro linchamento moral que destrói “a reputação do docente frente à comunidade” (104), o que pode levar ao desestímulo, ao medo e até mesmo a prejudicar sua

---

<sup>110</sup> Foi por constatações como essa que cheguei a considerar a hipótese de ir mais além e nomear a formação discursiva que domina o discurso do ESP de FD fascista (ou FDFas), mas recuei diante da percepção de que para sustentar tal passo eu seria obrigado a retornar uma vez mais ao meu arquivo (e extrapolá-lo, muito provavelmente) a fim de realizar nova seleção, novas análises e até uma possível nova organização do trabalho como um todo. Talvez ainda o faça em um outro momento em que os prazos não estejam batendo à porta.

saúde psíquica. É o que mostram enunciados como “Minha família e amigos sentiram medo por mim”, “Entre em um quadro depressivo, precisei de remédios” e “Que luta é essa que adoce o professor?” (excerto 103) ou “Caí num quadro depressivo. Fiquei sem dormir” (104) ou ainda em “A pressão foi muito forte, tentar lidar com tudo que estava acontecendo me afetou psicologicamente” (108).

O que ocorre, portanto, é que o discurso dos professores partilha mais um tema com o discurso do ESP: a ideia de que haja vítimas sendo massacradas por algozes impiedosos na disputa ideológica nas escolas. Contudo, há no discurso desses profissionais citados um tratamento bastante diverso dado a tal tema. Para eles, os adeptos do movimento, seus seguidores mais entusiasmados e mesmo os alunos que aderiram às determinações de vigiá-los, denunciá-los e puni-los são seus censores, seus perseguidores, seus algozes implacáveis, o que ocorre de maneira inversa no discurso do ESP que aponta os professores nesse papel descrevendo-os como ardilosos doutrinadores de alunos inocentes numa espécie de plano para a destruição dos valores da FDre. Exemplos dessa forma de tratamento da oposição “algozes X vítimas” dada pelo discurso do ESP são abundantes, inclusive, no capítulo dedicado à análise das publicações no site do movimento, como os excertos 13, 14, 47, 53 e na **figura 9** por exemplo.

Foi por conta de casos como os citados pelos professores acima que instituições de representação docente começaram a se movimentar no sentido de oferecerem apoio e viabilizarem a proteção e defesa dos professores que se sentissem ameaçados pelo ESP, como pode ser visto nas imagens abaixo:

## EDUCAÇÃO

SEM MORDAÇA

## Entidades lançam manual de defesa de professores e frente contra 'lei da mordaza'

Reação a projeto 'Escola sem Partido', que pode ser votado nesta semana por Comissão Especial da Câmara, une educadores, ativistas e movimentos sociais

Por Redação RBA

Publicado 27/11/2018 - 11h45



Alex Ferreira/Ag. Câmara/Reprodução

No dia 6 de dezembro, entidades sindicais divulgarão manifesto pela liberdade de cátedra e contra a PL 7180/2014

São Paulo - Mais de 60 entidades e organizações que atuam na área da educação lançaram, nesta terça-feira (27), o Manual de Defesa Contra a Censura nas Escolas. A iniciativa oferece estratégias pedagógicas e jurídicas para professores e instituições em casos de perseguições, intimidações e ataques originados em projetos ligados ao "Escola Sem Partido".

Figura 27: Imagem recortada de matéria publica em novembro de 2018 no site da Rede Brasil Atual.<sup>111</sup>

## Escola Sem Partido: conheça iniciativas de proteção para professores

No estado de São Paulo, o Instituto Vladimir Herzog e a Fepesp se unem para receber denúncias e dar suporte a professores que se sintam ameaçados em sua liberdade de cátedra

por:  
Luís Simões  
14 de Novembro | 2018

▶ Ouvir 0:00 / 0:00



▪ Foto: Getty Images

Figura 28: Imagem recortada de matéria publica em novembro de 2018 no site da revista Nova Escola.<sup>112</sup>

<sup>111</sup> Disponível em <https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2018/11/entidades-manual-defesa-professores-e-frente-contra-escola-sem-partido/>. Consultado em 20 de outubro de 2021.

A **figura 27** mostra uma foto de manifestantes presentes em uma reunião da comissão que analisava, em 2018, o projeto de lei nos moldes do ESP na Câmara dos deputados. Eles seguram cartazes com dizeres como “Lei da mordação não”, ou “Não vamos nos calar”, ou “Escola com mordação é ditadura militar”, ou ainda “Contra o Escola sem Partido”<sup>113</sup>. Tal foto ilustra uma notícia cujo título é “Entidades lançam manual de defesa de professores e frente contra ‘lei da mordação’”.

Novamente o simulacro “lei da mordação” é recuperado em uma manifestação de repúdio ao programa Escola sem Partido havendo, inclusive, citação direta da ditadura militar iniciada em 1964 no Brasil. Há ainda referências à resistência dos professores e organizações coletivas que os representam como em “Não vamos nos calar” e mesmo no subtítulo da notícia no qual encontramos o termo “reação” e a citação de “educadores, ativistas e movimentos sociais”. Do título da notícia emerge o discurso de organização e coletividade, como na citação de um “manual de defesa do professor” e de uma “frente contra a ‘lei da mordação’”.

A **figura 28** mostra a imagem de um homem com a boca tapada com um pedaço de fita (mais uma referência à “lei da mordação” e à ideia de censura em geral) ilustrando uma publicação com a manchete “Escola sem partido: conheça as iniciativas de proteção para professores”. Trata-se de uma matéria que aborda a iniciativa da Federação de Professores do Estado de São Paulo (Fepesp) e do Instituto Vladimir Herzog de criar um canal de atendimento para professores que “se sintam ameaçados em sua liberdade de cátedra”.

O Instituto Vladimir Herzog, em consonância com a história de seu patrono<sup>114</sup>, é uma entidade civil criada “para celebrar a vida e o legado de Herzog, jornalista assassinado pela ditadura militar que dominou o Brasil entre 1964 e 1985” e atua “pela defesa da Democracia, dos Direitos Humanos e da Liberdade de Expressão” assim como nas “temáticas de gênero, raça e meio ambiente”<sup>115</sup>.

---

<sup>112</sup> Disponível em <https://novaescola.org.br/conteudo/13290/escola-sem-partido-conheca-iniciativas-de-protecao-para-professores>. Consultado em 20 de outubro de 2021.

<sup>113</sup> Há entre eles um cartaz no qual está escrito “Escolas: Ensinem + e Doutrinem –”, que destoa dos demais uma vez que remete a pautas defendidas pelo ESP levando a crer que se trate de um “infiltrado”, o que reforça o caráter polêmico de tal tema.

<sup>114</sup> O jornalista, professor e dramaturgo naturalizado brasileiro Vladimir Herzog nasceu em 1937, na Iugoslávia, e migrou para nosso país com sua família (de origem hebraica) durante a II Guerra Mundial para fugir da perseguição do nazismo. Membro do Partido Comunista e ativista da luta pela democracia no Brasil durante a ditadura militar, foi torturado e morto pelo regime em 1975, quando era diretor de jornalismo da TV Cultura.

<sup>115</sup> Informações disponíveis no site do instituto: <https://vladimirherzog.org/>. Consultado em 7 de novembro de 2021.

Do corpo do texto da notícia (**figura 28**), selecionei alguns enunciados atribuídos pela redatora a representantes dessas duas instituições.

112. O professor que se sentir atingido explícita ou implicitamente deve se dirigir à federação. [...] Nós estaremos disponíveis para dar toda cobertura possível e atender denúncias.<sup>116</sup> (Celso Napolitano, presidente da Fepesp)
113. É obrigação da instituição se posicionar diante das grandes ameaças que a Educação e democracia brasileira sofrem. [...] Os professores não podem se intimidar, se autocensurar. [...] Estaremos construindo uma grande rede na defesa de que eles possam expressar livremente para exercer uma boa Educação, que é a essência da democracia e dos direitos humanos.<sup>117</sup> (Rogério Sottili, diretor executivo do Instituto Vladimir Herzog)

No canal aberto por essas duas instituições (que disponibilizam acesso rápido via telefone ou e-mail<sup>118</sup>) as vítimas e denunciantes são os professores perseguidos pelo ESP. Há aqui também uma inversão dos papéis presentes no discurso da **figura 22**. É o que mostra o excerto 112 no trecho que diz que “O professor que se sentir atingido explícita ou implicitamente deve se dirigir à federação”. Nele, a Fepesp ainda se compromete a dar “toda a cobertura possível e atender as denúncias”. Discurso semelhante é o do representante do Instituto Vladimir Herzog (113) nos trechos “estaremos construindo uma grande rede na defesa”. Rogério Sottili ressalta ainda que seja papel da instituição “se posicionar diante das grandes ameaças que a Educação e a democracia brasileira sofrem”, que os professores “não podem se intimidar, se autocensurar” e que a “democracia” e os “direitos humanos” são a essência de uma “boa educação”. O discurso dessas instituições, portanto, se contrapõe, por exemplo, ao de Bolsonaro (**figura 23**) a respeito do que seja ser “bom professor” e ao do ESP em geral cujas práticas são consideradas antidemocráticas e violadoras da liberdade de cátedra, o que nos leva ao próximo tópico.

---

<sup>116</sup> Disponível em <https://novaescola.org.br/conteudo/13290/escola-sem-partido-conheca-iniciativas-de-protecao-para-professores>. Consultado em 13 de setembro de 2021.

<sup>117</sup> Ibid.

<sup>118</sup> Tais características aproximam essa imagem da **Figura 10**, analisada no segundo capítulo.

### “Bom professor”, “educação de qualidade”: outros temas em disputa

A exemplo do que foi demonstrado nas análises anteriores a respeito do tratamento dado a temas comuns para a FDprog e para a FDre tais como o de “vigiar” e o da oposição “vítima X algoz”, os conceitos do que é ser “bom professor” e do que seria uma “escola de qualidade” estão em disputa nessa polêmica.

Vejamos então os seguintes excertos:

114. Toda vez que tem uma greve, eu converso com os meus alunos e explico os motivos das greves e o desrespeito que os governantes têm com a educação e os educadores. Acho que eles têm o direito de saber os motivos das greves que os afetam diretamente. E parece que agora isso é tido como doutrinação. [...] Continuo achando que, se eu for participar de uma greve, meus alunos têm o direito de saber os motivos, mesmo porque ensino futuros professores. Eu já poderia estar me aposentando pelos meus anos de trabalho, mas continuo na escola pública porque acredito que ela deve mudar, que a gente vai conseguir melhorar a educação, quero dar uma educação de qualidade aos meus alunos.<sup>119</sup> (Janeth de Souza e Silva, professora do Instituto de Educação Rangel Pestana, em Nova Iguaçu - RJ)
115. A aula tem que ser atrativa e significativa. Enquanto fizer sentido, vou manter minha maneira de lecionar<sup>120</sup>. (Gabriela Viola, professora de Colégio Estadual em Curitiba -PR)
116. O aluno passou a conhecer melhor o outro e a si mesmo. Faria de novo, só que maior e melhor.<sup>121</sup> (Fernando César Gouveia, professor de História na rede pública de Londrina - PR)
117. Não era uma questão política, mas de liberdade de expressão e de cátedra. [...] Sou professora de alma. Continuo falando de tudo.<sup>122</sup> (Valéria Borges, professora de História na rede pública de Niterói - RJ)

<sup>119</sup> Disponível em <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/escola-sem-partido-quatro-professoras-perseguidas-por-palavras-e-atividades-dao-seu-depoimento/>. Consultado em 20 de outubro de 2021.

<sup>120</sup> Disponível em <https://novaescola.org.br/conteudo/11638/depois-do-esculacho-do-escola-sem-partido-como-fica-a-vida>. Consultado em 20 de outubro de 2021.

<sup>121</sup> Disponível em <https://novaescola.org.br/conteudo/11638/depois-do-esculacho-do-escola-sem-partido-como-fica-a-vida>. Consultado em 20 de outubro de 2021.

<sup>122</sup> Ibid.

Do conjunto de discursos acima (excertos 114 a 117), emergem práticas docentes e valores defendidos pelos professores citados neste capítulo como sendo emblemáticos da qualidade do trabalho que realizam e de seu comprometimento com o desenvolvimento dos alunos.

A professora Janete de Souza e Silva (114), por exemplo, menciona o hábito de discutir com suas turmas os motivos que levam professores a fazerem greves, bem como o fato de governantes não respeitarem a educação nem os educadores. No discurso da profissional, informar os alunos sobre como o Estado lida com questões trabalhistas e de relações de poder entre os professores e seus empregadores é uma atitude de uma boa professora, é lutar para que seus alunos tenham uma educação de qualidade.

Na lista dos “Deveres do professor” (**figura 5**), elaborada pelo ESP como peça central do anteprojeto que defende, há um item (o terceiro) que interdita exatamente essa prática. Em seu discurso, Janete demonstra saber que há tal interdição quando diz “E parece que agora isso é tido como doutrinação”. Contudo, seu discurso sugere que em tal interdição haja certa imprecisão (“parece”, “é tido”) e que seja recente (“agora”). Seu discurso, portanto, aponta para um certo descrédito de tal informação, bem como para a ideia de que a ação do ESP seja reacionária ao ensino progressista que ela acredita praticar.

Para Foucault (2009), "onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder". Portanto, o poder de vigiar e punir que o discurso do ESP exerceu sobre a professora resultou em uma resistência que, caso este poder não existisse, tampouco ela existiria. É o que se verifica no trecho em que Souza e Silva afirma ainda acreditar que seus alunos tenham o direito de saber os motivos dela participar de uma greve. Mesmo tendo sofrido a perseguição do ESP por adotar tal prática em sala de aula, ela não abre mão de fazê-lo, ainda mais por ensinar “futuros professores”. Essa resistência assume um tom heroico mais adiante em seu discurso quando a docente fala de doação, de sacrifício pessoal além do que seria o justo, o esperado (“Eu já poderia estar me aposentando pelos meus anos de trabalho”) para contribuir, em conjunto com seus colegas, com a melhora da qualidade da educação em benefício dos alunos.

Para Gabriela Viola (115), protagonista de um dos mais famosos entre os casos de perseguição aqui citados, “A aula tem que ser atrativa e significativa”. E foi por conta de uma

sequência didática que buscava justamente isso, uma conexão direta com seus alunos através de um gênero musical que faz parte do cotidiano deles, que Viola foi perseguida pelo ESP. Ela divulgou em uma rede social uma paródia da música funk “Baile de favela”, de MC João, com letra feita por seus alunos a partir do que aprenderam sobre Karl Marx na aula de Sociologia. A professora relata que até a escolha do ritmo da música que serviria de referência para a paródia foi criticada por seus perseguidores, ressaltando o preconceito para com um gênero musical oriundo das periferias.

Segundo ela, tal escolha foi da turma e houve grande e imediata adesão dos alunos à ideia. Também imediata foi a reação dos adeptos e apoiadores do ESP que ameaçaram e ofenderam a professora tão logo a paródia viralizou nas redes (excerto 108). Ela chegou a ser afastada, por uma semana, de suas aulas. Seus alunos e outros membros da comunidade escolar chegaram a organizar um protesto em sua defesa, mas, segundo a reportagem da Nova Escola, ela só foi reintegrada às suas funções depois que um técnico do Núcleo Regional de Educação “validou a estratégia didática utilizada por ela”, procedimento que remete à memória do trabalho dos censores durante o período da ditadura.

Mesmo após passar por todos esses transtornos, ela declarou que vai seguir lecionando dessa maneira, demonstrando assim também resistir. Discursos parecidos ocorrem nos excertos 116 e 117.

Fernando César Gouveia, professor de História, virou alvo do ESP ao incluir em um evento que tratava sobre tolerância e diversidade (realizado em sua escola de Ensino Médio, em Londrina-PR) a fala de uma ativista trans e uma performance de uma *drag queen*. Um vídeo feito por alguém da plateia chegou a um vereador do PRB que o publicou em suas redes sociais afirmando que a *drag queen* protagonizava “danças com teor sexual para menores de idade”. O professor afirma, em seu depoimento, que o resultado do evento como um todo, incluindo a performance e a fala da ativista, foi capaz de fazer o aluno “conhecer melhor o outro e a si mesmo” (116). No discurso do docente, portanto, é importante que os alunos tenham acesso a informações sobre gênero e sexualidade diferentes daquelas aceitas pelo padrão heteronormativo e cisgênero, o que contraria frontalmente os valores do ESP de preservação da inocência dos alunos<sup>123</sup>. Mesmo sofrendo um processo por isso (do qual, aliás, foi absolvido) e

---

<sup>123</sup> Ver análise da **figura 9** no capítulo 2.

relatando ter sofrido danos morais e financeiros, Gouveia adota discurso parecido com o de Viola ao afirmar que “faria de novo, só que maior e melhor”.

Valéria Borges, professora de História, por sua vez, reforça em seu discurso os valores da “liberdade de expressão e de cátedra” (117), garantidas pelo Artigo 206 da Constituição Federal, mas combatidas pelo discurso do ESP por ser considerada abusiva, quando se trata de temas e/ou práticas por ele interditas. A discussão da pauta de gênero (ou *ideologia de gênero*, nos discursos dominados pela FDre) é, como já vimos, uma das principais interdições do movimento. Ela também tem discurso parecido com o de Viola ao acrescentar algo que vai além do mero profissionalismo em sua carreira ao dizer que é “professora de alma”, bem como assume o mesmo discurso de resistência dos demais colegas citados acima ao dizer que, mesmo após ser perseguida pelo ESP, continua “falando de tudo”.

O discurso dos excertos 114 a 117 revela que os professores perseguidos pelo ESP reivindicam para si valores e práticas que incluem a defesa de uma pedagogia que privilegia o direito dos alunos de terem acesso à informação, de terem um aprendizado significativo, crítico, com debates de questões políticas e sociais, com pluralidade de ideias, assim como enfatiza a luta que os professores travam por um ensino de qualidade. E isso, para a FDprog, é ser um bom professor. É isso que um ensino de qualidade deve proporcionar aos alunos. Há também neles enunciados que explicitam diretamente o caráter de resistência dos docentes mesmo sofrendo consequências pesadas e traumáticas quando transgridem as interdições do ESP e são perseguidos por ele e por seus seguidores.

Em termos gerais, é possível afirmar que, para os discursos dominados pela FDprog faz parte do conceito de ser bom professor (entre outros elementos) abordar com os alunos quaisquer questões que se mostrarem relevantes e sensíveis no tecido social e que propiciem uma melhor compreensão do aluno sobre si mesmo e sobre a realidade (política, familiar, estética, trabalhista etc.) que o rodeia. Já para os discursos dominados pela FDre, ser bom professor é, entre outras coisas, não impor sua ideologia (lembrando que, no sistema de valores de tal FD, somente são ideológicos os pensamentos do campo progressista), não divulgar a *ideologia de gênero* (preservando assim a inocência dos alunos e não questionando os valores heteronormativos e cisgênero) e nem levar os alunos a refletirem sobre temas que fujam ao modelo conservador/reacionário de sociedade que as instituições que com eles se afinam defendem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se considerarmos que os principais propósitos do presente estudo foram o de entender, ao menos em seus aspectos mais importantes, o funcionamento do discurso do Escola sem Partido, suas interdições, a polêmica que se formou no espaço público em torno dele e a maneira pela qual tal polêmica afeta a atividade docente nas escolas, é possível afirmar que, mesmo não os cumprindo em sua plenitude, ao menos demos alguns passos relevantes nessa direção.

Foi possível, por exemplo, verificar que o ESP vem modificando sensivelmente sua forma de atuação. Inicialmente, seu empenho foi pela aprovação de leis (nas três esferas do poder) que limitassem o que chamam de “abuso da liberdade de ensinar” de “professores doutrinadores”. Tal modelo de lei passou a ser frequentemente retomado (em forma de simulacro) por adeptos do discurso rival como “lei da mordaca”, que remete a um instrumento legal de censura criado durante os anos da ditadura militar pós 1964.

Com as seguidas e significativas derrotas que sofreu no legislativo e no judiciário, porém, o movimento passou a concentrar forças em outros modos de exercer pressão sobre os profissionais da educação estimulando, por exemplo, que os alunos fizessem gravações das aulas em vídeos não autorizados pelos professores e criando canais para que os “militantes disfarçados de professores” fossem denunciados gerando um clima de insegurança e de vigilância constante sobre aquilo que pode ou não ser abordado ou praticado no exercício da docência chegando ao ponto de identificarmos nos discursos de professores denúncias de que eles estariam sendo assediados, difamados ou mesmo ameaçados pelo ESP e/ou seus seguidores.

A análise das publicações do ESP e de seus apoiadores apontou, contudo, que não são quaisquer professores que se tornam seus alvos. O discurso do movimento está em franca aliança com formações discursivas reacionárias (FDre) que dominam instituições como igrejas, partidos políticos e movimentos sociais de direita e extrema direita, (a ala mais conservadora da igreja católica, as lideranças de algumas denominações neopentecostais, o PSL e o MBL, por exemplo). Indo nessa mesma direção, eu poderia, inclusive, ter arriscado em minhas análises explorar possíveis paráfrases da expressão “Escola sem Partido” que ajudassem a explicitar um

pouco melhor os valores e a atuação do movimento, tais como “Escola sem alguns partidos”, ou “Escola de um partido só”<sup>124</sup>, ou ainda “Escola sem partidos de esquerda” ou até “Escola sem esquerda”. Ideias para um artigo futuro? Pode ser. O importante é que as análises de fato feitas comprovam que o ESP tem partido e seus alvos são os professores que têm seu discurso dominado por uma formação discursiva progressista (FDprog.).

Consequentemente, as interdições impostas pelo movimento se restringem a certos temas e práticas consoantes com discursos dominados pela FDprog, tais como o combate às desigualdades sociais, a proteção do meio-ambiente e mesmo o combate às políticas de Jair Bolsonaro, que compartilha das principais bandeiras do discurso do ESP, bem como foi explicitamente apoiado pelo movimento na campanha de 2018, o que, segundo muitos analistas políticos, lhe rendeu muitos votos.

A análise da interação polêmica desses dois discursos rivais, dominados pela FDprog e pela FDre, mostrou que estão em disputa, entre outros, os sentidos de alguns dos principais pilares da democracia, como “legalidade”, “direito” e “liberdade”. Outra disputa fundamental nessa polêmica é sobre o que cabe ou não à escola ensinar para os alunos que, de forma muito recorrente no discurso do ESP, são retomados como “crianças inocentes”, seres facilmente influenciáveis que o “professor militante” pode moldar à sua imagem e semelhança.

Um claro exemplo dessa disputa especificamente é o que se configura na defesa feita por professores e instituições progressistas do direito do aluno ter acesso na escola a conhecimento sobre educação sexual, diversidade de gênero, tolerância e até mesmo sobre prevenção e combate à violências das mais diversas que podem ocorrer em ambientes em que esses alunos deveriam estar seguros e protegidos, como na convivência com seus parentes, vizinhos, líderes religiosos ou até mesmo professores.

Tal direito é interditado pelo ESP, como ficou demonstrado no capítulo sobre a expressão *ideologia de gênero*, que tem todas as características de fórmula discursiva descritas por Krieg-Planque e circula já há vários anos como uma das principais bandeiras do ESP impulsionando-o e sendo por ele impulsionada no espaço público de maneira que os locutores em geral não fiquem alheios a ela e nem aos efeitos da utilização da palavra “gênero” com sentido opaco que trata de maneira indiferenciada gênero biológico, identidade de gênero, expressão de gênero e

---

<sup>124</sup> Essa paráfrase, especificamente, figura em um dos itens do corpus analisado no último capítulo desse estudo.

orientação sexual sustentando uma chantagem moral para aterrorizar indivíduos do espectro mais conservador e/ou reacionário da sociedade com a ideia de que suas crianças seriam influenciadas a se tornarem homossexuais, bissexuais, transsexuais ou qualquer outra coisa que não se enquadre no modelo cisgênero e heteronormativo.

O presente estudo pôde constatar ainda que professores têm sentido muito vivamente no seu cotidiano escolar (não sem resistência, é preciso ressaltar) os efeitos do discurso do ESP e de toda a polêmica que suscita. Muitos passaram (e passam) por processos na justiça, constrangimentos, execração pública e até por problemas financeiros e/ou psicológicos em decorrência da perseguição que sofrem. Ainda assim, seguem no firme propósito de continuarem atuando em defesa dos mesmos valores progressistas (talvez só se preparando melhor para fazê-lo).

Como professor que sou, confesso que em muitos momentos da pesquisa experimentei sensações bastante desagradáveis ao lidar com certos itens do *corpus*. E foi nessas horas que precisei, mais do que nunca, recorrer à segurança do método e ao distanciamento que o rigor exige do analista para poder não cair na tentação de produzir um texto panfletário que poderia desqualificar todo o trabalho aqui executado. Por outro lado, a certeza de estar lidando com um dos mais importantes temas do campo da educação dos dias de hoje (não só desse campo, aliás) tornou o trabalho mais palatável e estimulante.

Outro ponto importante a ser retomado nas linhas finais dessa dissertação é o caráter híbrido de sua escrita que flutua entre o rigoroso estilo acadêmico e o tom memorial. Ao revisar sua versão final para publicação pós-defesa, confesso que experimentei algumas fortes sensações (também compartilhadas e explicitadas, em alguma medida, pelos membros da banca).

Ocorre que, depois de todas as idas e vindas de escrita e reescrita, percebo que o tom memorial foi perdendo, pouco a pouco, espaço para o estilo acadêmico à medida que o texto avançava. Sinais de que fui “pegando o jeito” acadêmico de escrever? De que fui ganhando mais confiança, mais “tônus” como pesquisador em AD e de que o tom memorialista – espécie de cenografia que adotei para, quem sabe, disfarçar minha formação acadêmica ainda um tanto deficitária no início da pesquisa – foi ficando pouco a pouco menos necessário? Pode ser. Mas pode ser também algo muito diverso. Talvez o tom memorialista tenha tido uma finalidade que

foi muito além de um mero acessório, artifício ou ilusão e tenha figurado aqui como responsável pelas melhores contribuições que tal trabalho possa vir a dar aos seus leitores, sobretudo a acadêmicos iniciantes como eu, por deixar tantas marcas explícitas do caminho um tanto irregular que trilhou, desmistificando um pouco o (falso?) efeito causado na leitura da imensa maioria dos textos acadêmicos – já higienizados dos problemas enfrentados e superados antes da escrita final que vai a público – de que o caminho trilhado pelo pesquisador se assemelhe a uma linha reta que resulte no texto final. Se a segunda hipótese estiver correta, poderemos considerar natural que, ao se aproximar de seu fim, a pesquisa e o pesquisador já haviam encontrado seu rumo, não restando mais muito o que relatar. Seja qual for o motivo, a constatação da mudança de forma é válida.

Antes de encerrar essas considerações, creio ser imperativo retomar Amossy em sua “Apologia da polêmica”, que foi a primeira leitura que me inquietou a ponto de começar a dar direção, corpo e método ao ciclo de minha formação que está se fechando nesse momento. É bem verdade que ela foi perdendo espaço ao longo do texto para outros autores (em especial Maingueneau), mas mesmo assim sinto a necessidade de fazer uma última citação sua – que, aliás, é justamente o último trecho da obra mencionada.

O mergulho nos discursos que compõem uma polêmica particular tal qual ela aparece concretamente *in loco* revela-se edificante. Para além das teorias que tendem a conceituar um fenômeno social de um ponto de vista puramente abstrato, a análise mostra a complexidade dos debates públicos. Debruçar-se sobre a materialidade da linguagem, sobre a circulação dos enunciados, sobre a construção dos argumentos em determinado contexto permite compreender melhor as múltiplas polêmicas que invadem nosso universo e esclarecer sua lógica subjacente. Ao mesmo tempo, essa atitude permite renovar radicalmente nossa concepção sobre a polêmica pública. No que se refere à questão de saber se, como debate marcado pela exacerbação dos conflitos, a polêmica é suscetível de participar da construção de um espaço público e da deliberação cidadã, a análise do corpus permite responder afirmativamente. E isso a despeito dos numerosos preconceitos que continuam a circular sobre esse assunto. (AMOSSY 2017, p. 197)

De fato, o mergulho nos dados empíricos da circulação no espaço público do discurso do Escola sem Partido e a melhor compreensão da violenta polêmica que ele suscita no tecido social (em especial nos espaços compartilhados pelos atores que compõem a comunidade escolar) tornaram as teorias de Amossy, sobretudo a da função da polêmica nos espaços públicos, não produtivas no caso que eu estudava. Contudo, ainda assim, sinto que ela

provocou em mim a reconfortante percepção de que estudar tal polêmica só aumentou em meu espírito a convicção de que experienciar *in loco* a polêmica em torno do discurso do ESP leva os profissionais da educação a terem que constantemente, ampliar seus argumentos (e o tom de suas vozes), cerrar seus punhos e dedicarem-se à luta de uma forma intensa e, por vezes, até violenta, não para convencer seus opositores com discurso interpelado pela FDre (quando não pela FDFas), nem para buscar um ponto de consenso entre posicionamentos tão antagônicos e absolutamente irreconciliáveis, mas justamente para marcar posição na defesa de uma escola plural, acolhedora e crítica, contribuindo assim para a construção da democracia.

## BIBLIOGRAFIA

AMOSSY, R. **A Apologia da Polêmica**. São Paulo: Contexto, 2017.

\_\_\_\_\_ **Les Idées Reçues. Sémiologie du Stéréotype**. Paris: Nathan, 1991.

\_\_\_\_\_ La force des évidences partagées, éla 107, **Revue de didactologie des langues-cultures**, Stéréotypes et alentours, numéro coordonné par Mariagrazia Margarito, pp. 265-277, 1997.

BANDEIRA, M. **Estrela da vida inteira: poesias reunidas**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.

BARONAS, R. L. e MANENTI, R.P. Da formação discursiva a Semântica global: breve análise do tema corrupção em programas de governo das eleições presidenciais 2006. **Revista do GEL**. V. 6, n. 1, 61–79, (jul. 2009).

BUTLER, J. **Problemas de Gênero: Feminino e Subversão da Identidade**; tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CHARAUDEAU, P. e MAINGUENEAU, D. **Dicionário de Análise do Discurso**; coord. trad. Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004

COELHO, F. M. F. e DIAS, T. B. A defesa da família no debate do Plano Nacional de Educação (PNE): os evangélicos e a demonização do gênero. **Mandrágora**, v.26, n. 1, p. 157-178, 2020.

COURTINE, J. J. **Análise do discurso político. O discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

DELEUZE, G. **A Ilha Deserta e Outros Textos**. Edição preparada por David Lapoujade ; organização da edição brasileira e revisão técnica Luiz B. L. Orlandi. - São Paulo: Iluminuras, 2006.

FERREIRA, G. S. e COSTA, F. F. A importância da temática de gênero no Ensino Integrado dos insitutos federais de educação. **Revista Educação, Linguagem e Tecnologias**. Salvador, Editora da UNEB, v. 1, n. 2, jan./dez. de 2020.

FOUCAULT, M. (1969). **A Arqueologia do Saber**; trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

\_\_\_\_\_ **A ordem do discurso – aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. 8ª Ed. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2002.

\_\_\_\_\_  
**Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987.

GARBAGNOLI, S. “L’ideologia del Genere” : Irresistibile Ascesa di um’Invenzione Retorica Vaticana Contro la Denaturalizzazione dell’Ordine Sessuale. **AG About Gender**. Genova, v. 3, n. 6, p. 250-263, nov. 2014.

GATI, M. A. **Humor em provérbios alterados**. Dissertação de mestrado. Unicamp. Campinas, 2007.

HAROCHE, C.; PÊCHEUX, M. e HENRY, P. **A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso**. In: BARONAS, Roberto Leiser. (Org.) **Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007.

JUNQUEIRA, R. D. “**Ideologia de Gênero**”: A Gênese de uma Categoria Política Reacionária – ou : a Promoção dos Direitos Humanos se Tornou uma “Ameça à Família Natural”? In: RIBEIRO P. R. C. e MAGALHÃES, J. C. (Organizadores). **Debates Contemporâneos sobre Educação para Sexualidade**. Rio Grande: Editora da UFRG, 2017.

KRESS, G. Ideological structure in discourse. In: Van Dijk, T. A. **Handbook of discourse analysis**. Vol. IV. London; Academic Press. pp. 27- 41.

KOGAWA, J. e TEIXEIRA, M. A. P.. A polêmica de uma escola sem partido:pelo sim/pelo não à doutrinação. **Revista Olhares/UNIFESP**, v. 8 n. 1, 2020.

KRIEG-PLANQUE, A. **A noção de fórmula em Análise do Discurso: quadro teórico e metodológico**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

\_\_\_\_\_  
**Analisar discursos institucionais**. Uberlândia, : EDUFU, 2018.

PÊCHEUX, M. **O Discurso: Estrutura ou Acontecimento**. Campinas: Pontes, 2006

\_\_\_\_\_  
**Por uma Análise Automática do Discurso**; trad. Eni P. Orlandi In GADET, Françoise e HAK, Tony (org.). Campinas: Editora da Unicamp, 1990

\_\_\_\_\_  
**Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**; tradução Eni Orlandi. Campinas: EDUNICAMP, 2009.

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos Discursos**; trad. Sírio Possenti. Curitiba: Criar, 2005.

\_\_\_\_\_  
**Unidades tópicas e não-tópicas em Análise do Discurso**. In: Cenas da enunciação. São Paulo: Parábola Editorial, pp. 11-26, 2008.

\_\_\_\_\_  
**Problemas de ethos**. In: Cenas da enunciação. São Paulo: Parábola Editorial , pp. 55-73, 2008b

\_\_\_\_\_  
**Registro: as três facetas do polêmico**. In: Doze conceitos em Análise do Discurso. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

\_\_\_\_\_ **Variações sobre *Ethos***; tradução Marcos Marciolino. São Paulo: Pábola, 2020.

\_\_\_\_\_ **Discurso e Análise do Discurso**; tradução Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2015.

\_\_\_\_\_ Argumentação e cenografia. In **Língua, texto, sujeito e (inter)discurso**; org. Anna Flora Brunelli, Fernanda Mussalim e Maria da Conceição Foseca-Silva, 187-204. São Carlo: Pedro & João Editores, 2013.

MILLS, C. W. **Sobre o Artesanato Intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.  
MISKOLCI, R. e CAMPANA, M. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Sociedade e Estado**, Brasília, Departamento e Programa de PósGraduação em Sociologia, vol.32, n. 3, pp.723-745, 2017.

OLIVEIRA, H. e POSSENTI, S. **Rumor Público e Fórmula Discursiva**. Belo Horizonte: Tradição Planalto, 2021.

OLIVEIRA, H. **Escola (e linguística) é lugar de política? Uma análise discursiva da Escola Sem Partido**. São Paulo: Mercado de Letras, 2022 [no prelo].

\_\_\_\_\_ **“Educação à distância”**: uma fórmula discursiva. Dissertação de mestrado. Unicamp. Campinas, 2013.

POSSENTI, S. Observações sobre Interdiscurso. **Revista Letras**, Curitiba, Editora UFPR, n. 61, especial, p. 253- 269, 2003.

\_\_\_\_\_ **Questões para o Analista do Discurso**. São Paulo: Parábola, 2009

POSSENTI, S. e MOTTA, A. R. Direita e esquerda: volver! In: **Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. 2ª ed. revisada e ampliada. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011.

SILVA, E. G. ; DOMINGUES, A. V. P. e OLIVEIRA, B. R. “Ideologia de Gênero” e caráter acidental da fórmula. In: OLIVEIRA, H. e POSSENTI, S. **Rumor público: Polêmica e fórmula discursiva**. Belo Horizonte: Tradição Planalto, 2021

### Sites consultados

A separação entre sexo, gênero e expressão da sexualidade. **Cidadania e reflexão**. São Paulo, 2018. Disponível em <http://www.cidadaniaereflexao.com.br/noticia.php?id=226>. Acesso em 17 de outubro de 2021.

BASÍLIO, A. L. Como abordar a temática de gênero na primeira infância? **Centro de Referências em Educação Integral**. São Paulo, 28 de nov. de 2016. Disponível em

<https://educacaointegral.org.br/reportagens/como-abordar-tematica-de-genero-na-primeira-infancia/>. Acesso em 20 de junho de 2021.

BRINNING, C. B. Ideologia de gênero – não existe. **Caroline Bussarelo Brunning**. Joinville, 24 de jan. de 2018. Disponível em <https://carolinebusarellobruning.wordpress.com/2018/01/24/ideologia-de-genero-nao-existe/>. Acesso em 7 de maio de 2021.

CAMARGO, M. e COLZANI, E. A Lei da Mordação. O significado histórico e nosso combate. **Esquerda Marxista: Corrente Marxista Internacional**. São Paulo, 06 de maio de 2016. Disponível em <https://www.marxismo.org.br/a-lei-da-mordaca-o-significado-historico-e-nosso-combate/>. Acesso em 29 de março de 2021.

CASTRO, G. A. MBL fará marcha pelo Escola Sem Partido em todo o país. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 08 de ago. 2017. Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/mbl-fara-marcha-pelo-escola-sem-partido-em-todo-o-pais-4i3elisi28qrft1bzodr5yl1l/>. Acesso em 29 de mar. de 2021.

CHADE, J. Brasil veta termo “gênero” em resoluções da ONU e cria mal-estar. **UOL**. São Paulo, 27 de jun. de 2019. Notícias. Disponível em <https://jamilchade.blogosfera.uol.com.br/2019/06/27/brasil-veta-termo-genero-em-resolucoes-da-onu-e-cria-mal-estar/>. Acesso em 17 de outubro de 2021.

Dameres cria canal para denunciar professores "contra a família". **Revista Exame**. São Paulo, 20 de nov. de 2019. Disponível em <https://exame.com/brasil/dameres-cria-canal-para-denunciar-professores-que-vaio-contr-a-familia/>. Acesso em 20 de outubro de 2021.

Deputada defensora do Escola Sem Partido usa camisa de Bolsonaro em sala de aula. **SZRD**. Curitiba, 31 de out. de 2018. Disponível em <https://www.srzd.com/brasil/deputada-escola-sem-partido-camisa-bolsonaro-sala-aula/>. Acesso em 27 de julho de 2020.

DELLA NEGRA, G. Rosa Luz explica porque ideologia de gênero não existe. **Revista E-online**. São Paulo, 04 de set. de 2020. Disponível em <https://www.eonline.com/br/news/1185158/rosa-luz-explica-porque-ideologia-de-genero-nao-existe>. Acesso em 12 de fev. de 2021.

DI MAURO, I. A covardia por trás da construção de uma suposta “ideologia de gênero”. **Revista Amazonas**. Manaus, 04 de fev. 2020. Disponível em <https://www.revistaamazonas.com/2020/02/04/a-covardia-por-tras-da-construcao-de-uma-suposta-ideologia-de-genero/>. Acesso em 12 de mar. de 2021.

DIP, A. Escola Sem Partido: quatro professoras perseguidas por palavras e atividades dão seu depoimento. **Diário do Centro do Mundo**. São Paulo, 1 de out. de 2017. Disponível em <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/escola-sem-partido-quatro-professoras-perseguidas-por-palavras-e-atividades-dao-seu-depoimento/>. Acesso em 20 de outubro de 2021

DIP, A. Existe “ideologia de gênero”? **Pública Agência de Jornalismo**. Rio de Janeiro, 30 de ago. de 2016. Disponível em <https://apublica.org/2016/08/existe-ideologia-de-genero/>. Acesso em 10 de fevereiro de 2021.

Direita Cristã Conservadora Oficial. **Steh Papaiano do Direita São Paulo fala sobre o Escola Sem Partido e trás provas!** Youtube, São Paulo, 17 de out 2019. Disponível em [https://www.youtube.com/watch?v=6rRkB4akD\\_A](https://www.youtube.com/watch?v=6rRkB4akD_A) . Acesso em 2 de dezembro de 2018.

Entidades lançam manual de defesa de professores e frente contra ‘lei da mordaza’. **Rede Brasil Atual**. São Paulo, 27 de nov. de 2018. Disponível em <https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2018/11/entidades-manual-defesa-professores-e-frente-contra-escola-sem-partido/>. Acesso em 20 de outubro de 2021.

Existe “ideologia de gênero”? Entrevista da doutora em Educação, Jimena Furlani. **Núcleo Sindical Foz do Iguaçu**. Foz do Iguaçu, 2019. Disponível em <https://www.appfoz.com.br/existe-ideologia-de-genero-entrevista-da-doutora-em-educacao-jimena-furlani/> Acesso em 20 de mar. de 2021.

FONSECA, B. e LARA, E. A eleição do “kit gay”. **Revista Exame**. São Paulo, 17 de out. de 2018. Disponível em <https://exame.com/brasil/a-eleicao-do-kit-gay/>. Acesso em 12 de fevereiro de 2021.

FREITAS, B. Afinal, “ideologia de gênero” existe? **Brasil de Fato**. São Paulo, 06 de fev. de 2019. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2019/02/06/artigo-or-afinal-ideologia-de-genero-existe> Acesso em 20 de mar. de 2021.

Ideologia de gênero nos Planos de Educação: posição da CNBB. **Canção Nova**. Cachoeira Paulista, 19 de jun. de 2015. Disponível em <https://noticias.cancaonova.com/mundo/ideologia-de-genero-nos-planos-de-educacao-posicao-da-cnbb/> . Acesso em 11 de fevereiro de 2021.

Instituto Vladimir Herzog, site oficial. São Paulo, 2009. Disponível em <https://vladimirherzog.org/>. Acesso em 20 de out. de 2021.

KER, J. Com popularidade baixa, Jair apela para a “Ideologia de gênero”. **Revista Híbrida**. São Paulo, 12 de maio de 2020. Disponível em <https://revistahibrida.com.br/2020/05/12/com-popularidade-baixa-jair-apela-para-a-ideologia-de-genero/> . Acesso em 20 de abr. de 2021.

KER, J. Por unanimidade, STF declara inconstitucional proibir “ideologia de gênero” nas escolas. **Revista Híbrida**. São Paulo, 29 de abr. de 2020. Disponível em <https://revistahibrida.com.br/2020/04/26/por-unanimidade-stf-declara-inconstitucional-proibir-ideologia-de-genero-nas-escolas/>. Acesso em 12 de março de 2021.

Lançamento do documento “Por um Brasil mais justo”. **Simprominas**, Belo Horizonte, 24 de nov. de 2015. Disponível em: <http://sinprominas.org.br/noticias/lançamento-do-documento-por-um-brasil-mais-justo-e-democratico/>. Acesso em 10 de out. de 2021.

Liberdade de Gênero. **Globo Play**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em <https://globoplay.globo.com/liberdade-de-genero/t/Twy8v87x6z/detalhes/#:~:text=Liberdade%20de%20G%C3%AAnero%20conta%20a,e%20levar%20uma%20vida%20normal>. Acesso em 20 de junho de 2021.

LIMA, P. A. e RANGEL, T. L. V. O Direito à Liberdade de Gênero: reflexões em uma Sociedade Heteronormatizada. **Jornal Jurid.** São Paulo, 5 de jul. de 2017. Disponível em <https://www.jornaljurid.com.br/doutrina/constitucional/o-direito-a-liberdade-de-genero-reflexoes-em-uma-sociedade-heteronormatizada>. Acesso em 20 de junho de 2021

Luta por melhores condições de vida e trabalho. **Sindicato do Metalúrgicos de Campinas e Região.** Campinas, 20 de nov. de 2019. Disponível em <http://www.metalcampinas.org.br/2019/11/20/lutar-por-melhores-condicoes-de-vida-e-trabalho/>. Acesso em 22 de jun. de 2020.

MORAES, G. Representante dos trabalhadores diz que Escola sem Partido é "Lei da Mordaca". **Câmara do Deputados**, Brasília, 14 de fev. de 2017. Educação, Cultura e Esporte. Disponível em <https://www.camara.leg.br/noticias/507599-representante-dos-trabalhadores-diz-que-escola-sem-partido-e-lei-da-mordaca>. Acesso em 29 de mar. de 2021.

NAGIB, M. Até agora, Jair Bolsonaro é o único candidato à Presidência da República a se comprometer publicamente com a aprovação do Escola sem Partido e o combate à ideologia de gênero. São Paulo, 10 de ago. de 2018. @escolasempartid. Disponível em <https://twitter.com/escolasempartid/status/1028007495988600833>. Acesso em 27 de fev. de 2021.

NAGIB, M. Movimento Escola sem Partido. Site oficial. São Paulo, 2005. Disponível em: <https://www.escolasempartido.org/programa-escola-sem-partido/>. Acesso em 27 de junho de 2020.

NAGIB, M. Programa Escola Sem Partido. Site oficial. São Paulo, 2005. Disponível em: <https://www.programescolasempartido.org/projeto> . Acesso em 16 de junho de 2018.

NOGUEIRA, K. Ex-aluno de deputada que denuncia “professores doutrinadores” posta fotos dela com camiseta de Bolsonaro em classe. **Diário do Centro do Mundo.** São Paulo, 30 de out. de 2018. Disponível em <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/ex-aluno-de-deputada-que-denuncia-professores-doutrinadores-posta-fotos-dela-com-camiseta-de-bolsonaro-em-classe/>. Acesso em 20 de outubro de 2021.

Nota em defesa da liberdade de gênero. **Conselho Regional de Psicologia: Santa Catarina - 12ª Região.** Curitiba, 25 de ago. de 2020. Disponível em <https://crpsc.org.br/noticias/nota-em-defesa-da-liberdade-de-genero> . Acesso em 20 de junho de 2021.

Nota de repúdio à Lei da Mordaca – Escola sem Partido. **Fórum Nacional Popular de Educação.** São Paulo, 14 de nov. de 2018. Disponível em <https://fnpe.com.br/nota-de-repudio-a-lei-da-mordaca-escola-sem-partido/>. Acesso em 29 de mar. de 2021.

Para ministro da Educação, filmar professores em aula é direito dos alunos. **Revista Veja.** São Paulo, 29 de abr. de 2019. Disponível em <https://veja.abril.com.br/educacao/para-ministro-da-educacao-filmar-professores-em-aula-e-direito-dos-alunos/>. Acesso em 20 de outubro de 2021.

Pela Liberdade de Expressão. **Publishnews.** São Paulo, 31 jul. 2020. Disponível em <https://www.publishnews.com.br/materias/2020/07/31/pela-liberdade-de-expressao>. Acesso em 10 de outubro 2021.

PICOLOTTO, L. O ano é 2021 e ainda precisamos falar sobre equidade de gênero nas empresas. **Olhar Digital**. São Paulo, 25 de jan. de 2021. Disponível em <https://olhardigital.com.br/2021/01/25/colunistas/o-ano-e-2021-e-ainda-precisamos-falar-sobre-equidade-de-genero-nas-empresas/>. Acesso em 20 de junho de 2021.

Programa Roda Viva. **Entrevista com a vereadora Erika Hilton**. Youtube. São Paulo, 01 de fev. de 2021. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=qvzQd0tN27w> . Acesso em 20 de fev. de 2021.

Renan discute "pauta de gênero" com bancada feminina no Congresso. **Senado Notícias**. Brasília, 3 de mar. De 2015. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/03/03/renan-discute-pauta-de-genero-com-bancada-feminina-no-congresso>. Acessado em 20 de jun. de 2021.

SALAS, P. Depois do esculacho, como fica a vida? **Revista Nova Escola**. São Paulo, 22 de maio de 2017. Disponível em <https://novaescola.org.br/conteudo/11638/depois-do-esculacho-do-escola-sem-partido-como-fica-a-vida>. Acesso em 20 de outubro de 2021

Segunda Reunião Anual da Unidade Temática de Gênero e Município ocorre esse mês. **Fonari: Fórum Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Relações Internacionais**. São Paulo, 10 de out. de 2016. Disponível em <https://blogfonari.wordpress.com/2016/10/10/segunda-reuniao-anual-da-unidade-tematica-de-genero-e-municipio-ocorre-esse-mes/>. Acesso em 20 de junho de 2021.

SEMIS, L. Escola Sem Partido: conheça iniciativas de proteção para professores. **Revista Nova Escola**. São Paulo, 14 de nov. de 2018. Disponível em <https://novaescola.org.br/conteudo/13290/escola-sem-partido-conheca-iniciativas-de-protecao-para-professores>. Acesso em 13 de setembro de 2021.

SOLANO, R. Ideologia de gênero e a desconstrução da família. **Canção Nova**. Cachoeira Paulista, 2015. Disponível em <https://formacao.cancaonova.com/atualidade/ideologiadegenero/ideologia-de-genero-e-a-desconstrucao-da-familia/> . Acesso em 17 de outubro de 2021.

ZARPELON, J. Por que apoiar a pauta de gênero nas escolas? **Instituto Aurora: educar em direitos humanos**. Curitiba, 2018. Disponível em <https://institutoaurora.org/pauta-de-genero-nas-escolas/>. Acesso em 20 de jun. de 2021.